



# **TERRITÓRIO VIVO, COMUNIDADE INCLUSIVA**

## **Oficina.Matéria como motor de dinâmicas do bairro da Mouraria**

**Mariana Isabel de Azevedo Viana**

(Licenciada em Estudos Arquitetónicos)

Projeto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

Especialização em Arquitetura

### **Orientação científica**

Professor Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura

Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

### **Júri**

Presidente do Júri: Doutora Maria da Graça Santos Antunes Moreira

Vogal: Professor Doutor José Nuno Dinis Cabral Beirão

Orientador: Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura

Documento definitivo

Lisboa, FA-ULisboa, Julho de 2017



# **TERRITÓRIO VIVO, COMUNIDADE INCLUSIVA**

Oficina. Matéria como motor de dinâmicas do bairro da Mouraria

**Mariana Isabel de Azevedo Viana**  
(Licenciada em Estudos Arquitetónicos)

**Projeto Final de Mestrado** para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura  
Especialização em Arquitetura

## **Orientação científica**

Professor Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura  
Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

## **Júri**

Presidente do Júri: Doutora Maria da Graça Santos Antunes Moreira  
Vogal: Professor Doutor José Nuno Dinis Cabral Beirão  
Orientador: Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura

Documento definitivo  
Lisboa, FA-ULisboa, Julho de 2017



## Agradecimentos

Ao pai Manuel, à mãe Zilda e à irmã Joana, construtores da minha consciência ininterrupta de participação no mundo que me rodeia.

Ao João, meu irmão emprestado (ainda que não goste deste nome), pelo constante interesse e tempo de discussão cedido.

Aos professores Francisco Serdoura e José Crespo, na crença deste exercício e na sua conceção.

À Soraia, no auxílio mais que demais.

Ao Ivo, pela visão de caminho.

Ao Pedro, pela Cinemateca e pelos copos de vinho.

Ao Ruben, o meu amigo mais arquiteto de todos.

À Rita, para sempre life-coach.

À Susana, pela beleza no mundo.

À Maria, pelas gargalhadas e computadores possuídos, na decadência da alameda.

À Sofia e à Lia, pela amizade, recente, mas completa.

Aos primélios e a toda a (inúmera) família e amigos que me ajudaram a chegar ao final desta etapa, seja no apoio, seja nos jantares de absorção de energia.

E, finalmente, a todas que dispuseram o seu tempo e conhecimento para me mostrar o seu quotidiano, a sua experiência e o seu próprio território.

**TERRITÓRIO VIVO, COMUNIDADE INCLUSIVA**  
Oficina. Matéria como motor de dinâmicas do bairro da Mouraria

Mariana Isabel de Azevedo Viana – 20111258  
(Licenciada em Estudos Arquitetónicos)

Projeto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura  
Especialização em Arquitetura

**Orientação Científica:**  
Professor Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura  
Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

Lisboa, FA-ULisboa, Julho de 2017

## RESUMO

O tema dos processos participados emerge, internacionalmente, numa conjuntura particular de alterações sociais, durante a década de 60. Sendo atualmente a Mouraria – bairro com uma longa história associada à marginalidade, pobreza e exclusão – um dos núcleos com maior participação popular associativa na cidade de Lisboa, coloca-se a seguinte questão central: pode a reabilitação de um edifício, através dum processo participativo, contribuir para a qualificação das dinâmicas de uma área urbana?

A metodologia dividiu-se em duas fases distintas, intrinsecamente conexas e contínuas. Em primeiro lugar, a análise territorial, definida pelo levantamento e identificação dos atores principais do bairro, através de conversas informais com moradores e associações. Procurou-se a compreensão integral das dinâmicas do bairro, por forma a escolher, projetar e agir sobre o edifício selecionado. A segunda fase, desenvolvida em simultâneo com a anterior, consistiu na programação do projeto.

Percecionou-se a existência de uma separação de dinâmicas entre a Mouraria “turística” e a Mouraria “bairrista”. Num lado um território reabilitado, com presença de esplanadas e espaço público, e, noutro, um desaproveitamento e escassez de cidade participada. Agindo na zona desaproveitada, propõe-se a definição de seis largos, temáticos, ligados aos seus habitantes e utilizadores, e à própria identidade do bairro. O largo situado na Rua das Fontainhas a São Lourenço, denomina-se Largo dos Ofícios. O edifício-motor – Oficina.Matéria – é o núcleo de recuperação dos ofícios perdidos do bairro, formando habitantes e produzindo objetos a aplicar no território em questão, garantindo a sustentabilidade económica dos seus formadores e formandos. A sua estrutura física promove o envolvimento dos cidadãos no próprio programa, dando a possibilidade a qualquer pessoa de ver e aprender ofícios. A atuação participada no território escolhido pretende responder à questão central do trabalho, agindo positivamente nas dinâmicas sociais da Mouraria e tendo por objetivo final a devolução do bairro aos seus moradores, integrando-os no processo como construtores do seu próprio território.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

**Processos participados; Mouraria; Reabilitação; Associativismo; Espaço Público.**

**DYNAMIC TERRITORY, INCLUSIVE COMMUNITY**  
Oficina.Matéria as a dynamics engine in the Mouraria neighbourhood

Mariana Isabel de Azevedo Viana – 20111258  
(Licenciada em Estudos Arquitetónicos)

Projeto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura  
Especialização em Arquitetura

**Orientação Científica:**  
Professor Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura  
Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

Lisboa, FA-ULisboa, Julho de 2017

## **ABSTRACT**

The theme of participatory processes emerges in the international context within a particular framework of social change during the 1960s. Being currently Mouraria – a neighbourhood with a long tradition of marginality, poverty and social exclusion – one of the main focus points of associative popular participation in the city of Lisbon, a central question arises: can the rehabilitation of a building through a participatory process contribute to the qualification of a given urban area dynamics?

The methodology was based in two distinct phases, tightly connected and continuous. First, a territorial analysis, where the main civic actors were identified through informal conversations with residents and local associations. At this stage, the goal was to gain a full comprehension of the neighbourhood dynamics, in order to choose, project and act on the selected building. The second methodological stage, developed along side with the first one, had to do with planning the project.

A clear separation of two different dynamics was detected: a “touristic” Mouraria, meaning a rehabilitated territory, with promenades and public space usage; and the “neighbourhoodist” Mouraria, where a total lack of investment prevails. Acting on the profitless area, the purposed goal is to define six thematic squares that relate to the users and residents, as well as to the neighbourhood’s own identity. The square next to Rua das Fontainhas a São Lourenço is named Largo dos Ofícios. The motor-building, Oficina.Matéria, houses the center for the recovery of the neighbourhood’s lost crafts, training locals and producing items to be applied in the considered territory, ensuring the economic sustainability of its trainers and trainees. Its physical structure promotes the citizens’ involvement within the center’s program, giving anyone the possibility to observe and learn about the crafts. The participation in the chosen territory aims to answer to the main question of this thesis, positively acting on the social dynamics of Mouraria and trying to reach the ultimate goal of returning the neighbourhood to its citizens, by integrating them in the process as builders of their own territory.

### **KEY-WORDS:**

**Participatory processes; Mouraria; Rehabilitation; Associations; Public space.**



# ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO	VII
ABSTRACT	IX
ÍNDICE DE FIGURAS	XII
INTRODUÇÃO	1
1 O DIREITO À CIDADE, O DIREITO À PARTICIPAÇÃO	7
1.1 A década de 60 e os movimentos sociais	9
1.2 “Isto aqui era uma orquestra”	13
1.3 Participação na sociedade de consumo, participação na sociedade em crise	19
1.3.1 Espaço público comunitário	23
1.3.2 Movimentos associativos	29
1.3.3 Orçamento participativo	35
1.4 Síntese	38
2 LISBOA PARTICIPADA	41
2.1 Orçamento participativo de Lisboa	43
2.2 O programa BIP/ZIP	47
2.3 Uma Praça em Cada Bairro	53
2.4 Novos atores: Coletivos de Arquitetura	59
2.5 Síntese	62
3 TERRITÓRIO VIVO, COMUNIDADE INCLUSIVA	65
3.1 A construção de um bairro	67
3.1.1 Mouraria como origem	69
3.1.2 Bairro popular, bairro segregado	73
3.1.3 Mouraria sem fronteiras	77
3.2 Mouraria renovada, Mouraria participada	81
3.2.1 Mouraria renovada	83
3.2.2 Mouraria participada	91
3.2.3 Mouraria em diálogo	95
3.3 Oficina.Matéria	99
3.3.1 Matéria - território de identidades	101
3.3.2 Oficina - edifício motor	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
BIBLIOGRAFIA	114
ANEXOS	122

## Índice de figuras

001. Poster Maio 68 e participação; Fonte: Arnstein, 1969, p.216 (p.8)
002. *Garden City* de Ebenezer Howard (1902); Fonte: <https://www.theguardian.com/cities/2014/dec/05/ebenezer-howards-three-magnets> (p. 9)
003. CIAM IX – 9º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (1953); Fonte: <https://coisasdaarquitectura.files.wordpress.com/2010/07/ciam-ix.jpg> (p. 9)
004. Maio de 68 – Cartaz do Atelier Popular da ex-Escola de Belas Artes (1968); Fonte: <http://www.mucem.org/en/may-1968-and-protest-pieces-arts-citizens> (p. 10)
005. Skeffington Report – Planeamento Local Participado; Fonte: Skeffington, 1969, pp. 32-35 (p. 11)
006. Fases da Participação – Giancarlo de Carlo (esquema adaptado); Fonte: Autora (p. 11)
007. Manifestação nacional dos moradores contra o decreto que impede as ocupações – Arquivo Alexandre Alves Costa (1975); Fonte: <http://www.porto24.pt/multimedia/serralves-recebe-a-primeira-grande-exposicao-dedicada-ao-saal/> (p. 12)
008. Casas de Renda Económica das Caixas de Previdência (1958-1962) – Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas; Fonte: Tostões; Grande, 2013, pp. 60-61 (p. 13)
009. Casas de Renda Económica das Caixas de Previdência (1958-1962) – Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas; Fonte: Tostões; Grande, 2013, pp. 60-61 (p. 13)
010. “Delacroix no 25 de Abril em Atenas” (1975) - Nikias Skapinakis; Fonte: <http://charcofrio.blogspot.pt/2010/12/nikias-skapinakis.html> (p. 14)
011. Aldeia da Meia Praia, Lagos (1975) - Arquivo Alexandre Alves Costa; Fonte: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1349> (p. 14)
012. SAAL Mural (1975) – Arquivo Alexandre Alves Costa; Fonte: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1349> (p. 14)
013. Obras SAAL, (s.d.) – Arquivo Nuno Portas; Fonte: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1354> (p. 15)
014. Frame do filme ‘As Operações SAAL’ – João Dias (2007); Fonte: <https://www.serralves.pt/pt/actividades/ciclo-de-cinema-saal/> (p. 15)
015. Orçamento Participativo Mundial; Fonte: Dias, 2014, pp. 26-27 (p. 18)
016. Skeffington Report – Espaço Público Participado (1969); Fonte: Skeffington, 1969, pp. 48-49 (p. 22)
017. Arenas Basabe Palacios – ‘Islas’ (2014); Fonte: <http://arenasbasabepalacios.com/blog/2015/05/18/islas/> (p. 25)
018. Arenas Basabe Palacios – ‘Islas’ (2014); Fonte: <http://arenasbasabepalacios.com/blog/2015/05/18/islas/> (p. 25)
019. Arenas Basabe Palacios – ‘Islas’ (2014); Fonte: <http://arenasbasabepalacios.com/blog/2015/05/18/islas/> (p. 25)
020. Comissão de Moradores no Porto (1975); Fonte: <https://www.iconeye.com/opinion/review/item/12001-the-saal-process-housing-in-portugal-1974-1976> (p. 29)
021. Agrocité – Atelier d’Architecture Autogerée (2012); Fonte: [http://www.urbantactics.org/wp-content/uploads/2015/09/A6\\_brochure\\_poster\\_FRANCAIS.pdf](http://www.urbantactics.org/wp-content/uploads/2015/09/A6_brochure_poster_FRANCAIS.pdf) (p. 32)
022. Agrocité – Atelier d’Architecture Autogerée (2012); Fonte: [http://www.urbantactics.org/wp-content/uploads/2015/10/8.agrocite\\_music\\_2015-copy.jpg](http://www.urbantactics.org/wp-content/uploads/2015/10/8.agrocite_music_2015-copy.jpg) (p. 32)
023. Agrocité – Atelier d’Architecture Autogerée (2012); Fonte: [http://www.urbantactics.org/wp-content/uploads/2015/09/A6\\_brochure\\_poster\\_FRANCAIS.pdf](http://www.urbantactics.org/wp-content/uploads/2015/09/A6_brochure_poster_FRANCAIS.pdf) (p. 31)
024. Orçamento Participativo Mundial; Fonte: Dias, 2014, pp. 30-31 (p. 34)
025. Orçamento Participativo – Tipologias de modelos de participação no mundo; Fonte: Dias, 2014, p. 40 (p. 35)

- 026.** Orçamento Participativo – Modelo de Ciclo Anual; Fonte: Dias, 2014, p. 433 (p. 36)
- 027.** Cartaz 10 anos OP Lisboa (2017); Fonte: <https://op.lisboaparticipa.pt/documentos/59146fc5d43f670009b0444a> (p. 44)
- 028.** Orçamento Participativo Portugal – Orçamentos Participativos por Distrito 2002-2013; Fonte: Dias, 2014, p. 333 (p. 45)
- 029.** Orçamento Participativo Portugal – Distritos sem experiência de Orçamentos Participativos; Fonte: Dias, 2014, p. 334 (p. 45)
- 030.** Orçamento Participativo Portugal – Matriz Standart (2014); Fonte: Dias, 2014, p. 343 (p. 46)
- 031.** Orçamento Participativo Portugal – Matriz Standart de Orçamentos Participativos 2002- 2013; Fonte: Dias, 2014, p. 344 (p. 46)
- 032.** Carta dos BIP/ZIP - Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (2010); Fonte: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/index.htm?no=2720001> (p. 48)
- 033.** Ciclo do Programa BIP-ZIP (2017); Fonte: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo\\_regras.pdf](http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras.pdf) (p. 50)
- 034.** Renovar a Mouraria – Mouraria para todos (2014); Fonte: [http://www.renovaramouraria.pt/mourariatodos\\_projecto/](http://www.renovaramouraria.pt/mourariatodos_projecto/) (p. 51)
- 035.** Atelier Artéria – Edifício-Manifesto (2012); Fonte: [http://www.arteria.pt/portfolio/antes-camilla-watson\\_7.html?slideshow=1&id=2](http://www.arteria.pt/portfolio/antes-camilla-watson_7.html?slideshow=1&id=2) (p. 52)
- 036.** ‘Uma Praça em Cada Bairro’ – 30 Praças Prioritárias (2015); Fonte: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10\\_Abril2015\\_CADERNO-PRACAS.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf) (p. 54)
- 037.** ‘Project for Public Spaces’ (PPS) - Esquema ‘What Makes a Great Place?’ (2015); Fonte: <https://www.pps.org/reference/grplacefeat/> (p. 55)
- 038.** Praça da Figueira – Estudos de preferência (2015); Fonte: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10\\_Abril2015\\_CADERNO-PRACAS.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf) (p. 57)
- 039.** Praça da Figueira – Análise SWOT (2015); Fonte: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10\\_Abril2015\\_CADERNO-PRACAS.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf) (p. 58)
- 040.** Praça da Figueira – Estudo PPS e Linhas de ação principais (2015); Fonte: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10\\_Abril2015\\_CADERNO-PRACAS.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf) (p. 58)
- 041.** Ateliermob + Coletivo Warehouse – Cozinha Comunitária das Terras da Costa (2015); Fonte: <http://www.archdaily.com.br/776053/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-ateliermob-plus-projecto-warehouse> (p. 60)
- 042.** Ateliermob – Prodac Norte (2016); Fonte: <http://www.archdaily.com.br/806043/prodac-ateliermob> (p. 61)
- 043.** Ateliermob – Prodac Sul (2016); Fonte: <http://www.archdaily.com.br/806043/prodac-ateliermob> (p. 61)
- 044.** Ateliermob – Prodac Sul (2016); Fonte: <http://www.archdaily.com.br/806043/prodac-ateliermob> (p. 61)
- 045.** Ateliermob – Prodac Sul (2016); Fonte: <http://www.archdaily.com.br/806043/prodac-ateliermob> (p. 61)
- 046.** Coletivo Warehouse – Espaço Expositivo ‘Marchas do Castelo’ (2015); Fonte: <http://www.warehouse.pt/c022-pt.html> (p. 62)
- 047.** Coletivo Warehouse – Espaço Expositivo ‘Marchas do Castelo’ (2015); Fonte: <http://www.warehouse.pt/c022-pt.html> (p. 62)
- 048.** Frame Coletivo – Pátio no Bairro de Santos (2016); Fonte: <http://framecolectivo.com/PT/projectos/patio-no-bairro-de-santos/> (p. 63)
- 049.** Frame Coletivo – Pátio no Bairro de Santos (2016); Fonte: <http://framecolectivo.com/PT/projectos/patio-no-bairro-de-santos/> (p. 63)
- 050.** Frame Coletivo – Pátio no Bairro de Santos (2016); Fonte: <http://framecolectivo.com/PT/projectos/patio-no-bairro-de-santos/> (p. 63)
- 051.** Frame Coletivo – Pátio no Bairro de Santos (2016); Fonte: <http://framecolectivo.com/PT/projectos/patio-no-bairro-de-santos/> (p. 63)
- 052.** Contextualização – Área de análise; Fonte: Autora (p. 70)
- 053.** Contextualização histórica – Evolução 1; Fonte: Autora (p. 72)
- 054.** Malha urbana – Mouraria medieval; Fonte: Autora (p. 73)
- 055.** Lisboa – séc. XVII; Fonte: Centro de Cartografia da FAUL (p. 75)
- 056.** Lisboa – 1650; Fonte: Centro de Cartografia da FAUL (p. 74)

057. Lisboa – 1949; Fonte: Centro de Cartografia da FAUL (p. 75)
058. Contextualização histórica – Evolução 2; Fonte: Autora (p. 76)
059. Lisboa – Muralhas; Fonte: Centro de Cartografia da FAUL (p. 77)
060. Mito da Severa – Pintura Largo da Severa; Fonte: <http://www.lisbonlux.com/lisbon/mouraria-tour.html> (p. 77)
061. Contextualização histórica – Evolução 3; Fonte: Autora (p. 81)
062. Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz – Planta Proposta Arquiteto Tomás Taveira (1981); Fonte: <http://www.ukuma.net/wp/2017/05/08/plano-de-renovacao-urbana-do-martim-moniz-co-autor-lisboa-1981/> (p. 82)
063. Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz – Isometria Proposta Arquiteto Tomás Taveira (1981); Fonte: <http://www.ukuma.net/wp/2017/05/08/plano-de-renovacao-urbana-do-martim-moniz-co-autor-lisboa-1981/> (p. 82)
064. Praça do Martim Moniz (1949); Fonte: *Rosa Maria*, 2010, p. 16 (p. 82)
065. Praça do Martim Moniz (2010); Fonte: *Rosa Maria*, 2010, p. 16 (p. 82)
066. Cronologia histórica Praça do Martim Moniz; Fonte: *Rosa Maria*, 2015, p. 25 (p. 83)
067. Trampolim Gerador – Mapa Mouraria (2016); Fonte: <http://gerador.eu/trampolim-novos-mundo/> (p. 84)
068. Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria (1997); Fonte: Autora (p. 86)
069. Marchas Populares – Ilustração; Fonte: *Rosa Maria*, 2015, p.3 (p. 88)
070. Centro de Inovação da Mouraria; Fonte: [http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/MRL\\_CIM15-0638.jpg](http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/MRL_CIM15-0638.jpg) (p. 89)
071. Casa da Severa; Fonte: [http://images.adsttc.com/media/images/5386/a633/c07a/8028/7a00/0082/large\\_jpg/JAA\\_Casa\\_da\\_Severa-14.jpg?1401333282](http://images.adsttc.com/media/images/5386/a633/c07a/8028/7a00/0082/large_jpg/JAA_Casa_da_Severa-14.jpg?1401333282) (p. 89)
072. Capa Rosa Maria – Jornal da Mouraria, nº9; Fonte: *Rosa Maria* – Jornal da Mouraria, nº9 (p. 89)
073. Nova Mesquita da Mouraria – Artigo; Fonte: *Rosa Maria*, 2015, p. 9 (p. 91)
074. Nova Mesquita da Mouraria – Opiniões moradores; Fonte: *Rosa Maria*, 2015, p. 29 (p. 92)
075. Mouraria – Associações e Projetos BIP-ZIP (2017); Fonte: Autora (p. 94)
076. Gentrificação – Frame do filme “You’ll soon be here” de Fabio Petronilli; Fonte: <https://vimeo.com/182015533> (p. 95)
077. Comercialização do património; Fonte: *Rosa Maria*, 2015, p. 18 (p. 95)
078. Artéria – Edifício-Manifesto; Fonte: [http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto\\_7](http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7) (p. 97)
079. Artéria – Edifício-Manifesto; Fonte: [http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto\\_7](http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7) (p. 97)
080. Artéria – Edifício-Manifesto; Fonte: [http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto\\_7](http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7) (p. 97)
081. Artéria – Edifício-Manifesto; Fonte: [http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto\\_7](http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7) (p. 97)
082. Protesto de moradores da Mouraria (2016); Fonte: <https://ephemerajpp.com/2016/07/24/protesto-de-moradores-da-mouraria-lisboa-julho-de-2016/> (p. 98)
083. Percentagem de nacionalidades Mouraria; Fonte: *Rosa Maria*, 2015, p. 22 (p. 99)
084. Gentrificação – parede Mouraria; Fonte: *Rosa Maria*, 2015, p. 20 (p. 100)
085. Turismo em Lisboa – Frame do filme “You’ll soon be here” de Fabio Petronilli; Fonte: <https://vimeo.com/182015533> (p. 101)
086. Cartaz Coletivo Habita (2015); Fonte: ‘Habitação: Privilégio ou Direito? – Ação pelo direito à habitação digna’ - debate (p. 101)
087. Mapa dinâmicas realizado in situ (2016); Fonte: Autora (p. 102)
088. Matéria – Plano urbano (2017); Fonte: Autora (p. 104)
089. Matéria – Conceito (2017); Fonte: Autora (p. 105)
090. Matéria – Análise área de intervenção (2017); Fonte: Autora (p. 106)
091. Matéria – Maqueta conceito (2017); Fonte: Autora (p. 107)
092. Matéria – Rua da Guia (2017); Fonte: Autora (p. 107)

- 093. Matéria – Largo da Severa (2017); Fonte: Autora (p. 108)
- 094. Matéria – Rua do Capelão(2017); Fonte: Autora (p. 108)
- 095. Matéria – Largo da Rosa (2017); Fonte: Autora (p. 108)
- 096. Matéria – Beco do Rosendo (2017); Fonte: Autora (p. 109)
- 097. Matéria – Rua de São Lourenço/Beco do Cascalho/Rua de São Pedro Mártir (2017); Fonte: Autora (p. 109)
- 098. Oficina – Axonometria programática (2017); Fonte: Autora (p. 110)
- 099. Oficina – Maqueta de localização (2017); Fonte: Autora (p. 111)
- 100. Oficina – Levantamento edificado (1888); Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa (p. 111)
- 101. Oficina – Levantamento existente (2017); Fonte: Autora (p. 111)
- 102. Oficina – Desenhos Rigorosos (plantas) (2017); Fonte: Autora (p. 112)
- 103. Oficina – Desenhos Rigorosos (cortes) (2017); Fonte: Autora (p. 115)



# INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a reabilitação participada de um edifício no bairro da Mouraria, por forma a intervir no contexto circundante e envolver a comunidade no processo de construção das suas dinâmicas sociais e comunitárias.

A experiência dos processos participados emerge, no contexto internacional, em contraponto ao movimento do urbanismo moderno, e na conjuntura particular das alterações sociais vividas durante a década de 60. Os processos participados na arquitetura e no urbanismo vão sendo adotados e aplicados ao longo do tempo, adaptando-se ao contexto e à época, e assumindo características particulares.

Por forma a enquadrar a temática, estudam-se os fenómenos originários do conceito a nível internacional, seguindo-se a aproximação ao caso nacional, com o programa SAAL, e, finalmente, enquadra-se o tema na época contemporânea, através da análise das práticas de espaço público inclusivo, movimentos associativos e do programa Orçamento Participativo, originário no Brasil e atualmente em curso a nível mundial.

Após este enquadramento, analisam-se os processos participados no contexto municipal da cidade de Lisboa, com o estudo de três programas municipais importantes; e dos coletivos de arquitetura de intervenção, cada vez mais numerosos e ativos. O entendimento dos conceitos e instrumentos na área da participação permite-nos adaptar a metodologia e analisar e estudar o bairro da Mouraria, por forma a limitar a área de intervenção.

O trabalho em desenvolvimento tem como ponto de partida a análise de intervenções participadas registadas nos últimos anos na cidade de Lisboa, particularmente nos bairros da Mouraria e do Intendente, no Martim Moniz e no eixo unificador da Avenida Almirante Reis.

Sendo atualmente a Mouraria -- bairro com uma longa história associada à marginalidade, pobreza e exclusão -- um dos núcleos com maior presença de participação popular associativa na cidade de Lisboa, coloca-se a seguinte questão: pode a reabilitação de um edifício, através dum processo participado, contribuir para a qualificação das dinâmicas de uma área urbana?

A análise do contexto histórico, dos planos urbanos e renovações levadas a cabo no território, bem como dos coletivos e movimentos associativos com maior preponderância, aliada a conversas informais e registos de observação direta efetuados no local, procura compreender integralmente as dinâmicas atuais do bairro, de modo a limitar, desenhar e intervencionar a área de intervenção e o objeto edificado. Esta análise direta é complementada com a análise de casos de estudo de coletivos de arquitetura de intervenção, por forma a ilustrar as soluções construtivas e práticas do projeto.

A proposta divide-se em dois planos, intrinsecamente conexos e mutuamente dependentes. O primeiro, o plano urbano, consiste na recuperação dos espaços públicos de forma participada, visando incluir a comunidade no desenvolvimento e construção das dinâmicas territoriais, com vista à recuperação da sua cidade e dos seus espaços comunitários. A análise da área de intervenção permitirá a definição dos vazios urbanos com potencial dinâmico, consolidado ou em vias de consolidação, revitalizando-os ou propondo reformulá-los, abordando, na sua construção, as identidades comunitárias e as necessidades da população, desvendadas nas conversas informais e na observação direta, bem como as soluções para inclusão constante das pessoas nesses espaços.

A proposta arquitetónica, assente na premissa de edifício-motor, pretende ser a centralidade de construção dos espaços públicos sugeridos, e busca um programa identitário e participado, que almeja a recuperação das atividades histórico-práticas marcantes do bairro, os ofícios perdidos da Mouraria. A reabilitação de um edifício numa zona com dinâmicas negativas pretende, assim, funcionar como um fator de produção e formação, que inclua diretamente a comunidade na construção e funcione como raiz da contaminação dos processos participados no bairro da Mouraria.

O conteúdo do projeto final de mestrado divide-se, pois, em três capítulos, trabalhados como uma sucessão de escalas e aproximações à proposta final. O primeiro capítulo, intitulado 'O Direito à Cidade, o Direito à Participação', pretende enquadrar o conceito dos processos participados, a sua contextualização histórica e os seus instrumentos principais. Partindo da década de 60 e dos movimentos sociais que marcaram essa época, definem-se enquadramentos e conceitos de abordagem, aproximando a escala ao caso português, a partir do estudo e referência ao Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), fenómeno estruturante da história participada no contexto nacional e europeu, com influência marcante na atualidade da arquitetura de intervenção. Por último, chegamos aos fenómenos contemporâneos, onde se estudam metodologias e instrumentos participados, simplificados em três temáticas principais: o espaço público inclusivo, os movimentos associativos, e o Orçamento Participativo. A referência aos casos de estudo em cada elemento analisado permite a construção de bases e propostas de solução, bem como o entendimento do contexto atual da participação.

A abordagem teórica aproxima-se, no segundo capítulo, ao contexto lisboeta, a partir da análise dos programas municipais existentes, instrumentos importantes da arquitetura participada em curso na cidade, e dos coletivos de arquitetura de intervenção e projetos exemplificativos da ação participada.

Os programas em análise, resultantes de experiências participadas internacionais e em aplicação na cidade de Lisboa, são, respetivamente, o Orçamento Participativo de Lisboa, o Programa BIP-ZIP e Uma Praça em Cada Bairro, analisados numa ordem de escalas territoriais: o primeiro consistindo num orçamento maior, aplicado em propostas definidas e votadas pelos habitantes da cidade; o segundo num orçamento mais contido e relativo a Zonas de Intervenção Prioritária, que assenta em propostas feitas por atores sociais, para reabilitação de zonas definidas na Carta BIP-ZIP; e o terceiro, levado a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), em centralidades comunitárias, com base nas necessidades populacionais.

A intervenção dos programas referidos conta com a participação de diversos técnicos, com destaque para os coletivos de arte e arquitetura de intervenção.

O papel dos arquitetos ganha, a partir destas equipas, um vetor de apoio técnico às necessidades dos moradores, funcionando como um mediador entre atores sociais e Estado. Abordam-se três coletivos sintetizadores dos objetivos programáticos e respetivos casos de estudo, de modo a entender as dinâmicas participadas no contexto da cidade de Lisboa e aplicá-las na proposta.

Finalmente, o terceiro e último capítulo incorpora a contextualização da área de intervenção, o seu enquadramento social e territorial, por forma a enquadrar os objetivos programáticos e a proposta projetual.

O enquadramento histórico e formação da Mouraria atual, através da sua origem, do seu processo de degradação e da sua construção multicultural, constitui o ponto de partida.

Segue-se o estudo dos processos de reabilitação e participação levados a cabo pelos programas municipais, compositores das dinâmicas positivas e negativas do bairro, desde o desenvolvimento de eventos culturais ao processo de gentrificação sentido pelos atores.

O estudo do efeito destes processos nas dinâmicas territoriais alia-se à realização de conversas informais e registos de observação direta, construindo, assim, os argumentos para a proposta apresentada no subcapítulo seguinte.

‘Oficina.Matéria’ compõe a proposta urbana e arquitetónica, formalizada pelo processo de pesquisa e análise realizado nos capítulos anteriores. Neste sub-capítulo, subdividido em Matéria – plano urbano e Oficina – projeto arquitetónico, descrevem-se as características físicas e funcionais promotoras da inclusão comunitária e construídas pela própria comunidade.



*“The idea of citizen participation is a little like eating spinach: no one is against it in principle because it is good for you.”*

(Arnstein, 1969, p. 216)

# 1. O DIREITO À CIDADE O DIREITO À PARTICIPAÇÃO

O tema dos projetos participados (re)surge em contraponto ao movimento do urbanismo moderno, e num contexto de alterações sociais, durante a década de 60. Geram-se diversos movimentos e grupos de atuação que editam publicações, engendram projetos e concebem laboratórios, em busca da participação social, da escala humana na cidade e da integração dos residentes no seu habitat.

Giancarlo de Carlo, um dos principais membros do Team X, defende a conceção e aplicação dos processos participados, em oposição à visão modernista do *Congresso Internacional de Arquitetura Moderna* (CIAM) de 1956. A sua palestra e subsequente artigo 'Architecture's Public', em 1969, são uma das primeiras chamadas de atenção para a necessidade de inclusão dos utilizadores no desenho da cidade e do papel que deverá caber ao arquiteto.

John Turner, arquiteto inglês, escreve igualmente artigos relacionados com habitação e organizações comunitárias. É o impulsionador, no Peru, de uma associação de debate sobre políticas de habitação, desenvolvimento comunitário e o papel da autoconstrução na arquitetura.

Em Portugal, em 1974-75, emerge o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), pelas mãos do então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas. A iniciativa consiste na constituição de brigadas técnicas variadas que, em conjunto com as comunidades e populações locais, promovem e apoiam a construção de habitação.

Atualmente desenvolvem-se, a nível nacional e a nível local (Lisboa), respetivamente, o Orçamento Participativo e o programa BIP-ZIP, promotores de uma série de projetos, de génese arquitetónica ou não, que incorporam as dinâmicas sociais dos núcleos comunitários onde se inserem.

A prática participada da arquitetura integra, atualmente, três estruturas essenciais, necessárias ao enquadramento do projeto a realizar. Após a análise da origem do conceito e da sua evolução, estudam-se o espaço público inclusivo; a importância dos movimentos associativos; e o programa representante da relação Estado, sociedade civil / cidadão, o Orçamento Participativo.

Pretende-se, com esta análise, compreender as origens e contextos dos processos participados no campo da arquitetura e urbanismo, bem como os seus instrumentos, tendo em vista uma maior perceção do conceito e a sua aplicabilidade aquando do desenvolvimento do projeto final de mestrado.

je participe  
tu participes  
il participe  
nous participons  
vous participerez  
ils profitent



001. Poster Maio 68 e participação (1969);

## 1.1 A década de 60 e os movimentos sociais

A primeira metade do século XIX ficou marcada por uma concentração de pobreza e miséria no espaço urbano que, num clima de desconforto generalizado, gerou diversos protestos sociais. Os estudos urbanísticos deixam de estar apenas ao serviço do poder absoluto e observa-se uma primeira vontade de compromisso entre os atores sociais para a construção de uma comunidade democrática (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

A crítica à sociedade de classes e o desejo de ações que melhorem as condições sociais ficou marcada por propostas utópicas de autores como Saint-Simon, Owen, Fourier e Godin, sendo a mais importante, no final do século XIX, o desenvolvimento da ‘Garden City’ (fig. 002), por Ebenezer Howard (1902), por Ebenezer Howard:

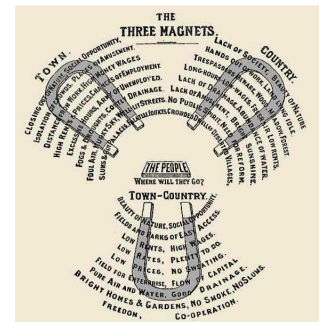
*(...) the lands surrounding the ‘Garden City’ are not in private hands: they are in the hands of the people and must be managed not to serve the supposed interests of a minority, but according to true interests of the entire community”*

(Raposo, Crespo e Lage, 2017, p. 155)

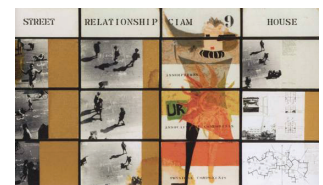
A *Carta de Atenas* (1933), elaborada no 3º Congresso de Arquitetura Moderna (CIAM), defende uma abordagem funcionalista e racionalista, em que o papel dos arquitetos é o de resolver os problemas da sociedade industrial e garantir o bom funcionamento da cidade capitalista industrial (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

No ano de 1953 realiza-se, em Aix-en-Provence, o 9º CIAM (fig. 003), em que uma nova geração de arquitetos, mais abertos às temáticas sociais e culturais, se organiza e propõe um estudo sobre operações de renovação dos centros urbanos, flagelados pela conjuntura pós-guerra, e de uma prática arquitetónica mais inclusiva (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

No entanto, o conceito de projetos participados ganha preponderância sobretudo na década de 60, adquirindo aplicabilidade e experimentação em países em vias de desenvolvimento, que possuíam carências ao nível da habitação e outras condições de vida, tendo servido, por isso, como laboratório de ideias (Crespo, 2015).



002. ‘Garden City’ de Ebenezer Howard (1902)



003. CIAM IX (1956)



004. Maio 68 (1968)

No rescaldo da II Guerra Mundial, as sociedades assistem a uma rápida homogeneização do quotidiano, uma vivência robótica potenciada pela massificação da produção e por um conformismo geral que resultaram no fenómeno socioeconómico designado por *Fordismo* (Leite, 2010).

Esta década assistirá a profundas transformações ao nível das necessidades e expectativas das pessoas, sendo em grande parte influenciada pelo Maio de 1968 (fig. 004), a revolta estudantil parisiense que suscitará novos pensamentos e posições ativas contra as instituições, os estados liberais e as políticas vigentes, envolvendo sobretudo as ciências sociais no meio artístico, e por isso relacionando-as com as pessoas e os contextos (Crespo, 2015).

Como afirma Leite:

*“O Maio de 68 revelou-se, então, uma imagem de um combate eternizado de quem lutava contra todas as formas de imperialismo cultural ou económico, na tentativa de alterar os conceitos de democracia e de cultura vigentes por todo o mundo. A lição mais importante desta batalha não foi o resultado político, o que ficou comprovado pelo triunfo de De Gaulle e pela integração tecnocrática de alguns dos soixante-huitards, mas a espontaneidade, a determinação social e a participação cívica que evidenciou.”*

(Leite, 2010, p. 25)

Durante as décadas de 1960 e 1970, ainda que com diferentes abordagens, diversos autores e técnicos defendem os processos participativos no desenvolvimento do urbanismo, particularmente nos bairros pobres e degradados das cidades (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

Vários são os protagonistas que marcam o início dos projetos participados no campo da arquitetura. Davidoff (1965), advogado, urbanista, ativista e professor, defende a assistência e o conceito de *advocacy* no planeamento urbano, em favor das comunidades segregadas e com baixos rendimentos.

O *'Skeffington Report'* (1969) (fig. 005), relatório impulsionado pelo movimento crítico do RIBA (Royal Institute of British Architects), propõe formas de informação e envolvimento do público geral na formulação dos planos de desenvolvimento urbano e nos processos de decisão. Lauwe (1971) é um dos primeiros sociólogos franceses que se revolta contra o sistema tecnocrático vigente, advogando a participação direta da população na construção da cidade. De Carlo, já mencionado, defende ativamente a participação dos habitantes

na prática projetual, desenvolvendo princípios e uma prática que corroborava essa teoria (fig. 006). Turner trabalha durante vários anos nos bairros populares do Peru, adquirindo interesse pela abordagem informal das populações periféricas à arquitetura e defendendo uma abordagem radical bottom-up à participação, e especificamente à promoção habitacional local, que considera distante das práticas locais (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

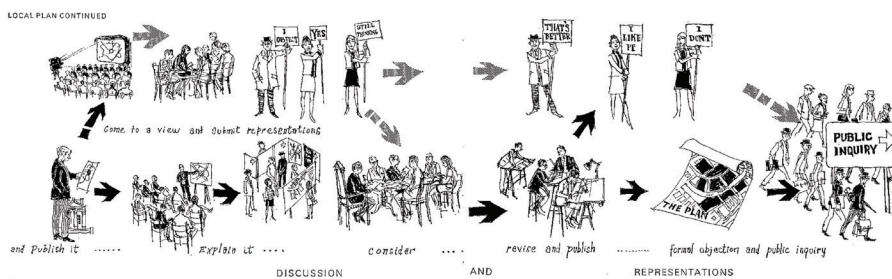
O final da década de 1960, caracterizado por lutas sociais em prol do direito a condições de habitação, de infraestruturas e de cidade, é contextualizado por Lefebvre na obra *O Direito à Cidade*. Como referem Raposo, Crespo e Lage:

*“It was in this effervescent period, of subversion against the mercantilisation of the city and against the status quo, shortly before the May 1968, that Henri Lefebvre, a visionary, a sociology professor at the University of Paris (...), published his manifesto on the Right to the City.”*

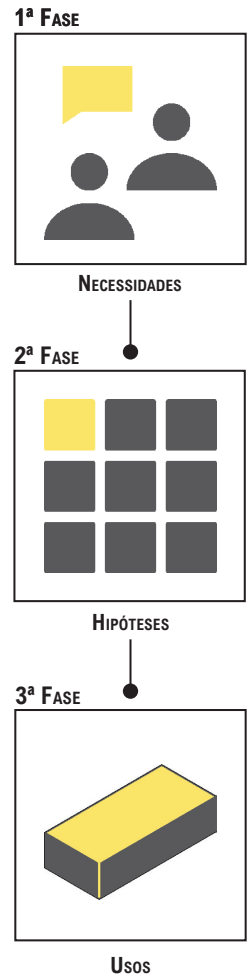
(Raposo, Crespo e Lage, 2017, p. 157)

Apesar da inovação e fuga à regra, os programas participativos experimentados nas décadas de 60 e 70 representam sobretudo movimentos alternativos que, todavia, não se revelam suficientes para influenciar os processos e as decisões (Crespo, 2015).

No contexto português destaca-se uma iniciativa já anteriormente referida e hoje muito referenciada: o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), seguidamente analisado.



005. 'Skeffington Report' - Planeamento Local Participado (1969)



006. Giancarlo de Carlo - Fases da Participação (esquema adaptado)



007. Manifestação nacional de moradores (1975)

## 1.2 “Isto aqui era uma orquestra”

O contexto político-social português, no início da década de 70, pauta-se por uma “*modorra cinzenta*” (Portas e Grande, 2006, p. 66) que perturba as vivências e a liberdade da população. Todavia, durante a década de 60, verifica-se uma intensificação da luta anti-regime vigente e dos movimentos reformadores em vários domínios, alvo de fortes perseguições e censura.

No campo da arquitetura, durante a segunda metade da década de 1950, Keil do Amaral tem um papel preponderante no questionamento das práticas projetuais, ao formular uma investigação extensiva denominada “*Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa*” (1961), como reação à censura e propaganda do “*Português Suave*”, o estilo do Estado Novo, e ao radical Internacionalismo Crítico (Leite, 2010, 81). O “*atelier da Rua de Alegria*”, de Teotónio Pereira, é também responsável pela procura de uma arquitetura mais próxima da população e do utilizador (fig. 008 e fig. 009), assumido um protagonismo fundamental na evolução do pensamento urbanístico e na abertura à participação no processo de projeto, fatores importantes do futuro SAAL (Leite, 2010, p. 83).

As políticas habitacionais praticadas pelo Estado Novo assentavam numa forte componente ideológica, que pretendia preservar a Casa Portuguesa como salvaguarda do discurso nacionalista do regime vigente.

Essas políticas, aplicadas inicialmente nos anos 30, a partir da criação de dois programas habitacionais, os programas das Casas Económicas e das Casas Desmontáveis, defendiam a moradia unifamiliar e a habitação individualista, baseando-se no rendimento dos habitantes sem considerar as suas necessidades essenciais.

Contudo, com o êxodo rural da segunda metade dos anos 40, o Estado vê-se incapaz de manter estas políticas habitacionais, passando à adoção de novos programas de habitação, como as Casas de Renda Económica, as Casas de Renda Limitada e as Casas para Famílias Pobres.

A desilusão provocada pelas reformas da Primavera Marcelista, o prolongamento da contestada Guerra Colonial e a Crise Académica de 1969 levam a um crescendo da contestação que culmina, em 25 de Abril de 1974, na denominada Revolução dos Cravos, pela mão do Movimento das Forças Armadas (fig. 010).



008. e 009. Casas de Renda Económica das Caixas de Previdência - Atelier da Rua de Alegria (1958-1962)



010. "Delacroix no 25 de Abril em Atenas" - Nikias Skapinakis (1975)

Como afirma Bandeirinha:

*"(...) não foi o poder que caiu na rua, foi a argumentação e o debate, a atividade cultural e artística, o grito de revolta, os sentimentos mais variados, a alegria e a tristeza, foi a própria vida que conquistou o direito à rua e se transmitiu de praça em praça, de bairro em bairro, até à exorcização dos medos e à instalação de uma aura de liberdade generalizada que, enquanto perdurou, não teve paralelo no mundo seu contemporâneo."*

(Bandeirinha, 2007, p. 109)

A situação habitacional, aquando da revolução, é precária e urgente (fig. 011). Em Lisboa, entre 26 de Abril e 9 de Maio de 1974, cerca de 2000 fogos são ocupados (Bandeirinha, 2007); e grande parte dos movimentos sociais emergentes valorizam o problema da habitação e da erradicação das barracas (fig. 012) como a bandeira reivindicativa do pós-revolução (Portas, 1986).



011. Aldeia da Meia Praia, Lagos (1975)

A 16 de Maio de 1974, Nuno Portas toma posse como Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo do 1º Governo Provisório, sobressaindo, no seu discurso, a necessidade de resolução imediata do problema da habitação, com a criação de "*brigadas de urbanismo ativo*" que descentalizem os serviços e contornem a burocracia (Bandeirinha, 2007).



012. SAAL Mural (1975)

A 31 de Julho de 1974 é emitido um despacho conjunto do Ministério da Administração Interna e da Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo que estabelece oficialmente a criação de "*um corpo técnico especializado, designado por Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários*" (Bandeirinha, 2007, pp. 119-120).

O SAAL apoiava-se em seis princípios básicos, a saber: organização social da procura, para que as iniciativas partam dos próprios moradores; preferência pela manutenção das localizações, de modo a evitar operações de especulação fundiária; autonomia na gestão do projeto e da obra, que envolva os moradores no processo; incorporação de recursos próprios, sendo que os moradores recebem apenas 40% do Estado a fundo perdido, tendo de investir o restante; descentralização da promoção habitacional, evitando a concentração dos processos nas capitais; e iniciativa experimental, em que cada processo é interpretado de acordo com as suas especificidades.

Nuno Teotónio Pereira refere as fases do projeto: avaliação de locais adequados para o sistema de “auto-solução”; criação de sistemas de crédito; e preparação das Brigadas de construção, compostas por arquitetos, sociólogos, engenheiros, antropólogos, entre outros, que produzem diagnósticos e projetos sobre o espaço intervencionado, sempre com as prioridades definidas pela população como fator primordial. A metodologia revolucionária proposta pelo SAAL consiste, segundo Portas (1986), na colocação dos projetistas cara a cara com as populações desde o início do processo.



013. Obras SAAL (s.d.)

Apesar da dinâmica criada, apenas 13% dos solos necessários estão disponíveis e nenhuma das operações fica concluída durante a existência do SAAL, entre Agosto de 1974 e Outubro de 1976 (Bandeirinha, 2007) (fig. 013).



014. Frame do filme ‘As Operações SAAL’ (2007)

No entanto, o SAAL subdivide-se em muitas outras operações, adaptando-se aos contextos diferenciados, à desmultiplicação imposta pela cadeia de decisões, e passando por estratégias urbanas ou regionais definidas pelas brigadas e pelos seus técnicos.

Bandeirinha afirma: “Contudo, nesta vaga de dispersão, fortíssimos elos de agregação se erguiam. Bloco a bloco, tijolo a tijolo, com os primeiros pilares e lintéis ao alto se iam consumando o pacto inicial. As primeiras construções, e a divulgação que delas era possível fazer, erguiam-se como um poderoso tónico para a dinâmica de todo o processo. Por mais “entraves”, “bloqueios” e barreiras que houvesse, os moradores acreditavam assim que nada era insuperável.” (fig. 014) (Bandeirinha, 2007, p. 173).

O ritmo da revolução abranda consideravelmente após o contragolpe de 25 de Novembro de 1975 e, entre Dezembro de 1975 e Dezembro de 1976, profundas mudanças na sociedade, e particularmente no Estado, alteram radicalmente o quadro político e institucional em que se encaixa o SAAL (Bandeirinha, 2007).

Portas afirma:

*“(...) o SAAL foi um programa tão controverso que nenhum partido político, desde a extrema esquerda à direita, teve unanimidade de posição em relação ao SAAL, ao longo do ano e meio em que ainda durou como movimento vivo, se visto do Norte ao Sul do país.”*

(Portas, 1986, p. 644)

A sua extinção torna-se oficial em Outubro de 1976, mas muitos processos têm continuidade nos anos seguintes.

Bandeirinha resume assim o período de existência do SAAL:

*“Foi uma época pautada por um ritmo de quotidiano em permanente alteração, durante a qual se renovavam expectativas e compromissos, valores sociais e culturais, desejos e pontos de vista. Com uma intensidade invulgar, conviviam toda a espécie de impulsos e sentimentos, dos mais puros aos mais perversos, dos mais comunitários aos mais individualizados, dos mais organizados aos mais caóticos, dos mais corajosos aos mais cobardes. Independentemente da graduação ideológica, afluía, nas mentes mais abertas, um sentido projectivo em todos os gestos, que fazia com que o futuro pudesse estar ali, ao alcance do desejo, que criava tensões, superava carências, fortalecia aspirações e inviabilizava a rotina.”*

(Bandeirinha, 2007, p. 250).





015. Orçamento Participativo Mundial (2014)

## 1.3 Participação na sociedade de consumo, participação na sociedade em crise

O ímpeto revolucionário das décadas de 60 e 70 dispersa-se rapidamente, à medida que a economia mundial se transforma e começa a prosperar.

A crise petrolífera de 1973 representa o princípio do fim da série de movimentos e experiências participadas da época, instalando-se uma nova ordem neoliberal, que acentua o afastamento entre técnicos e população, ao nível da arquitetura e do urbanismo (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

Os anos 80 focam-se maioritariamente em objetivos meramente lucrativos e tecnológicos, traduzidos em planos urbanos de grande escala, de conceção rápida, que invalidam a herança participativa vivida nas épocas anteriores (Mendes, Crespo, e Sá, 2016; Raposo, 2016).

Os programas de ajustamento estrutural, as privatizações e a descentralização do Estado marginalizam o planeamento urbano participado, desenvolvendo um sistema tecnocrático de planeamento, que mantém um discurso conservador e uma perspetiva *top-down* (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

Nos anos 90 e no início do século XXI, apesar de um curto período próspero que se materializa em grandes infraestruturas viárias e equipamentos, surgem novas problemáticas, relacionadas com a crise financeira dos órgãos estatais e locais, a diminuição das capacidades estatais, a globalização e a complexidade do fenómeno social e da representação política (Mendes, Crespo, e Sá, 2016).

A crescente globalização do capitalismo neoliberal e a complexidade do sistema social e urbano aumentam a interdependência de atores e instituições, levando à procura de um desenvolvimento e abordagem sustentáveis, com base na participação popular (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

A supra-produção económica e material torna-se rapidamente um motivo de preocupação sustentável, promovendo medidas de mudança e preservação. O conceito de sustentabilidade começa por questionar o processo de decisão-ação, e suscita preocupação pela inclusão das comunidades e indivíduos na construção da sociedade de grande escala (Mendes, Crespo e Sá, 2016).

*“Urban social movements and civil society organisations regain political expression and dialogue among themselves and with governments and international organisations at national and international meetings.”*

(Raposo, Crespo e Lage, 2017, pp. 152-153)

A publicação pela Assembleia Geral da ONU, a 4 de Agosto de 1987, do *Relatório de Brundtland*<sup>1</sup>, mais conhecido pelo título *“Our Common Future”*, estabelece as áreas e métodos a ter em conta para um desenvolvimento sustentável mundial.

O estabelecimento das *Agendas 21 locais*, em 1992, na *Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, preconiza o envolvimento das organizações internacionais, regionais e sub-regionais, das organizações não-governamentais e dos próprios cidadãos em ações coletivas de combate aos problemas ambientais mundiais, estabelecendo o envolvimento da comunidade nos fenómenos em curso, como construtora das cidades e habitats.

O novo milénio recupera o paradigma, com o desenvolvimento de importantes documentos, plataformas, manifestos e declarações versando o tema dos projetos participados.

A *Nova Carta de Atenas* (1998), atualizada em 2003, centra-se nos habitantes e nas suas aspirações, propondo uma visão coerente da cidade e um novo sistema de governação que envolva os cidadãos nos processos de decisão-ação (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

Em Julho de 2001 surge uma abordagem mais institucional da temática, com o desenvolvimento do *‘White Paper of Governance’*<sup>2</sup>, que define vários princípios, entre os quais o reforço da participação e da implicação dos cidadãos na elaboração e aplicação dos projetos participados.

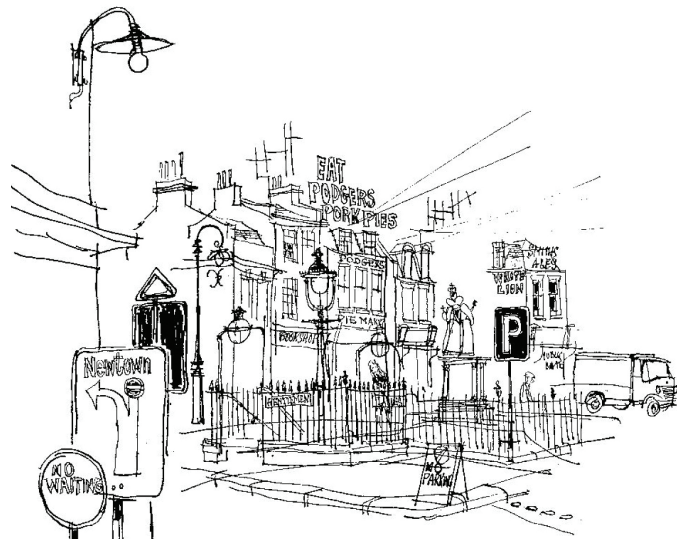
Mais recentemente, em Outubro de 2015, a Plataforma Global de Direito à Cidade elege a participação e o direito à cidade como pilares importantes da nova agenda (*‘New Urban Agenda of Habitat III’*), uma forma de impelir todos os atores a assumirem responsabilidades na sua implementação e de garantir que todos os cidadãos têm direito a participar nos processos políticos e de decisão da gestão urbana (Raposo, Crespo e Lage, 2017).

---

1 - United Nations (UN). (1987) *“Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development”*. *UN Documents*. [Consultado a 21 de Novembro de 2016] Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>

2 - EUR-Lex. (2001) *“White Paper on governance”*. Comunicação da comissão de 25 de Julho de 2001 *“European governance - A white paper”*. [Consultado a 14 de Março de 2017] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=URISERV%3A110109>





016. 'Skeffington Report' - Espaço Público Participado (1969)

### 1.3.1 Espaço público comunitário

A história das cidades é, sem dúvida, a história dos seus espaços públicos. Um representante físico, simbólico e político do seu contexto.

Borja e Muxi (2000) sintetizam: o espaço público urbano não é um espaço residual entre ruas e edifícios; não é um espaço vazio considerado público apenas por questões jurídicas; e não é um espaço especializado, semelhante a um museu ou a um espetáculo.

A definição do espaço público comporta, por isso, uma obrigação de conhecimento da importância que a forma urbana tem na coletividade, na sua vivência e na sua representação.

A origem das cidades descreve-se como um desenvolvimento orgânico a partir de um local de abrigo, numa enseada de um rio ou na costa, ou noutra qualquer acidente geográfico, mas com a particularidade de ser um cruzamento de vias de comunicação terrestres ou aquáticas.

Grande parte das cidades existentes não nascem a partir de um plano pré-desenhado, mas muitas sofrem intervenções planeadas ao longo do tempo, na qual o espaço aberto de uso coletivo é contornado por edifícios de diferentes simbologias.

No entanto, pode assumir-se que a definição histórica da origem do tratamento do espaço público remontará ao século XVIII, em França, onde surge a preocupação com o embelezamento da cidade e com o tratamento do espaço urbano coletivo através de elementos físicos e da noção de partilha para diferentes usos e diferentes modos de circular.<sup>3</sup>

O final do século XIX e a primeira metade do século XX são marcados pelo desenvolvimento do transporte público e do elevador, levando ao aumento da cêrcea dos edifícios e à compactação da cidade, bem como à dispersão do automóvel por um território mais vasto.<sup>4</sup>

---

3 - CML - Pelouros de Urbanismo, Políticas de Solo e Espaço Público. (2015) "Uma Praça em cada Bairro". *Direcção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística - Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana - Divisão de Projetos e Estudos Urbanos*. [Consultado a 3 de Maio de 2017] Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10\\_Abril2015\\_CADERNO-PRACAS.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf)

O pensamento urbanístico racionalista moderno, expresso na Carta de Atenas, define uma abordagem funcionalista da cidade e uma especialização dos diferentes espaços e estruturas que a constituem, levando a uma compressão do território urbano, no qual o espaço entre edifícios passa a ser encarado como um vazio sobranter.<sup>5</sup>

O período que sucede à II Guerra Mundial caracteriza-se por uma necessidade de reconstrução das cidades e por um crescimento exponencial do parque automóvel, o que leva ao aumento da prática da engenharia de tráfego.<sup>6</sup>

O desenvolvimento das tecnologias e a importância adquirida pelo automóvel no contexto sócio-económico mundial, levam à dominação do tráfego no planeamento urbano. Assistimos atualmente, e por esse motivo, a uma rua identificável como um canal de circulação automóvel em que o peão é secundário; e a uma cidade sedenta de grandes áreas de estacionamento, ao ar livre, no subsolo ou em silos.

Esta visão do planeamento urbano transforma a cidade numa rede de acessibilidade segura, rápida, controlada e até exclusiva entre os pontos edificados de qualidade de vida. Como nota Rolnik (2000), até ao momento assistimos a um modelo de cidade que nega a possibilidade de uso do espaço público e que intensifica a privatização da vida e uniformiza os espaços, levando a uma desorganização social e a um caos urbano.

Borja e Muxi (2000) observam que a avaliação de um espaço público pode ser feita a partir da análise das suas dinâmicas: a intensidade e a qualidade das relações sociais que estabelece; a capacidade em propiciar misturas de grupos e comportamentos; e a possibilidade que oferece para estimular uma identificação simbólica dos cidadãos e proporcionar expressão e integração culturais.

Assim, a conceção, a produção e a gestão de um espaço público devem partir obrigatoriamente de um processo participativo de debate público e inclusivo, onde todos os interesses tenham expressão, de forma a produzir e difundir uma cultura de espaços

---

4 - CML - Pelouros de Urbanismo, Políticas de Solo e Espaço Público. (2015) "Uma Praça em cada Bairro". *Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística - Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana - Divisão de Projetos e Estudos Urbanos*. [Consultado a 3 de Maio de 2017] Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10\\_Abril2015\\_CADERNO-PRACAS.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf)

5 - *Idem*

6 - *Idem*

públicos que possibilite propostas novas e questione as exigências sociais que degradam a vida urbana.

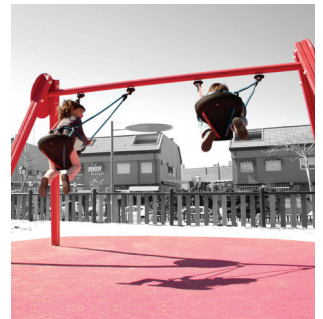
*“Más que cualquier otro programa urbano, un proyecto de espacio público se ha de apoyar en valores éticos, de libertad, tolerancia y solidaridad”*

(Borja e Muxi, 2000, p. 41)

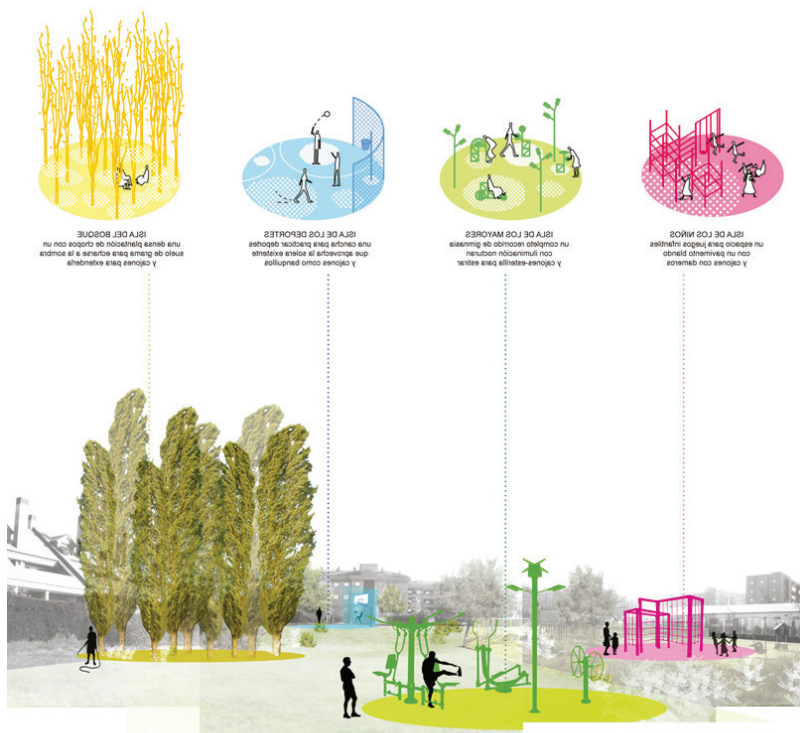
Um exemplo ativo da produção de um espaço público através de um debate inclusivo é o desenho do *'Parque de las Flores'* por parte do coletivo Arenas Basabe Palacios, na cidade de Alcorcón, em Espanha, em 2014. Denominado de *'Islas'*, o projeto baseou-se num debate público com os moradores sobre as pretensões de utilização do vazio urbano em questão. Após a nomeação de quatro temáticas preferenciais, o coletivo definiu quatro 'ilhas' (fig. 017), de usufruto público, onde a concentração de equipamentos promove a relação intergeracional e de diferentes usuários, promovendo as relações humanas no espaço urbano (fig. 018 e fig. 019).



018. Arenas Basabe Palacios - 'Islas' (2014)



019. Arenas Basabe Palacios - 'Islas' (2014)



017. Arenas Basabe Palacios - 'Islas' (2014)

Como refere Serdoura (2006), o caráter público confere ao espaço urbano o papel de 'palco' para a mescla de formas de vida urbana, mas também é a 'chave' para que todos os indivíduos que o ocupam se sintam como iguais.

O processo de desenvolvimento dos espaços públicos pode expressar-se de três formas distintas: regeneração, reconversão ou produção de novos espaços públicos.

A regeneração é aplicável quando se trata de centros históricos degradados, vias urbanas reconvertidas ou melhoramento de um espaço público existente com espaços verdes, mobiliário urbano ou iluminação.

A reconversão consiste na transformação de espaços e equipamentos públicos situados em áreas antes abandonadas ou esquecidas.

Finalmente, a produção de novos espaços públicos é aplicável quando as áreas vagas não são encaradas como vazios urbanos, mas sim como oportunidades de funcionalidade, com a introdução de infraestruturas que comuniquem e recuperem ligações entre bairros fragmentados e que criem espaços fortes, qualificados com infraestruturas e equipamentos especializados de qualidade.

A dimensão projetual a ter em conta em qualquer técnica de desenvolvimento é a de que um espaço público não resolva apenas um, mas vários problemas em simultâneo e a longo prazo; e que, em qualquer projeto urbano ou arquitetónico, se deva considerar o desenho do espaço público como a fase inicial que proporcione eixos de continuidade física e simbólica entre os novos projetos e a cidade existente (Borja e Muxi, 2000).

Tendo em conta que, atualmente, o espaço público não é utilizado de forma igualitária nem constitui uma garantia para todas as partes, a sua projeção deve proporcionar igualdade de condições para todos, homens e mulheres, oferecendo características heterogéneas, seguras, visíveis e de qualidade.

Como observam Borja e Muxi (2000), a cidade do espaço público deve construir tecidos urbanos com uma vocação igualitária e aberta, bem como possuir elementos referenciais produtores de sentido, com uma diversidade de centralidades e com a capacidade de articular funções e pessoas diferentes.





020. Comissão de moradores no Porto (1975)

## 1.3.2 Movimentos associativos

O associativismo, enquanto conceito de participação política, reivindica a redefinição da noção de direitos, a defesa da autonomia organizacional dos movimentos relativamente ao Estado e a defesa de formas públicas de apresentação das necessidades e negociações com o Estado.

Este conceito evidencia a capacidade pedagógica que as ações políticas podem estabelecer com a sociedade civil e permite o fortalecimento da cultura política, gerando novos elementos democráticos (Carlos, Zorzal e Silva, 2006).

Para perceber e aprofundar a temática dos movimentos associativos, é necessário, em primeiro lugar, apreender os conceitos de participação política e de sociedade civil, e, seguidamente, compreender o contexto em que tais movimentos surgem, bem como a sua evolução ao longo da história da sociedade e das cidades.

A participação política pode ser caracterizada como um processo no qual os membros de uma sociedade participam na produção, na gestão e no usufruto dos bens e serviços dessa mesma sociedade.

Como observam Carlos, Zorzal e Silva (2006), a produção da sociedade consiste na construção da sua historicidade, das suas estruturas sociais, políticas e económicas; a gestão da sociedade corresponde à introdução dos cidadãos no *"complexo jogo de relações, interesses e decisões geradas pela acção e transformação da sociedade, no campo dos sistemas político e organizacional"* (Carlos, Zorzal e Silva, 2006, p. 177); e o usufruto dos bens e serviços compreende, para além dos serviços básicos (habitação, educação, saúde, trabalho, entre outros), a fruição dos direitos civis, políticos e sociais (Carlos, Zorzal e Silva, 2006).

Deste modo, o significado político da participação traduz-se na forma como os cidadãos tomam parte nos processos dinâmicos que constituem e modificam a sociedade, a sua historicidade, transferindo a dimensão superficial do ativismo imediatista, que em geral não influencia o todo, para o núcleo das estruturas sociais, políticas e económicas (Carlos, Zorzal e Silva, 2006).

A sociedade civil representa a esfera de interação social estabelecida entre a economia e o Estado. É composta maioritariamente por uma esfera íntima, da qual faz parte principalmente a família; por uma esfera de associações, maioritariamente composta por associações voluntárias; e por movimentos sociais, cujas formas de comunicação são públicas.

A aplicação da democracia consiste, assim, na existência de condições que possibilitem uma divisão de poderes e uma distinção clara entre o Estado e a Sociedade Civil, sendo que *“não é possível existir democracia sem a participação directa do povo”* (Coelho, 2008, p. 1).

O fenómeno do surgimento do associativismo varia de país para país, mas é possível localizar a origem da participação social contemporânea nas décadas de 1960 e 1970, já que estas correspondem à época histórica dos novos movimentos sociais, das manifestações e das lutas pela democratização da gestão e das instituições públicas e pela equidade na distribuição dos bens; e representam, por isso, um período de crescimento e significância do associativismo civil, bem como das expressões políticas e ideológicas que suscitam as aspirações de transformação social (Carlos, Zorzal e Silva, 2006).

No entanto, é na década de 1990 que, com a emergência das entidades denominadas de Terceiro Sector, os sujeitos coletivos penetram em micro-espacos onde os agentes estatais não têm influência, procurando atuar sobre as dificuldades sociais existentes, e nos quais a participação e o associativismo adquirem raízes mais profundas (Coelho, 2008).

O contexto associativo português remete, por sua vez, para a revolução de 25 de Abril de 1974, *“em virtude do abrandamento da pressão social e política em que o país se encontrava submergido”* (Coelho, 2008, p. 10).

Na primavera de 1974 surgem, espontânea e radicalmente, lutas e contestações sociais em todos os campos, que levam ao aparecimento de novas formas institucionais, das quais se destacam as comissões de moradores e as comissões de trabalhadores (fig. 020), possíveis de caracterizar como práticas inovadoras em termos de participação social (Vilaça, 1994).

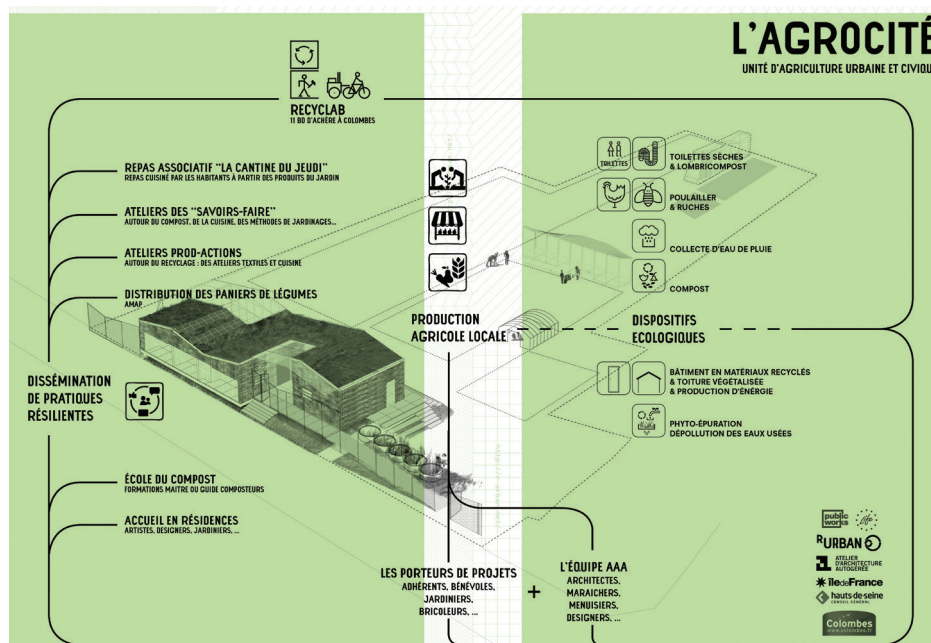
A prosperidade desse período de contestação foi breve e a sua decadência deve-se, em parte, à excessiva territorialização dos movimentos e a um conjunto de medidas que levaram a uma individualização progressiva dos cidadãos (Vilaça, 1994).

Coelho refere atualmente uma *“crise do associativismo”*, que define como uma atitude de rejeição devida a um mundo cada vez mais individualizado, repleto de assimetrias no

desenvolvimento que conduzem à descrença na atividade política e a uma ausência de solidariedade, complementadas por critérios puramente economicistas (Coelho, 2008).

No entanto, Carlos, Zorzal e Silva (2006) apontam uma nova forma de participação que se tem vindo a desenvolver, com significados reorientados e uma perspetiva instrumentalista, e que pretende substituir e redefinir o significado político da participação, despolitizando-a. Reconhecendo a complexidade do processo de participação, Carlos, Zorzal e Silva (2006) consideram que os diferentes atores que dele fazem parte – sociedade civil, Estado e instituições – são variáveis, e que podem agir e trabalhar em conjunto, apenas dependendo das suas características sociais, históricas, culturais e políticas. O movimento associativo é representativo de uma democratização e participação na sociedade civil, em que os cidadãos, na busca dos seus objetivos e direitos, procuram uma identidade e constroem um sistema solidário e comunitário.

As bandeiras principais dos movimentos associativos são cronologicamente semelhantes. Tomando as palavras de Sérgio Godinho, estas são: a paz, o pão, habitação, saúde, educação.



023. 'Agrocité' - Esquema programático (2012)



021. 'Agrocité' (2012)

No campo da arquitetura, tem-se vindo a assistir ao crescimento de coletivos baseados em associações, ou parceiros de concretização de projetos para movimentos associativos. Um exemplo atual desta relação é o projeto 'Agrocité'<sup>7</sup>, do Atelier d'Architecture Autogerée (AAA) (fig. 021).

Situado num grande vazio urbano, na comuna de Colombes, subúrbio de Paris, o projeto consiste no apoio ao movimento R-Urban, que pretende sensibilizar e formar os cidadãos para a cultura da agricultura (fig. 022). O atelier AAA cria, desta forma, uma estrutura de apoio às hortas comunitárias, ao mercado público, à zona de aprendizagem e restantes espaços coletivos, em constante relação com os moradores e usuários, aberto a qualquer interessado (fig. 023).

Conforme referido anteriormente, a relação entre o Estado, a sociedade civil e as instituições nem sempre é pacífica. Este caso de estudo foi demolido à data de produção deste documento, decorrendo atualmente conversações entre a associação e a administração da comuna.

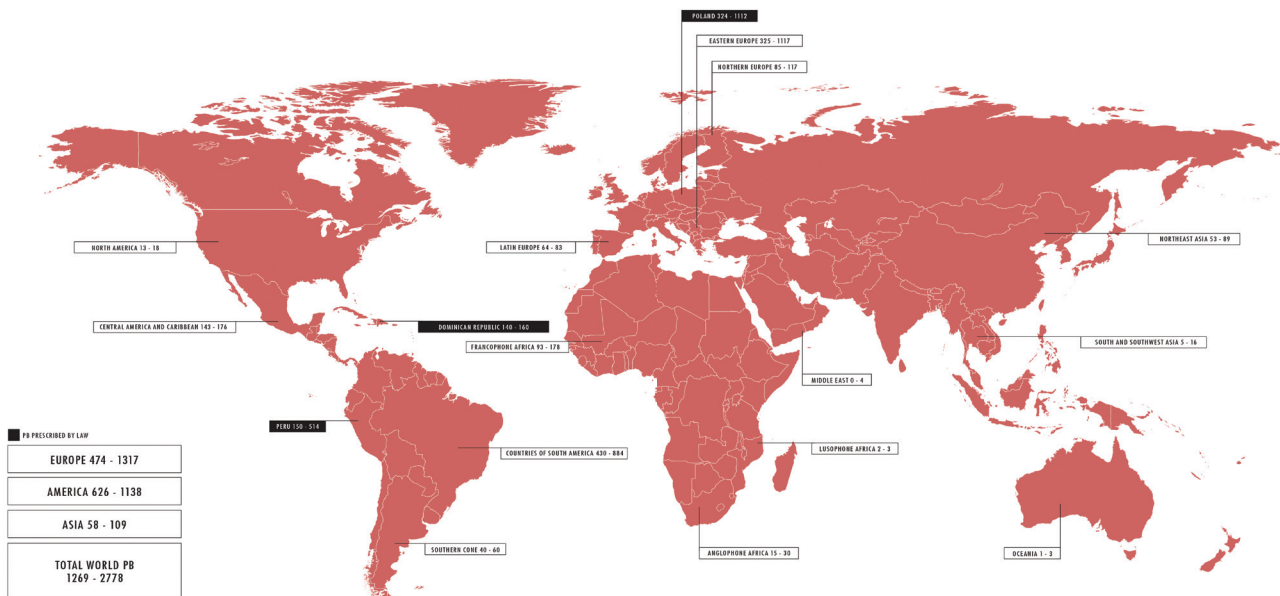


022. 'Agrocité' (2012)

---

7 - AAA - Atelier d'Architecture Autogerée. (2013) 'Agrocité'. [Consultado a 12 de Outubro de 2016] Disponível em: <http://www.urbantactics.org/projets/agrocite/>





024. Orçamento Participativo Mundial (2014)

### 1.3.3 Orçamento participativo

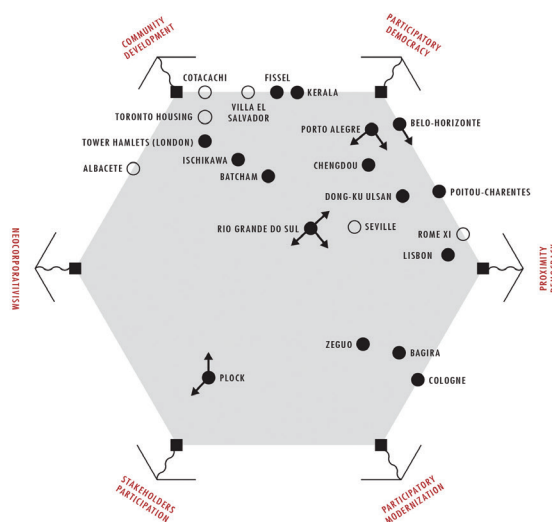
A participação, no domínio da arquitetura, do urbanismo e da gestão pública, surge como uma afirmação da importância das práticas participativas, bem como da necessidade de envolver todos os cidadãos, e não somente os técnicos, no processo de decisão (Crespo, Sá e Mendes, 2015).

O Orçamento Participativo é um processo democrático direto, voluntário e universal, que possibilita a discussão e decisão dos cidadãos sobre os orçamentos e políticas públicas.

Esta participação não se limita ao ato de votar, na eleição do poder executivo ou legislativo, mas compreende também a decisão sobre os gastos públicos e o controlo da administração do governo.

*“O Orçamento Participativo (OP) pode ser considerado como um exemplo informal da gestão urbana, com a participação directa da população na determinação de prioridades referentes a partes do orçamento municipal.”*

(Crespo, Sá e Mendes, 2015, p. 762)



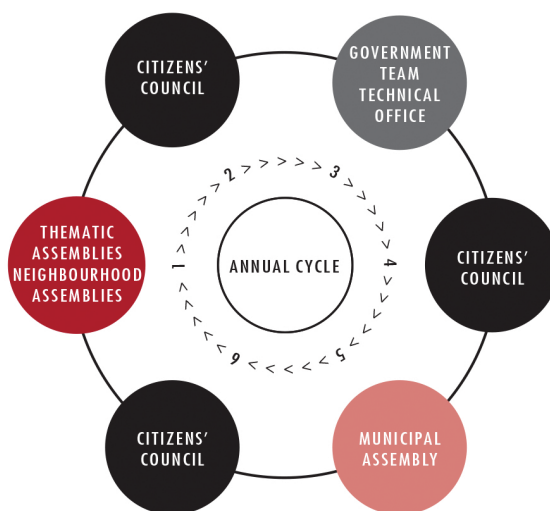
025. Orçamento Participativo - Tipologias de modelos de participação no mundo (2014)

A origem formal do Orçamento Participativo remonta a 1989 e à cidade brasileira de Porto Alegre. Rapidamente, e tendo em conta a sua origem experimental, se difundiu pelo mundo, “contaminando” a democracia participativa mundial.

O *Manual de Perguntas Frequentes acerca do OP*<sup>8</sup> resume esta expansão em três fases: a primeira, entre 1989 e 1997, baseada na experimentação num pequeno número de cidades brasileiras e uruguaias; a segunda, de 1997 a 2000, em que 130 cidades brasileiras adotaram o processo, consolidando-o e adoptando-o como instrumento de governação; e a terceira, iniciada em 2000 e ainda em curso atualmente, caracterizada pela expansão e diversificação extra-Brasil, pela Europa, África e, recentemente, também pela Ásia (fig. 025).

O processo é aplicado maioritariamente, a nível mundial, com base na discussão sobre o destino das verbas públicas, contando atualmente com a participação de mais de 100 cidades, a título coletivo ou individual.

Caracteriza-se por um aprofundamento do exercício da democracia, já que fomenta o diálogo entre o poder público e os cidadãos, permitindo que estes tenham o direito e o dever de participar ativamente na construção e manutenção das suas cidades e comunidades.<sup>9</sup>



026. Orçamento Participativo - Modelo de Ciclo Anual (2014)

8 - UN-Habitat. (2004) *72 Perguntas Frequentes sobre Orçamento Participativo*. Quito, AH Editorial.

9 - UN-Habitat. (2004) *72 Perguntas Frequentes sobre Orçamento Participativo*. Quito, AH Editorial.

Constituindo-se como uma nova forma de governação, o Orçamento Participativo abriu os horizontes das políticas públicas e respetiva gestão. Englobou uma institucionalização da participação, que permite compromissos com os cidadãos na definição das prioridades de investimento; equilibrou os poderes e criou um espaço de comunicação e cooperação direta entre eleitos e eleitores; e, finalmente, promoveu um fenómeno de identificação da população com as ações elaboradas no seu município (Crespo, Sá e Mendes, 2015).

Os processos participados surgem como resposta a contextos específicos e a diferentes necessidades resultantes das transformações sociais, políticas, económicas e ideológicas contemporâneas. Os modelos e a sua aplicação são, por isso, variáveis e complexos (fig. 026). No caso do Orçamento Participativo encontramos a centralidade na autarquia como órgão principal que partilha o seu poder com os eleitores, enquadrando-os nos processos de decisão-ação.

Como sublinham Crespo, Sá e Mendes:

*“Os processos participativos, ao pressupor um elevado nível de participação cívica e formação individual, geram um sentimento de pertença dos cidadãos aos espaços que habitam”*

(Crespo, Sá e Mendes, 2015, p. 765)

## 1.4 Síntese

O processo participativo compreende um discurso emancipatório e transformativo que busca uma cidade mais inovadora, diversificada e democrática, com uma distribuição mais igualitária dos recursos, e uma justiça de direito ao território urbano.

A forma mais fácil e justa de nos sentirmos cidadãos do nosso território consiste em participar diretamente na sua transformação, manutenção e desenvolvimento.

No entanto, a identificação das necessidades dos utentes não significa que a prática arquitetónica seja feita 'para' eles. Pelo contrário, o arquiteto deve desenhar 'com' a população, num gesto de cidadania ativa, em que a contribuição dos cidadãos na sociedade civil permita maiores transparência e justiça.

A metodologia de participação implica um conhecimento aprofundado dos grupos envolvidos, do seu território e dos seus objetivos. Como define Sanoff (2006): ter em conta quem, o quê, onde, como, quando.

A prática dos projetos participados é complexa e possui várias limitações. Existe um certo receio por parte dos técnicos em aceitar o envolvimento dos cidadãos, e as opiniões e contribuições dos habitantes nem sempre são levadas a sério; não existe muita experiência na gestão de potenciais conflitos; a informação que o processo participativo deve distribuir nem sempre chega a toda a comunidade, sendo necessário rever a sua divulgação; e, finalmente, os recursos humanos, materiais, económicos e temporais nem sempre permitem o desenvolvimento dos projetos, já que subsiste uma descrença generalizada da sociedade civil no ato de participar.

Outros obstáculos, a nível local, passam pela necessidade do aumento de competências técnicas dos especialistas ao nível da relação com os diferentes atores; pela crescente burocracia imposta pelas instituições públicas; pelo acréscimo da complexidade dos processos democráticos; e por um atraso na modernização dos sistemas estatais, que dificultam os processos inovadores propostos.

Todavia, o processo participativo depende da vontade dos seus participantes, significando por isso uma economia coletiva do desejo, das articulações entre pessoas, dos seus gestos e relações. A informação que se adquire no decurso de um processo participativo

é mais fidedigna, já que os utentes são os próprios participantes da ação-decisão e conhecem, melhor que ninguém, os problemas e necessidades locais, assim como as soluções mais favoráveis. Este envolvimento implica, por isso, uma cidadania mais ativa, que crie consciência acerca do território que habitamos e faculte aos cidadãos o direito a participarem no poder e gestão das suas vidas.

Como salienta Arnstein, *"(...) citizen participation is a categorical term for citizen power"* (Arnstein, 1969, p. 216). Se o poder não for distribuído aquando de um processo participado, então este torna-se um processo vazio e frustrante para aqueles que não detêm o poder.

Falar em arquitetura participada é falar sob o ponto de vista do utente, em vez do técnico que projeta sobre um estirador sem o conhecimento indispensável, estabelecendo normas, valores, usos e traçados que não são verdadeiramente necessários à cidade.

O aparecimento dos denominados coletivos de arquitetura, e o envolvimento do arquiteto nos programas e processos participados dos territórios, são um sinal de enraizamento deste pensamento coletivo na prática projetual. Os coletivos mencionados anteriormente, Arenas Basabe Palacios e Atelier d'Architecture Autogerée, bem como outros exemplos não referidos, como os Zuloark, são demonstrativos de uma vontade crescente dos técnicos em colaborar e promover o envolvimento dos usuários nos seus projetos, por forma a garantirem uma vontade plena de deter a cidade que é sua por direito.

Ao nível do espaço público, pretende-se contrariar a crescente expulsão do cidadão do seu espaço urbano, garantindo uma conexão de relações sociais exteriores que preservem a dinâmica do bairro. O planeamento deve ser reflexo das necessidades e da identidade do local, garantindo ao cidadão o seu sentido de pertença ao território.

A criação e a intervenção num espaço em desuso implica a perceção das necessidades dos moradores, seja a partir de discussões e debates públicos, seja através de uma observação direta. A construção e a programação do projeto devem implicar um pleno conhecimento do contexto e garantir um planeamento diversificado.

*"As cidades monótonas, inertes, contêm, na verdade, as sementes da sua própria destruição e um pouco mais. Mas as cidades vivas, diversificadas e intensas contêm as sementes da sua própria regeneração, com energia de sobre para os problemas e as necessidades de fora delas."*

(Jacobs, 2000, p. 499)

*“Participatory Budgeting ‘knocked on the door’ of Portuguese local power, ‘sat at the table’ with politicians and specialised staff, placed them face-to-face with citizens in a more horizontal, as opposed to vertical, dialogue, infiltrated into party structures and electoral programmes, stirred the curiosity of academia and civil society, gained space in the media and meanwhile seem to start gaining conditions to consolidate as part of a new political and democratic culture.”*

(Dias, 2014, p. 349)

## 2. LISBOA PARTICIPADA

A cidade de Lisboa, no decurso do investimento turístico e cultural empreendido nos anos recentes, tem assistido a diferentes processos sociais e económicos que alteram profundamente as suas vivências. Assiste-se, por parte dos órgãos estatais e autárquicos, e a nível popular, a uma procura cada vez mais diversa de respostas e adaptação às mudanças em curso.

Tendo sido efetuada, anteriormente, uma abordagem ao conceito de processos participados, à sua história, evolução e instrumentos, pretende-se agora analisar a mesma temática no contexto lisboeta, a partir do estudo do Orçamento Participativo do Município de Lisboa, do Programa BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa e do programa ‘Uma Praça em Cada Bairro’, assim como do levantamento de alguns coletivos de arquitetura com atuação na cidade e, seguidamente, do contexto territorial da área de intervenção, o bairro da Mouraria, protagonista de diferentes movimentos e associativismos locais.

O Orçamento Participativo, originado no Brasil, chega ao contexto português em 2003, na cidade de Palmela. Lisboa torna-se a primeira capital europeia a adotar o programa, que teve a sua primeira edição em 2008 e se encontra atualmente ainda em curso.

O programa BIP/ZIP, processo participado de intervenção a nível local, partilha objetivos e características com o Orçamento Participativo. No entanto, é um programa local destinado a bairros e zonas definidos como prioritários no contexto da cidade de Lisboa, cujos atores locais propõem pequenas intervenções ou atividades, na promoção de uma regeneração participada do seu habitat.

O programa ‘Uma Praça em Cada Bairro’, criado em 2014, consiste na reabilitação de centralidades, através de uma praça, eixo principal, e de jardins ou equipamentos potenciadores de uma identidade territorial, por forma a originar microcentralidades que simbolizem pontos de encontro da comunidade local, com qualidade de espaço público de permanência.

A relação do campo da arquitetura com os processos participados tem sofrido uma acentuação nos últimos anos, como se nota nos atores envolvidos nos processos anteriormente referidos. A relação técnico/cidadão adquire importância e o crescimento dos denominados coletivos de arquitetura acentua-se, ganhando-se uma colaboração direta de vários técnicos com os atores envolvidos no processo.

O território da Mouraria, que desde a sua génese tem uma história associada à pobreza, marginalidade, e exclusão, é atualmente um dos núcleos com maior presença de participação popular associativa na cidade de Lisboa.



**LISBOA**  
CÂMARA MUNICIPAL



# LISBOA EU PARTICIPO!

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE LISBOA

**10 ANOS A DAR VOZ  
AOS CIDADÃOS**

**APRESENTE AS SUAS PROPOSTAS PARA LISBOA  
DE 18 DE ABRIL A 11 JUNHO  
[WWW.LISBOAPARTICIPA.PT](http://WWW.LISBOAPARTICIPA.PT)**



## 2.1. Orçamento participativo de Lisboa

O Orçamento Participativo (OP) representa o início da inclusão dos cidadãos no trabalho autárquico e nas decisões municipais (fig. 028 e fig. 029).

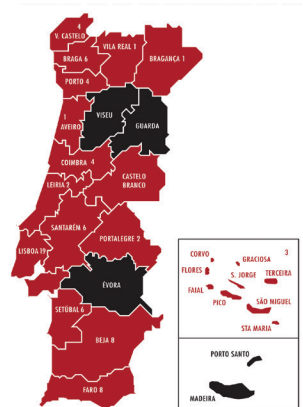
No contexto português, o OP contempla uma primeira fase (até 2004) que enquadra processos consultivos e presenciais; e uma segunda fase (a partir de 2005) que engloba processos deliberativos e que inclui o desenvolvimento de processos autónomos dos municípios, por parte das Juntas de Freguesia (Crespo, 2015).

Após as Reuniões Públicas Descentralizadas do Executivo Municipal em 2007, a Câmara Municipal de Lisboa torna-se a primeira autarquia de uma capital europeia a integrar o Orçamento Participativo, tendo a sua primeira edição no ano seguinte, 2008 (Mendes, Crespo, e Sá, 2016).

O seu fundamento primordial assenta no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa: *“Artigo 2º - Estado de direito democrático: A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.”*<sup>10</sup>

A primeira edição do OP no município de Lisboa distingue-se das demais experiências até aí elaboradas por representar um processo verdadeiramente deliberativo, que confere poder de decisão aos cidadãos, na premissa de estes poderem apresentar propostas para a cidade e poderem votar nos projetos que consideram prioritários (Crespo, Sá e Mendes, 2015).

Em Julho de 2008 foi aprovada a Carta de Princípios do Orçamento Participativo do Município de Lisboa, onde se definiu uma avaliação anual dos resultados de cada edição, traduzindo o seu carácter evolutivo (Crespo, Sá e Mendes, 2015). A Carta define o OP como um processo de carácter consultivo, em que os cidadãos são ouvidos acerca da definição das propostas de investimento; e de carácter deliberativo, pois os cidadãos podem votar nos projetos de investimentos que consideram úteis.



028. OP Portugal (2002-2013)

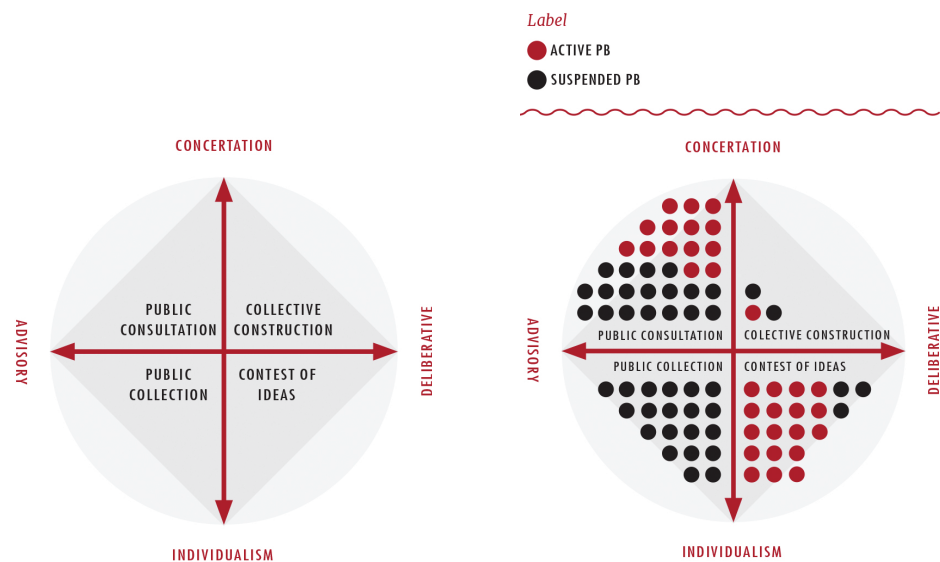


029. OP Portugal - Distritos sem experiência de OP (2014)

10 - Assembleia da República. (2005) 'Constituição da República Portuguesa'. [Consultado a 23 de Novembro de 2016] Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

O processo compreende cinco fases: preparação do ciclo anual do OP, após análise do processo anterior; divulgação pública e recolha de propostas; análise e avaliação das propostas apresentadas; votação dos projetos; e apresentação pública dos resultados e incorporação dos projetos.<sup>11</sup>

Definindo-se como um verdadeiro instrumento de democracia participativa, o OP garante, desta forma, a possibilidade de os cidadãos, moradores, trabalhadores ou utilizadores definirem o destino de uma parcela do orçamento municipal, para usufruto do bem comunitário (fig. 30 e fig. 31).



030. OP Portugal - Matriz Standart (2014)

031. OP Portugal - Matriz Standart (2002-2013)

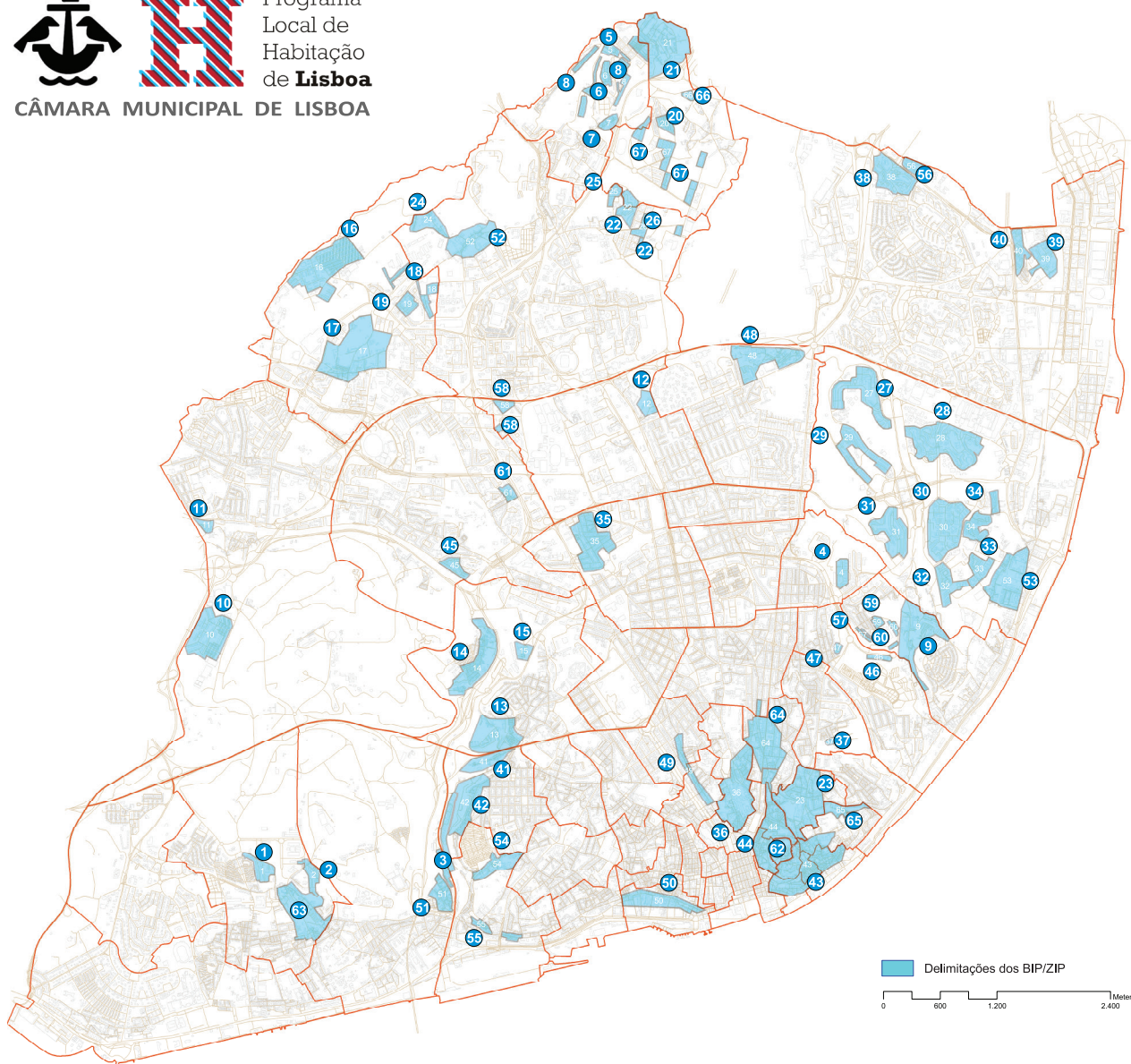
11 - OP – Lisboa Participa. (2008) "Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Lisboa". [Consultado a 23 de Novembro de 2016] Disponível em: <https://op.lisboaparticipa.pt/documentos/56d9753ad346e50900cfa486>





Programa  
Local de  
Habitação  
de **Lisboa**

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



032. Carta dos BIP/ZIP - Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (2010)

## 2.2 Programa BIP/ZIP

O programa BIP/ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa nasce no enquadramento do Programa Local de Habitação (PLH) da Câmara Municipal de Lisboa, tendo sido aprovado pelas entidades municipais no final de 2009 (Mendes, Crespo, e Sá, 2016).

Este programa caracteriza-se pelo estabelecimento de parcerias locais, tendo como atores as juntas de freguesia e as associações locais, coletividades e organizações não-governamentais, na busca pela contribuição para o reforço da coesão sócio territorial no município (Crespo, Sá e Mendes, 2015).

A sua origem pode ser contextualizada na sequência de uma experiência também ela inovadora, a Iniciativa Bairros Críticos (IBC) que propunha uma metodologia onde a participação e a cooperação da população organizada em associações locais se torna parte importante do planeamento (Crespo, Sá e Mendes, 2015).

Desde 2011, ano da sua primeira edição, o programa busca a promoção e operacionalização de pequenas intervenções localizadas que promovam a emergência e desenvolvimento de atividades e projetos em Zonas de Intervenção Prioritárias (Mendes, Crespo, e Sá, 2016).

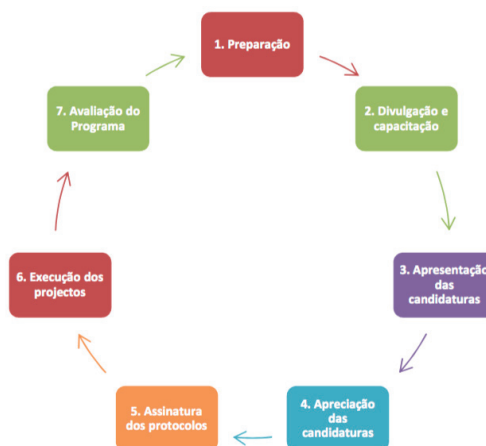
O programa é composto por temas e atores diversificados, entre os quais se destacam: a promoção da cidadania, empreendedorismo, inclusão, reabilitação de zonas degradadas e melhoramento das condições de vida das zonas intervencionadas. O seu objetivo primordial é a criação de parcerias locais, compostas por moradores individuais, associações locais, associações não-governamentais e associações de moradores, entre outras, promovendo as relações sociais e dando coesão à vivência de bairro (Mendes, Crespo, e Sá, 2016).

Conforme citado no Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2016 - Parcerias Locais (fig. 33), os objetivos específicos do programa são: a promoção do desenvolvimento local, com vista a uma cidadania ativa, capacidade de auto-organização e procura coletiva de soluções; a contribuição dos atores para uma melhoria dos territórios e comunidades intervencionadas, permitindo e reforçando a sua integração na cidade, sem discriminações no acesso aos bens e serviços; e a criação de um clima favorável ao desenvolvimento pessoal e à capacidade de iniciativa local.

A Carta BIP/ZIP (fig. 032), que define as zonas consideradas de intervenção prioritária, delimita um total de 67 bairros, escolhidos pelas suas variáveis socioeconómicas, urbanas e ambientais, que possuam uma falha. Os bairros presentes na Carta podem ser divididos em quatro áreas temáticas: AUGI's (Áreas Urbanas de Génese Ilegal); Bairro Histórico; Bairro Municipal; Outros/Várias temáticas (Mendes, Crespo, e Sá, 2016).

Os destinatários primordiais das propostas apresentadas são crianças, jovens, idosos, famílias e a própria comunidade, sendo um programa aberto por proporcionar abertura de participação a diferentes atores e entidades, interessados na melhoria das condições e vivências do seu bairro.

O ciclo de cada edição (fig. 033), tal como no Orçamento Participativo lisboeta, é rotativo e comporta as seguintes fases: preparação do programa anual; divulgação e capacitação dos critérios; apresentação das candidaturas públicas; apreciação das propostas por parte do júri e escolha dos projetos a desenvolver; assinatura dos protocolos entre entidades; execução dos projetos; e, finalmente, reavaliação da edição anterior, reiniciando o ciclo programático.<sup>12</sup>



033. Ciclo do Programa BIP/ZIP (2017)

12 - CML - BIP/ZIP Lisboa. (2017) "Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2017 - Parcerias Locais" [Consultado a 26 de Maio de 2017] Disponível em: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo\\_regras.pdf](http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras.pdf)

Os critérios de avaliação na escolha das propostas finalistas baseiam-se, primordialmente, nos seguintes pontos: a participação da população na conceção, no desenvolvimento e na avaliação dos projetos; a pertinência das ações previstas no território em causa e nos problemas levantados pelo mapeamento original; e/ou o contributo da proposta para o desenvolvimento local e o reforço da coesão social e territorial (Crespo, Sá e Mendes, 2015).

A característica mais inovadora deste programa é o facto de os criadores e parceiros do projeto em execução serem inteiramente responsáveis pelo desenho e implementação da proposta, bem como pela análise e orçamento do mesmo, obrigando a uma maior preocupação com o objetivo e continuidade do projeto (Mendes, Crespo, e Sá, 2016).



034. Renovar a Mouraria (2014)

Na Mouraria, o bairro em análise, o crescimento dos movimentos associativos e das pequenas associações, bem como o envolvimento da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior na construção do território, tem levado ao empreendimento e participação no programa BIP-ZIP. Um dos casos de maior sucesso, que conta já com vários projetos desenvolvidos a partir do financiamento BIP-ZIP, é a associação Renovar a Mouraria (fig. 034).

Criada em 2008, com o objetivo de revitalizar o bairro histórico da Mouraria, envolvendo a comunidade nessa empreitada, obteve em 2011 o financiamento para o desenvolvimento da sua sede, localizada no Beco do Rosendo. A Mouraria – Edifício-Manifesto<sup>13</sup> (fig. 035) foi desenvolvida pelo coletivo Artéria, em conjunto com a associação e moradores do bairro.

13 - Artéria – Humanizing Architecture. (2012) “Edifício-Manifesto” [Consultado a 20 de Maio de 2017] Disponível em: [http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto\\_7.html](http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7.html)

Atualmente, é um dos pontos mais atrativos de promoção da cultura, multiculturalidade e participação no território histórico de Lisboa. Desenvolve atividades nas mais diversas áreas, desde o ensino de português a imigrantes, alfabetização, apoio ao estudo a crianças e jovens, gabinete de apoio jurídico, medicina tradicional chinesa, cabeleireiro solidário, entre outros.

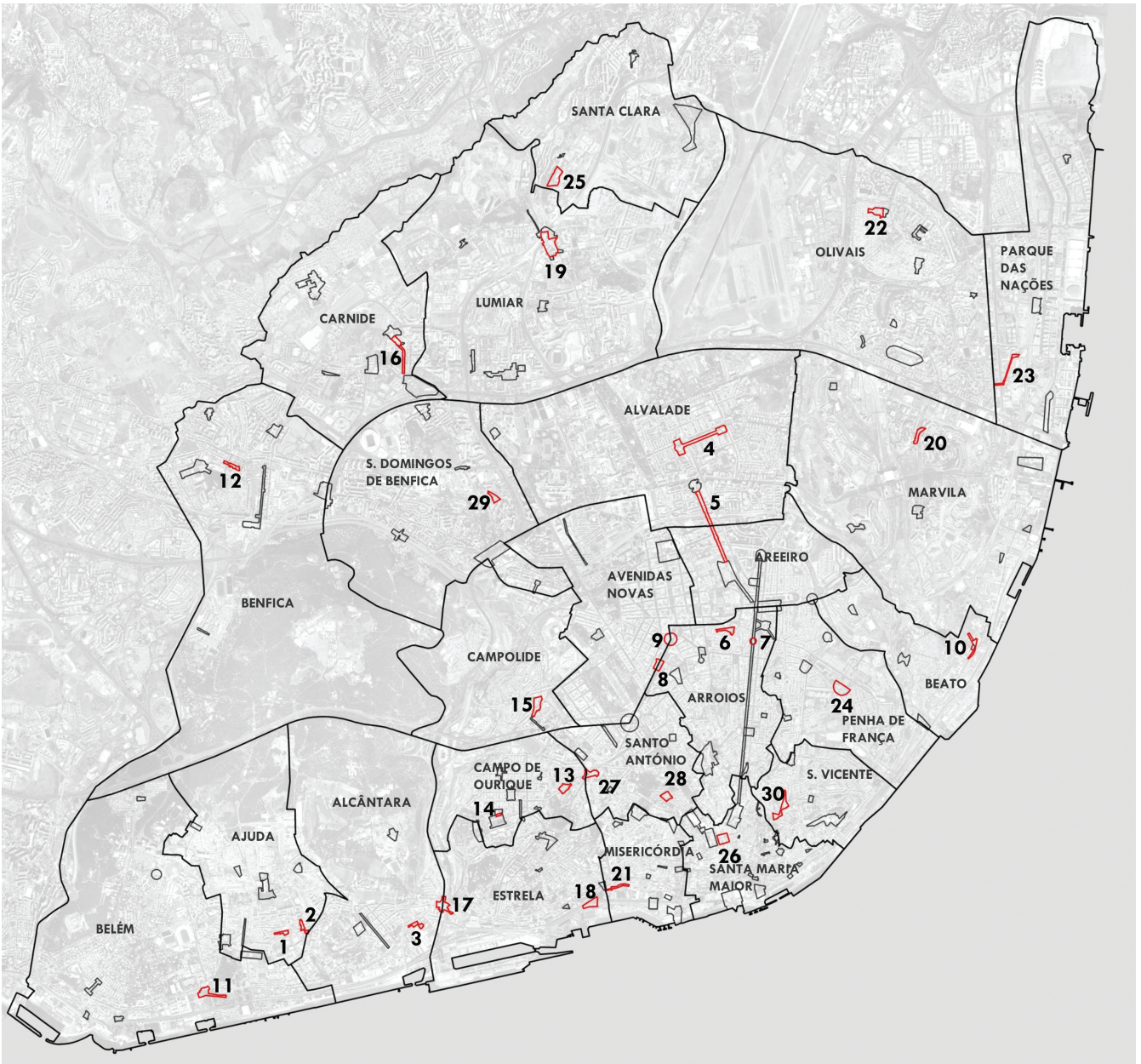
*“De facto, procuram recuperar o significado da res publica e da política através de uma vivência plena destes conceitos, ao incentivarem a participação dos cidadãos na definição, planeamento, gestão, implementação e avaliação de acções simples e específicas, em diferentes escalas do território comum: no condomínio, na rua, no bairro. São, na sua génese, projectos congregadores, e intergeracionais que aceitam, inclusive, a imperfeição e a efemeridade das soluções, valorizando a sua capacidade transformadora.”*

(CML, 2013, p. 15)



035. Edifício-Manifesto (2012)





036. 'Uma Praça em Cada Bairro' - 30 Praças Prioritárias (2015)

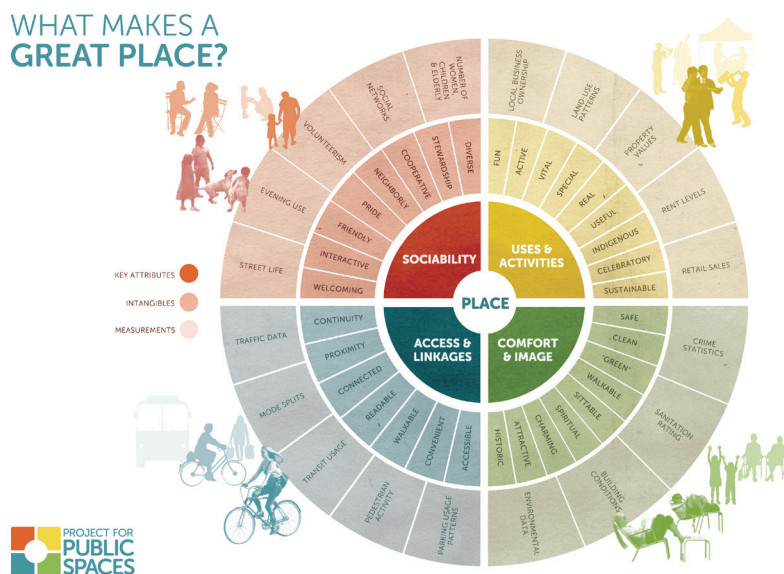
## 2.3 ‘Uma praça em cada bairro’

O Programa “Uma Praça em cada Bairro – intervenções em espaço público”, nasce integrado no conceito Lisboa Cidade de Bairros, a 28 de maio de 2014, numa reunião da Câmara Municipal de Lisboa, com as 24 juntas de freguesia da cidade.

O conceito original é a criação de pontos de encontro da comunidade local, a partir do reaproveitamento ou proposta de praças, ruas, zonas comerciais, jardins e equipamentos coletivos, por forma a criar microcentralidades que promovam a qualidade dos locais de estar, relacionando as diferentes formas de permanência e de locomoção.

*“É na rua, quando se deslocam ao sair de casa ou do trabalho, ao ir às compras, ao café ou à escola, ou a um outro equipamento, ou, simplesmente, brincando, correndo ou repousando num banco ou numa esplanada, que as pessoas se cruzam e encontram, se aproximam e comunicam, criam relações de comunidade e pertença.”<sup>14</sup>*

(CML, 2015, p.4)



### 037. Metodologia PPS (2015)

14 - CML - Pelouros de Urbanismo, Políticas de Solo e Espaço Público. (2015) “Uma Praça em cada Bairro”. *Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística - Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana - Divisão de Projetos e Estudos Urbanos*. [Consultado a 3 de Maio de 2017] Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10\\_Abril2015\\_CADERNO-PRACAS.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf)

As intervenções promovidas por este programa, que conta com várias fases de participação pública, foram, em muitos casos, originadas por candidaturas de novos espaços públicos por parte de organizações sem fins lucrativos e associações das freguesias em que a falta de espaços abertos corresponde a uma prioridade de intervenção.

A articulação do programa com os grupos comunitários gera uma co-responsabilização que implica uma vontade dos atores sociais em utilizar, manter e gerir tais espaços, de modo a garantir o carácter dinâmico e participado dos mesmos.

A identificação e delimitação das centralidades utilizou a metodologia 'Project for Public Spaces' (PPS) (fig. 037), na qual se utilizam diferentes indicadores de caracterização como a densidade populacional, a dimensão média das famílias, a presença de frentes de comércio, a existência de pontos de sociabilidade, a presença de edifícios classificados e de equipamentos coletivos, as vias e os nós viários, depois analisados através de um Sistema de Informação Geográfica (SIG). Após definição das áreas mais destacadas, surge a procura dos jardins, praças, largos e ruas tradutores de centralidade.

O processo de análise resulta na sinalização de 130 locais significativos, comparados com estudos efetuados anteriormente e com os diferentes atores.

São definidos 150 espaços, dos quais 129 eram já centralidades e 17 potenciais locais de intervenção. Após uma priorização baseada nos locais mais necessitados de intervenção e com uma atividade comunitária simbólica, definiram-se 30 centralidades prioritárias (fig. 36).

A fase seguinte caracteriza-se por levantamentos de informação atualizada e elaboração de fichas de caracterização, compostas pela classificação PPS (gráfico), por uma pequena análise SWOT e pelas propostas de intervenção.

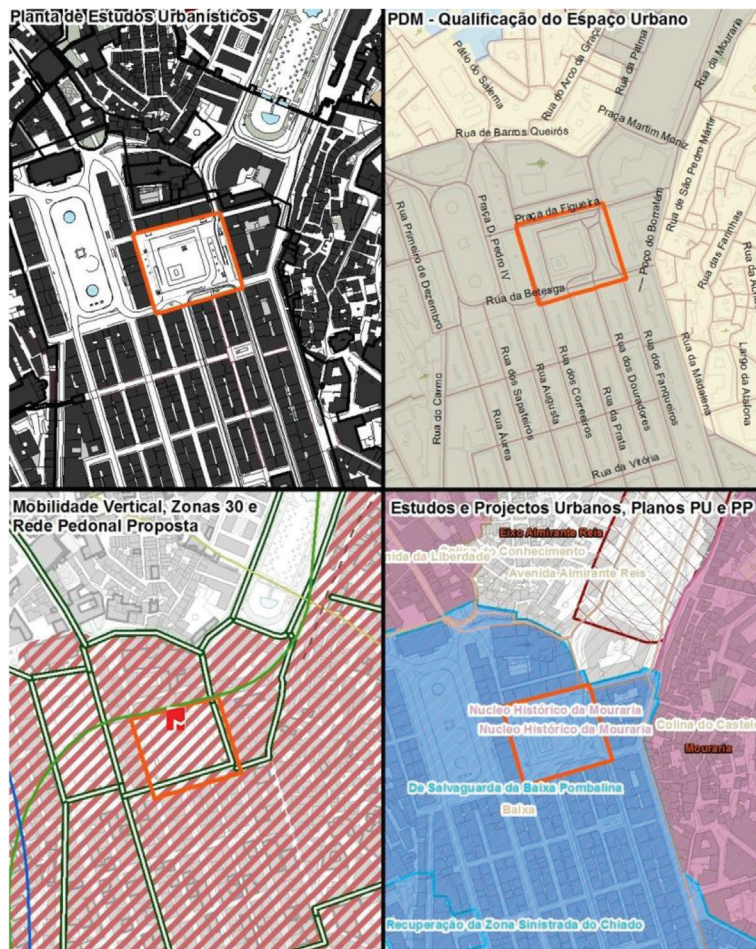
O programa em análise caracteriza-se por três objetivos principais: prevenção da criação de novas barreiras; promoção da adaptação progressiva dos espaços e edifícios já existentes; e mobilização da comunidade para a criação de uma cidade para todos.

A pretensão da melhoria das acessibilidades e circulação pedonal pretende, desta forma, desenvolver uma rede pedonal contínua, segura, eficaz, multifuncional e de acesso universal, que contribua para a definição de eixos marcantes na cidade, valorizando o espaço público e a interação entre cidadãos, serviços, comércio, transportes coletivos, automóvel e outras formas de locomoção.

Uma das centralidades existentes a reabilitar, definida aquando da análise, foi a Praça da Figueira, situada na periferia do bairro da Mouraria.

A metodologia mencionada refere os compromissos, a sua qualificação segundo o Plano Diretor Municipal, as suas frentes referidas na Carta Municipal do Património, a sua classificação segundo a Direção Geral do Património Cultural, e sintetiza o seu contexto histórico e social (fig. 038 e fig. 039).

De seguida, após elaboração das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, são definidas as linhas de ação principais, que, com base no cálculo PPS, no levantamento dos transportes coletivos e usos principais, e na planta do existente, definem as linhas de atuação da proposta (fig. 040).



038. Praça da Figueira - Estudos de Preferência (2015)

Forças	Fraquezas
Baixa Pombalina; Centralidade da Praça; Nobreza do Espaço público; Poder de atração municipal; Intervenção de espaço público recente; Interface de transportes, parque de estacionamento subterrâneo; Integra a rede pedonal estruturante da cidade; Zona de Qualificação Pedonal;	Interface de transportes; Localização das entradas/saídas do parque de estacionamento subterrâneo; Fracá utilização do espaço central; Excesso de canais rodoviários; Intervenção de espaço público recente;
Oportunidades	Ameaças
Intervenção incluída na Área de Intervenção Territorial Integrada; Candidatura da Baixa Pombalina a Património da Humanidade; Reestruturação das carreiras de transportes públicos, no âmbito dos projetos de espaço público da Baixa Pombalina,	Estado de conservação do edificado da Praça; Dificuldade de reformulação do interface de transportes públicos; Desqualificação dos comércio da Praça;
Linhas de Ação Principais	
<p>Espaço Público: reformulação do sistema de circulação (integrado no esquema geral da Baixa Pombalina); promover o aumento do espaço público pedonal na área central da praça; mobiliário urbano de estadia; análise da transferência de interfaces de carreiras da carris para praças envolventes no âmbito dos estudos em elaboração (Martim Moniz e Campo das Cebolas/Santa Apolónia); potenciar a função de estadia na placa central; análise da alteração entradas e saídas do parque de estacionamento subterrâneo;</p> <p>Estudo Urbano: elaborar um estudo de fachadas para a envolvente edificada da rua, que através de uma nova paleta de cores/cenografia permita reforçar o valor arquitetónico da Praça Pombalina e reforce a sua identificação, com incidência nos rés-do-chão comerciais;</p> <p>Economia e Inovação: elaboração de programa estratégico de identidade da Praça da Figueira com a JF Santa Maria Maior;</p>	

039. Praça da Figueira - Análise SWOT (2015)



040. Praça da Figueira - Estudo PPS e Linhas de Ação Principais (2015)





**041.** Ateliermob + Coletivo Warehouse - 'Cozinha Comunitária das Terras da Costa' (2015)

## 2.4 Novos atores: Coletivos de Arquitetura

Como foi já referido, o sucesso dos programas acima mencionados tem sido conquistado através da relação cada vez mais estreita entre técnicos e atores sociais.

A perceção do arquiteto enquanto detentor de instrumentos capazes de intervir positivamente no território quando inclui o utilizador no processo tem contribuído para o aparecimento e o crescimento de cada vez mais coletivos de arquitetura.

Uma nova geração de técnicos, empenhada em perceber extensamente os territórios e comunidades onde intervém, tem fomentado uma prática conjunta de pesquisa e debate de arquitetos, sociólogos, antropólogos, psicólogos, entre outros, com moradores, associações, Estado e sociedade civil.

Na cidade de Lisboa, tanto nas denominadas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) como no Centro Histórico, assiste-se ao nascimento de intervenções efémeras ou contínuas, realizadas a partir de metodologias participadas que vão desde o debate público, às recuperadas comissões de moradores, e às técnicas alternativas de prática arquitetónica.

O Ateliernob, nascido como plataforma multidisciplinar no campo da arquitetura e do urbanismo, cria, em 2016, a cooperativa “Trabalhar com os 99%”, para garantir a prestação de serviços na área da arquitetura e do urbanismo, o planeamento estratégico, a coordenação ou implementação de projetos e a formação.<sup>15</sup>

O seu trabalho mais recente centra-se no apoio à regularização de habitações criadas por iniciativas municipais, reformulando-as em conjunto com a população a partir das comissões de moradores, visando legalizar e melhorar as condições habitacionais dos seus moradores.

Dois exemplos concretos são os projetos PRODAC Sul e PRODAC Norte (fig. 042, fig.043, fig. 044 e fig. 045), situados no bairro PRODAC, construído no final dos anos 60 para realojar os moradores da Quinta das Claras e do bairro Chinês, no Vale Fundão, em Chelas.



042. Ateliernob - Prodac Norte (2016)



043. Ateliernob - Prodac Sul (2016)



044. Ateliernob - Prodac Sul (2016)



045. Ateliernob - Prodac Sul (2016)

15 - Ateliernob – arquitetura, design e urbanismo lda.(s.d.) [Consultado a 20 de Maio de 2017] Disponível em: <http://www.ateliernob.com/tag/sobre+%7C+about>



046. Coletivo Warehouse - Espaço Expositivo 'Marchas do Castelo' (2015)



047. Coletivo Warehouse - Espaço Expositivo 'Marchas do Castelo' (2015)

O coletivo de arte e arquitetura Warehouse nasce a partir da Associação Movimento Organizado de Vitalização do Território (AMOVT), em 2014, com o objetivo de pesquisar o papel do arquiteto no campo da arquitetura contemporânea, a partir de uma metodologia alternativa de desenho, experimentação e intervenção prática na construção, em projetos no espaço público e privado.

Desenvolvendo uma arquitetura participada, o coletivo realiza projetos de âmbito cultural e social, procurando obter resultados com maior impacto no contexto urbano em que intervém.

A sua metodologia encara o processo construtivo como um processo de partilha, ensinamento e aprendizagem, no qual os processos de mediação, fomentadores de participação, inclusão e apropriação, são uma componente importante do projeto.

O desenvolvimento e revitalização dos espaços urbanos realizam-se através de processos participativos encarnados em diversas atividades que promovem a interação entre os diferentes agentes envolvidos, com representação no espaço urbano, membros ou não da comunidade, em Portugal ou no estrangeiro.

Desenvolvem igualmente projetos participativos e colaborativos no espaço urbano através da construção e reabilitação de diferentes tipos de equipamentos, espaços e edifícios, por forma a contribuir para a regulamentação, disseminação e partilha das metodologias, modelos e técnicas utilizadas como ferramentas destes projetos.

Tendo desenvolvido iniciativas em diversas áreas, refere-se o projeto "Espaço Expositivo 'Marchas do Castelo'" (fig. 046 e fig. 047), realizado em 2015, em colaboração com a associação FAS (Fundo de Arquitetura Social), que consistiu na criação de um espaço para retratar as tradições das Marchas Populares do Castelo nas Festas de Santo António. Sendo um projeto efêmero que ocupou temporariamente o Museu das Artes Decorativas – Fundação Ricardo Espírito Santo, de 5 de Junho a 19 de Julho de 2015, o projeto foi realizado em conjunto com a comunidade do Castelo, que produziu as peças artesanais para venda e emprestou o material exposto, relativo às marchas.<sup>16</sup>

16 - Warehouse. (s.d.) [Consultado a 20 de Maio de 2017] Disponível em: <http://www.warehouse.pt/sobre.html>

O Frame Coletivo é um coletivo dedicado à arquitetura de intervenção e atuação no contexto cultural, arquitetônico e urbanístico da cidade de Lisboa, que pretende diversificar as metodologias de arquitetura de intervenção, abordando-a como um processo de relações e micropolíticas urbanas em constante transformação e redefinição.

O início da atividade do coletivo remonta a 2013, quando mapeiam e estudam de forma alternativa e tipológica os pátios e vilas operárias de Lisboa do século XIX, para criar uma referência base para o projeto piloto Pátio Ambulante, vencedor de um Orçamento Participativo de Lisboa e elaborado em colaboração com a Trienal de Arquitetura de Lisboa.

A partir de uma estrutura de ação - improvisação e performance, pesquisa e mapeamento, identificação de interesses e atores, delineamento de uma estratégia urbana, e intervenção - o coletivo aborda o espaço urbano e a prática arquitetônica em todas as suas camadas, como um tema em constante mutação e evolução, e que, com a inclusão de todos os participantes, questiona a institucionalização dos espaços públicos urbanos e atua no território. Como referido pelo próprio coletivo:

*“a metodologia FRAME caracteriza-se pela preferência da ação experimental como catalisador para o desenvolvimento de projetos contextualizados. A vivência pessoal do local de implementação é imperativa assim como a colaboração com instituições e associações presentes na área.”<sup>17</sup>*

Um exemplo da metodologia FRAME é o projeto “Pátio no Bairro de Santos”, no bairro do mesmo nome, em 2016.

Convidado pela associação “O Nosso KM2”, o coletivo começa por realizar um mural em conjunto com os moradores, para criar laços e abrir e fomentar o diálogo, a fim de entender as necessidades dos moradores, futuros usuários do espaço.

De seguida, procedem à construção da carpintaria ao ar livre onde desenvolve um workshop de construção colaborativa, durante três meses, desenvolvendo, num terreno desaproveitado, um espaço público modular, construído pela comunidade (fig. 048, fig. 049, fig. 050 e fig. 051).



**048.** Frame Coletivo - Pátio no Bairro de Santos (2016)



**049.** Frame Coletivo - Pátio no Bairro de Santos (2016)



**050.** Frame Coletivo - Pátio no Bairro de Santos (2016)



**051.** Frame Coletivo - Pátio no Bairro de Santos (2016)

17 - Frame Coletivo (s.d.) “Manifesto Frame”. [Consultado a 20 de Maio de 2016] Disponível em: <http://framecolectivo.com/PT/manifesto-e-outros-frames/>

## 2.5 Síntese

*“O crescente interesse e projeção da participação pode ser visto com uma manifestação de valor que a população pode assumir nas cidades atuais. Neste sentido, a arquitetura e o urbanismo poderão traduzir no espaço aqueles que nele habitam, escutando as diferentes perspectivas que emergem atualmente na sociedade.”*

(Crespo, Sá e Mendes, 2015, p. 771)

A autarquia e atores locais da cidade de Lisboa, e mais especificamente do bairro da Mouraria, têm investido intensamente na tentativa de resolução das problemáticas existentes e na procura de uma maior inclusão social nos processos de ação-decisão.

Dois anos após o início das obras, a transformação física sentida em alguns pontos do bairro da Mouraria – ruas, edificado e espaço público – começa a ser notória e a apresentar resultados em termos de alteração nas dinâmicas sociais (Sánchez, 2015).

As mudanças físicas fizeram-se acompanhar por um desenvolvimento comunitário planeado, envolvendo autarquia, associações coletivas, agências locais e organizações do terceiro sector, que têm vindo a promover a melhoria das condições de vida, e a redução da degradação, pobreza e exclusão social, incentivando o investimento local para a conquista de novos moradores e, sobretudo, de visitantes (Sánchez, 2015).

Como afirma Ferro, a reforma levada a cabo no bairro da Mouraria impõe-se como uma obra executada a partir do exterior, expressiva de uma linha política que aspira a uma estratégia socioeconómica para o desenvolvimento do centro de Lisboa (Ferro, 2014).

Este autor complementa a sua teoria afirmando que a reforma aplicada é um território recriado, que forja a sua imagem a partir do contexto anterior, e que não existem no bairro grupos ou associações oficiais que tutelem ou representem as vontades socioculturais do plano.

No entanto, reconhece que esta reforma reafirma a importância do bairro no cenário político e social do contexto urbano lisboeta e renova assim, tal como no passado, a ligação indiscutível da sua história à história da cidade de Lisboa (Ferro, 2014).

O Programa de Ação da Mouraria, bem como os instrumentos participativos lançados na cidade de Lisboa, são um primeiro passo importante com vista à coesão sociocultural do território.

No entanto, como refere Menezes, existem quatro riscos na intervenção urbana: ignorar a heterogeneidade da Mouraria, considerando-a como um todo homogéneo; considerar as parcelas de diversidade como independentes entre si, não compreendendo o seu relacionamento quotidiano; reduzir o conceito de heterogeneidade sociocultural à diversidade de expressões étnicas; e dar mais importância a determinadas parcelas com valorização patrimonial, promovendo o zonamento das tradições e das identidades culturais (Menezes, 2005).

Portanto, na intervenção num território urbano, é necessário considerar a íntima relação entre cultura e espaço, entre organização social e organização espacial, entre cultura e arquitetura, entre sociedade, cultura e projeto de intervenção; e fazê-lo procurando estudar lógicas, instrumentos e mecanismos que contribuam para a criação de uma cultura de sustentabilidade urbana que promova o desenvolvimento social, com a devida salvaguarda do património cultural e urbano (Menezes, 2012 a).

A intervenção social – caracterizada como a perceção dos problemas e a ação prática sobre eles – não pode, pois, ser considerada um *problem solving* mas um *problem setting*.

Ao invés de recorrer a técnicas formais para decidir sobre os problemas e resolvê-los, a identificação destes e a construção de uma ação deve ser considerada como uma prática criativa, institucionalizada e apoiada, que permita o ajustamento entre atores em função da partilha de soluções na construção de condições do “*viver em conjunto*” (Guerra, 2002, p. 125).

O papel do arquiteto na intervenção urbana deve ser questionado e reformulado, por forma a produzir uma coesão comunitária, um envolvimento dos atores e, sobretudo, uma responsabilização pelos direitos e deveres do cidadão sobre a cidade.

Um conhecimento pleno do contexto do território, das suas características mutáveis e da comunidade envolvida no processo, leva à concretização de projetos enraizados não só numa dimensão física, mas também numa dimensão comunitária.

*“Nas malhas do destino que a História tece emerge esta Mouraria que persegue um sonho de modernização e progresso mas que sabe que o seu maior tesouro secreto é a sua Memória que a todo o custo deve ser preservada.”*

(Alves, 2010, 11)

### 3. TERRITÓRIO VIVO, COMUNIDADE INCLUSIVA

Após análise do conceito de processos participados, quer no contexto internacional, quer no exemplo nacional, e, mais especificamente, dos instrumentos e intervenientes da participação na cidade de Lisboa, construímos o cenário do bairro da Mouraria e definimos os objetivos e premissas programáticas da proposta urbana e arquitetónica.

Traçamos a contextualização histórica do território, desde a sua origem como arrabalde destinado aos “mouros vencidos” após a reconquista cristã, e que se constitui depois lentamente como lugar de abrigo para os moradores imigrantes ou segregados da cidade, sempre como bairro pobre de cariz popular, até aos dias de hoje, em que se expõe como um território multicultural em regime de transformação.

Abordamos ainda os processos de reabilitação e os processos de participação vigentes, as suas dinâmicas, metodologias e resultados, identificando os atores sociais estruturantes. Em simultâneo ao estudo dos processos em curso, têm-se efetuado visitas regulares ao bairro, nas quais se pratica um processo de observação direta e, tanto quando possível, se desenvolvem conversas informais.

Este cenário, em conjunto, visa a construção dos objetivos programáticos e das premissas da proposta, desenvolvidas a seguir.

Tendo em vista a aplicação das conclusões extraídas da análise efetuada, definem-se seis espaços públicos de intervenção, propagadores de uma dinâmica participativa através da definição de pontos identitários da comunidade.

Estes espaços, construídos pelos próprios habitantes, radicam no edifício-motor, engenho propulsor da produção, formação e exposição de ofícios perdidos da história do bairro, num desenvolvimento físico de dinâmicas participadas, em que a comunidade, os visitantes e os artesãos convivem em simultâneo e são convidados a participar no território a intervir.



052. Contextualização - Área de análise

## 3.1 A construção de um bairro

A história de Lisboa está intrinsecamente ligada à história dos bairros de Alfama e da Mouraria, os mais característicos e inalterados da cidade.

Tendo sofrido inúmeras transformações ao longo dos séculos, Lisboa ganha sobretudo importância aquando da conquista territorial aos muçulmanos, que move a vida nacional para sul, e da progressiva consolidação posterior do Estado português.

Da povoação original, *Olisipo*, muito pouco é possível visualizar, pela dificuldade em resgatar totalmente a sua estrutura, que se encontra sob uma cidade viva, continuamente ocupada e transformada (Pereira, 2011).

Sabe-se que a sua génese era tipicamente mediterrânica, constituindo-se como um arrabalde coroado por um *castellum* romano que permitia vigiar e defender um abrigo natural (Pereira, 2011).

As primeiras memórias formais da cidade de Lisboa encontram-se na silhueta muralhada – a Cerca Velha ou Cerca Moura, que a demarcava.

A cidade dividia-se entre o comércio e a pesca, enquanto o alto do arrabalde continha a fortaleza militar, ou alcácer, e a alcáçova muçulmanas. A primeira cintura de muralhas albergava os bairros mais ricos, distribuindo-se as restantes habitações ao longo da encosta (Pereira, 2011).

No exterior das muralhas situavam-se os bairros dos comerciantes e dos pescadores, que compunham a *al-Hama*, hoje denominada Alfama (Pereira, 2011).



053. Contextualização Histórica - Evolução 1

### 3.1.1. Mouraria como origem

A história da Mouraria conta-se a partir de 1147, quando o rei D. Afonso Henriques (1139-1185) conquista, aos mouros, a cidade de Lisboa.

A reconquista implica a expulsão de todos os muçulmanos que não aceitam converter-se ao cristianismo.

Os mouros ricos movem-se para territórios ainda não dominados pelos cristãos, fora do reino português (Pereira, 2011), mas a permanência dos muçulmanos mais humildes cria uma zona semi-enclausurada no sopé da colina da Alcáçova, hoje encimada pelo Castelo de São Jorge.

A oficialização desta comuna moura dá-se em 1170, com a concessão do foral por parte do rei, que afirma respeitar a *“lei religiosa e civil, o livre exercício da profissão e a posse dos bens”* (Brito, citado por Pereira, 2011, p. 174) mas que, na prática, dá origem à segregação e estigmatização deste território.

A estrutura formal do bairro permanece intacta, não sofrendo grandes alterações ao longo da história da cidade (fig. 054). Como observa Pereira:

*“Este traçado das ruas, que se manteve, apesar das catástrofes naturais e das mudanças impostas pelo tempo, é desconcertante. Aí se encontram ruas em cotovelo, ruas que se encontram a si mesmas e um incontável número de becos. Nunca uma única rua oferece uma perspetiva continuada, minimamente ortogonal. Dir-se-ia ser impossível qualquer assomo de racionalidade convencional. Algumas ruas culminam em pátios, uma das características fundamentais do urbanismo medieval lisboeta. (...) De facto, as casas viravam-se para dentro e não demonstravam quaisquer sinais exteriores distintivos. As casas eram, aliás, homólogas do próprio sentir do muçulmano.”*

(Pereira, 2011, p. 175)

Apesar das tentativas políticas para apagar a presença muçulmana, a arquitetura estabelecida no arrabalde é apenas um dos fatores que evidenciam os mouros como habitantes e parte integrante da vida social e económica da cidade.

Constituída sobretudo por comerciantes e artesãos, a comunidade muçulmana garante, apesar da sua estigmatização, uma relação profissional e de vizinhança com os cristãos que, em alguma medida, se estabelecem nos arredores da comuna moura.

As migrações, a importância das atividades artesanais, e a localização – próxima do centro urbano e do poder – são alguns dos fatores que fomentam o aumento exponencial do



054. Malha urbana - Mouraria Medieval



056. Lisboa (1650)

arrabalde. De tal modo que, em 1375, o rei D. Fernando (1367-1383) manda erguer uma nova cintura de muralhas, denominada Cerca Nova ou Cerca Fernandina, em cujo interior se verifica a instalação de edifícios maiores, ocupados por famílias de origem nobre e com outro nível socioeconómico.

Em resumo, e citando Matos (1999):

*“O espaço mais evidente de ocupação islâmica de Lyxbona é a Mouraria. Conhecemo-lo como bairro pobre de agricultores, de oleiros, de comerciantes, mas é provável que existisse como bairro autónomo antes do século XII e não foi objeto de muita cobiça por parte dos cristãos. A história da Mouraria em época cristã é muito complexa e foi recentemente objeto de uma investigação cuidadosa. Em todo o caso, e na perspetiva que nos interessa de momento, o núcleo urbano da Mouraria de Lisboa mantém grande parte das características primitivas, identidade global enquanto espaço habitado, equipamento urbano, vias e parte dos edifícios, etc. Um padrão de autonomia de tipo medieval anterior às conceções unitaristas do espaço que modularam a Lisboa moderna.”*

(Matos, citado por Menezes, 2005, p. 71)

Em Dezembro de 1496, o rei D. Manuel I (1495-1521) decreta a expulsão dos judeus e muçulmanos do território português. Esta medida afeta grandemente o território da Mouraria, e desfaz a sua estrutura comunal, obliterando os símbolos muçulmanos e levando à ocupação dos edifícios públicos pelos cristãos.

Para além da vertente “xenófoba” do reinado manuelino, as descobertas ultramarinas revelam-se de extrema importância nesta época, levando à aproximação da cidade ao rio, e dando origem a um maior isolamento do arrabalde.

Os centros económicos e de poder ocupam o Rossio e o espaço da Ribeira – onde está situado o Paço Real – enquanto os bairros de Alfama e Mouraria, antigas comunas muçulmana e judia, se transformam em bairros de cariz mais popular.

Como descreve Menezes:

*“O bairro sempre se caracterizou pela sua pobreza e precariedade habitacional, atraindo ao longo da sua história, sobretudo, segmentos da população com dificuldades socioeconómicas. Tais características ficariam particularmente evidenciadas a partir do século XV, com a crescente tendência da cidade voltar-se para o rio, e com o aumento da população da cidade em função de movimentos migratórios oriundos das zonas rurais do país. Muitos desses migrantes vinham para os bairros populares da cidade, entre os quais a Mouraria.”*

(Menezes, 2005, p. 71)

Com a deslocação da população lisboeta mais rica para perto do centro do poder, a Mouraria ganha habitantes mais pobres, que conseguem pagar as suas rendas baratas.

Ao mesmo tempo que a cidade se expande para o rio, torna-se necessário ligar os eixos viários ao centro da cidade, daí nascendo o eixo de ligação da Mouraria aos Anjos e Arroios – a Rua Nova da Palma.

A população lisboeta aumenta exponencialmente, tal como a população da Mouraria, que se vai constituindo por gente de várias culturas e credos.



055. Lisboa (séc. XVII)

A substituição da comunidade muçulmana pela comunidade cristã leva a uma invasão do arrabalde, *"enchendo-o de templos, de ermidas, de procissões e nichos, com seus cultos e devoções"* (Ribeiro, citado por Gésero, 2011, p. 62).

A freguesia de Santa Justa, de que fazia parte a Mouraria, é a segunda mais populosa e onde habitam as camadas mais pobres da população.

A demografia permanece crescente durante o século XVII e a Mouraria continua a representar *"uma teia medonha de pequenas ruelas que se cruzavam, estreitas e tortuosas, irregulares na sua largura, cheia de becos e betesgas"* (Gésero, 2011), o que dificulta a circulação e leva a sérios problemas de higiene e salubridade.

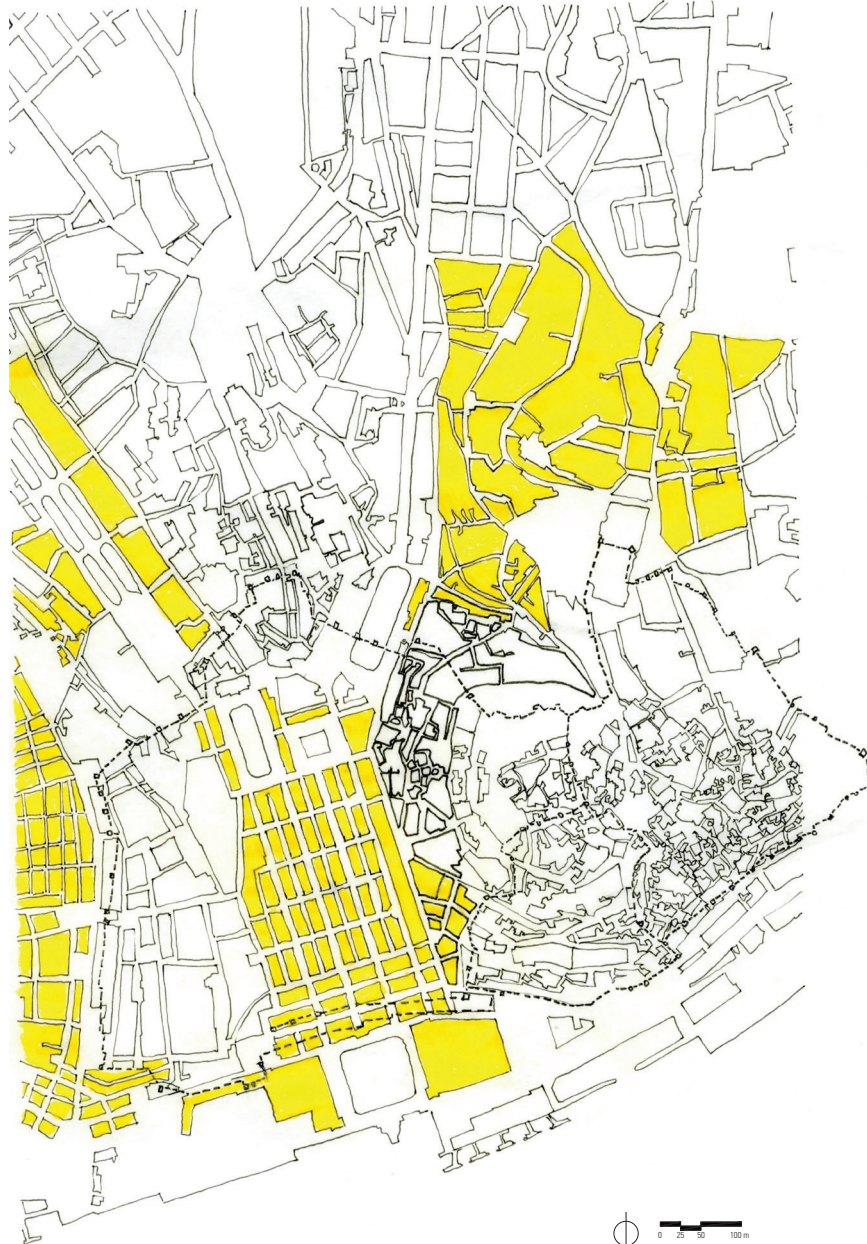
O terramoto de 1755 não afeta significativamente o território em análise e o plano urbanístico renovador levado a cabo por Manuel da Maia e Eugénio dos Santos (fig. 057) relega os bairros pobres da cidade para segundo plano, *"indiretamente acelerando as dinâmicas de degradação e segregação espacial"* (Menezes, citada por Gésero, 2011, p. 64).



057. Lisboa (1949)

O século XVIII traz novos fluxos migratórios para a cidade de Lisboa, tendo como consequência o aumento da densidade populacional e construtiva da Mouraria, onde se verifica um acréscimo da cércea dos edifícios e a subdivisão dos espaços privados, bem como o desaparecimento dos espaços verdes existentes até então.

A concentração construtiva e a malha urbana características, em conjunto com as alterações de densidade, contribuem para uma maior precariedade e degradação das condições de vida das pessoas (Gésero, 2011).



058. Contextualização Histórica - Evolução 2

### 3.1.2. Bairro Popular, Bairro Segregado

O contexto lisboeta fica marcado, no século XIX, pelo fenómeno da industrialização e pelas migrações crescentes para a capital do reino.

A génese urbanística de modelos ortogonais tem igualmente início nesta época, pelo que a malha medieval resistente na Mouraria diferenciara este bairro dos restantes.

Os novos habitantes instalaram-se no antigo arrabalde e a demografia mantém o crescimento, tornando este bairro popular um dos “*bairros pobres da cidade*” (Cordeiro, citado por Menezes, 2005, p. 71).

A evolução da cidade, a história do bairro da Mouraria e o contexto social aí observado promovem, lentamente, a construção da sua identidade. Tal como afirma Menezes:

*“Um dos fenómenos que despontou na dinâmica de recomposição e reconfiguração urbanas, traduzida nos elevados índices de concentração populacional nos bairros antigos de Lisboa e nas mudanças demográficas, sociais e culturais provocadas pelas vagas migratórias de finais do século XIX, foi a invenção daquilo que posteriormente passou a ser chamado tradições populares. E, algures no século XIX, também a Mouraria foi socialmente construída como um bairro que detinha algumas tradições, encontrando-se esta fundação no meio de uma complexa rede de elementos culturais, sociais, históricos, urbanos e rurais, sonhos, mitos e representações. No sentido de descobrir os precedentes que justificam tipicidade e tradição da Mouraria, torna-se necessário ir ao encontro de um sistema de representações. Fala-se aqui no mito da Severa – uma bela e formosa prostituta que ficou conhecida como uma grande cantora de fado – e cuja função simbólica é bastante próxima de um mito de origem.”*

(Menezes, 2005, p. 71)

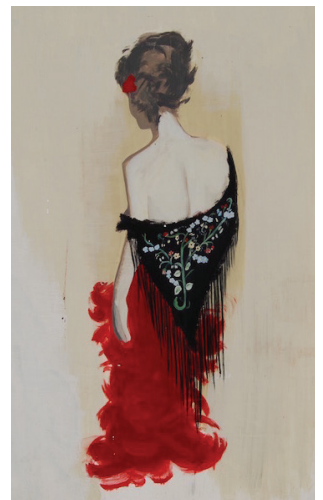
Esta imagem simbólica de tradição e cultura convive, no entanto, com uma má fama generalizada, que, apesar da instalação temporária, em finais do século XIX, de algumas famílias aristocráticas no extremo das Ruas do Terreirinho e do Benfornoso, se mantém e é descrita pelas gentes e diários da época.

O ideal de higiene, salubridade e circulação promovido na Baixa Pombalina intensifica ainda mais o contraste deste território com a restante urbe.

A Rua Nova da Palma e o Largo do Intendente são a escassa parte não temida deste território, devido à instalação de alguns equipamentos culturais e públicos.



059. Lisboa - Muralhas (s.d.)



060. Mito da Severa - pintura Largo da Severa

Segundo os diários contemporâneos:

*“A Mouraria era um lugar perigoso. E o intendente Laçarde, por causa de uns tumultos que aí se deram em Maio de 1808, mandou prender doze dos seus habitantes que tivessem pior fama, que todas as mulheres públicas daquela rua e vizinhanças as evacuassem em quatro dias, sob pena de serem presas, rapadas e desterradas para fora do termo de Lisboa, e que todas as tabernas, baiucas e casas do povo fossem fechadas no prazo de quarenta e oito horas, não podendo tornar a abrir senão seis meses depois. Tal quantidade de cães vadios enxameava pelas ruas, que o mesmo Laçarde proibiu que eles andassem por Lisboa e seu tempo.”*

(Pinto de Carvalho, 1899, pp. 47-48)

Em suma, o crescimento demográfico constante e a construção que o acompanhou, influenciados pela industrialização e pelo êxodo rural do contexto português contemporâneo, acentuam a segregação socio espacial e a insalubridade do território da Mouraria.

O contexto negativo da realidade social e económica coexiste com a figuração simbólica do bairro ligada ao fado, às festas populares e ao fator comunitário de identidade unitária dos seus habitantes.





061. Contextualização Histórica - Evolução 3

### 3.1.3 Mouraria sem fronteiras

A estrutura formal do bairro da Mouraria mantém-se inalterada até meados do século XX, quando beneficia, entre os anos 30 e 60 desse século, de uma objetificação de políticas urbanas promulgadoras dum urbanismo difusor que pretende alterar as dinâmicas socioculturais, populares e urbanas, higienizando e embelezando determinadas zonas da cidade, e que levaram à demolição, no caso da Mouraria, da quase totalidade da baixa do território, dando origem a um largo que viria, mais tarde, a ser apelidado de Martim Moniz (Menezes, 2012 b).

*“Em lugar das ruas que lhe eram contíguas nasceria um largo que passou a ser designado por Martim Moniz, nome de um mito da reconquista cristã: de um soldado que, aquando do Cerco do Lisboa, ficara preso numa das portas da Cerca Moura, dessa forma auxiliando a entrada dos cristãos na área ainda ocupada pelos mouros. Um nome também bastante conveniente à ideologia do Estado Novo, regime autoritário para quem a apropriação dos espaços públicos era um instrumento de política cultural.”*

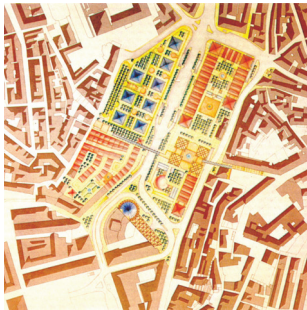
(Menezes, 2009, pp. 306-307)

A população que outrora habitava este espaço é realocizada em habitações sociais na periferia, e a desconexão da Mouraria com a restante cidade aumenta, em processos que *“vieram reforçar a ideia da continuação daquele território como o vale dos vencidos”* (Gésero, 2011, p. 56).

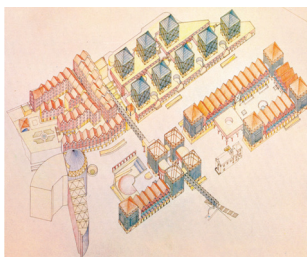
O largo do Martim Moniz abriga, em finais da década de 40, pavilhões pré-fabricados para os comerciantes cujo local de atividade tinha sido demolido e para os vendedores do mercado da Praça da Figueira, desmantelado em 1947.

Apesar da construção do primeiro trecho de metropolitano na zona, em 1966, a evolução da decadência do bairro da Mouraria mantém-se e, em 1967, na sequência da construção da Ponte sobre o Tejo e do crescimento da periferia lisboeta, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) encomenda uma revisão do Plano Diretor Urbano de Lisboa ao arquiteto Meyer-Heine, que privilegia o melhoramento da circulação viária e encara o largo do Martim Moniz como eixo importante para a acessibilidade automóvel.

Entre 1973 e 1975, a recém-criada Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) desenvolve propostas de intervenção urbana para a zona, que, no contexto de instabilidade



**062.** Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz - Planta Proposta Arqº Tomás Taveira (1981)



**063.** Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz - Isometria Proposta Arqº Tomás Taveira (1981)



**064.** Praça do Martim Moniz (1949)



**065.** Praça do Martim Moniz (2010)

política vivido à época, não chegaram a ser concretizadas (Menezes, 2009).

Apenas em 1982, num concurso promovido pela mesma empresa (fig. 62 e fig. 63), é elaborado o Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz, que inclui equipamentos, comércio geral, comércio alimentar, escritórios, instalações culturais, salas de espetáculos, habitação e estacionamento.

O plano em questão altera alguns dos troços de ruas locais e constrói dois centros comerciais: o Centro Comercial da Mouraria e o Centro Comercial do Martim Moniz; mas o seu restante programa será apenas revisto em 1997, quando se recupera a ideia de reformular o largo como praça (Menezes, 2009, pp. 307-308).

Em síntese:

*“Objeto de um pretense urbanismo civilizador a Mouraria, entretanto sobreviveu, embora delibitadamente, às demolidoras ações perpetradas entre os anos 30-60, para finalmente - desde meados de 1980 - constituir-se como objeto de reabilitação urbana, na sequência da evolução processual e conceitual experienciada pela dinâmica de intervenção na cidade existente, conforme vivenciada em outros núcleos históricos europeus.”*

(Menezes, 2012 b, p. 3)

A multiculturalidade, atualmente definidora da identidade do bairro da Mouraria, desenvolve-se rapidamente desde a época de 1970, com a instalação de um comércio grossista que atrai comerciantes portugueses e indianos (oriundos de Moçambique), bem como uma clientela bastante diversificada na procura de um comércio retalhista com potencial económico (Gésero, 2011).

O aumento do comércio na zona leva, na década de 90, à transferência do mercado para pavilhões provisórios localizados na Praça de Espanha. Este abandono do largo leva a uma função de parque de estacionamento, bem como a um aumento da paisagem de escombros e lixo que, relacionados com a segregação dos imigrantes e com a prostituição e a droga, abrem caminho, em 1997, ao desenvolvimento do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria (Menezes, 2005).

A inauguração da renovada praça do Martim Moniz (fig. 64 e fig. 65) é, temporariamente, motivo de visitas e tema de conversa dos locais, sendo possível observar moradores a apreciar a praça, crianças a brincar nos repuxos de água e grupos conversando sobre a obra (Menezes, 2009, p. 309). Em 1998, após a instalação de 44 quiosques de aço inoxidável

distribuídos pelos dois lados da faixa central da praça, os moradores rejeitam o local, considerando o espaço perigoso e denominando os quiosques de “gaiolas” (Menezes, 2009, p. 310).

O clima vivido é de receio, desconfiança e isolamento do espaço, frequentado por imigrantes, prostitutas e traficantes de droga, e conduz a uma semi-privatização do local, com segurança diária e instalação de um sistema de videovigilância (Menezes, 2009). Grande parte dos quiosques são retirados posteriormente, em Dezembro de 2000, restando apenas uma dezena deles.

Em 2009, os técnicos da Unidade de Projeto da Mouraria elaboram uma candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), numa intenção de renovação realizável entre 2007 e 2013. A candidatura prevê objetivos de qualificação da população através da valorização na inovação dos conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como de uma maior promoção e sustentabilidade no desenvolvimento económico, sociocultural e qualificação territorial. Elaboram cinco programas operacionais, dos quais faz parte o Programa de Ação para a Mouraria (QREN, 2008).

O Programa de Ação para a Mouraria pretende uma qualificação urbana das áreas degradadas ou socialmente deprimidas, enquadrando-se no plano para Lisboa que defende: lugares de encontro multicultural, (re)qualificação do tecido urbano, valorização dos recursos paisagísticos e patrimoniais singulares, melhoramento da mobilidade, gestão do espaço público e fortalecimento da cooperação institucional e territorial (UPM, 2009).

Notoriamente, o espaço público urbano e a cultura assumem um papel expressivo como motores de mudança e criação de uma nova centralidade, que combata a marginalidade anteriormente vivida.

As intervenções realizadas dão-se ao nível da reabilitação de alguns espaços, como, por exemplo, o Largo do Intendente e a Rua do Benfornoso; e ao nível comunitário, com o aparecimento de inúmeras associações locais que desenvolvem até à data intervenções e atividades que procuram promover a relação entre os moradores e a cidade.

**Nasceu com o pé esquerdo há 77 anos, resistiu ao Terramoto e lá vai sobrevivendo à terceira intervenção urbana. A praça do Martim Moniz, hoje, respira, tem vida, mas há pontos por cicatrizar**



## **História da Praça Martim Moniz**

*Pontos-chave da praça que homenageia o cavaleiro cristão que morreu entalado nas portas do castelo, em 1147, na reconquista de Lisboa aos Mouros.*

**1938** Nasce o largo, com a demolição do palácio do Marquês do Alegrete. **A foto abaixo é do ano 1947 e intitula-se “Espaço aberto para a futura praça Martim Moniz”.**

**1980** Nesta década dá-se a primeira reabilitação, com o autarca Krus Abecasis, pai dos polémicos centros comerciais que ladeiam a praça. Seria concluída no mandato de Jorge Sampaio.

**1990** Década da segunda intervenção, sob o lema da Reconquista Cristã. Nasce o conceito de quiosques no mandato de João Soares – o autarca que, sobre o Centro Comercial Mouraria, chegou a dizer: “Vou implodi-lo”.

**2012** Inauguração do Mercado de Fusão, concessionado à NCS.

066. Cronologia Histórica da Praça do Martim Moniz (2015)



067. Trampolim Gerador - Mapa Mouraria (2016)

## 3.2 Mouraria renovada, Mouraria participada

O bairro da Mouraria constrói-se, ao longo da sua história, como um local de segregação, marginalizado pela restante cidade, e que, passando por um processo de apropriação cultural, adquire, nos dias de hoje, um carácter de exotismo multicultural, atrativo das mais diversas camadas de população.

Após um período de degradação, em contraste com o desenvolvimento de outras zonas da cidade, o bairro sofre processos de análise e reabilitação, que mudam drasticamente as suas dinâmicas e a sua paisagem territorial, e que se encontram presentemente ainda em curso.

O estudo destes processos, dos seus objetivos e intervenções, aliado ao levantamento dos atores sociais identitários, onde se incluem os movimentos associativos e os técnicos, e complementado por uma metodologia de conversas informais propiciadoras do conhecimento profundo do contexto do território, potenciam a construção das bases programáticas do projeto urbano e arquitetónico.

A partir destes elementos e da análise de casos de estudo elaborados por coletivos de arquitetura de intervenção no território da Mouraria, podemos, assim, desenvolver as premissas projetuais e os instrumentos de participação que aspiram ao envolvimento pleno da comunidade na construção da sua própria identidade e do seu próprio território.



### 3.2.1 Mouraria renovada

A Mouraria foi, desde cedo, um bairro segregado, à margem da restante cidade. A sua origem remonta ao enclausuramento dos mouros vencidos num espaço confinado, no interior da Cerca Velha; e, ao longo do tempo, desenvolve-se como um bairro pobre e segregado, com características precárias, insalubres e perigosas; e ainda se mantém até aos dias de hoje, em que uma nova leitura o interpreta como um bairro multiétnico, objeto de renovações urbanas (Sánchez, 2015).

Nascida num conceito de *"mito de origem"* (Menezes, 2005), a Mouraria fica marcada pelo seu carácter pobre e precário, elemento de atração dos segmentos mais excluídos da sociedade ao longo da sua história.

Ganha alguma preponderância algures no século XIX, quando funciona como incubadora de representações tradicionais e bairristas, e se torna símbolo do fado, apoiada no mito da Severa, e aliada aos restantes bairros populares, como Alfama.

As décadas de 30 a 60, sob o regime do Estado Novo, ficam assinaladas pelo objetivo de destruição e posterior reconstrução do bairro, preconizado por um ideal de modernização, embelezamento e higienização da cidade de Lisboa (Menezes, 2005).

À imagem do grande projeto das Avenidas Novas, pretende-se tornar a Mouraria num bairro de largas avenidas, edifícios modernos e prestigiantes, que atraia novos habitantes e lhe confira um carácter cosmopolita e urbano de ligação ao centro da cidade. No entanto, apenas a parte baixa do bairro é renovada, dando origem ao denominado Largo do Martim Moniz.

O foco de interesse das políticas de modernização da cidade não dispersará do bairro nem das áreas adjacentes, na década de 70 e início dos anos 80 do século XX, apesar de não se assistir a nenhum plano substancial.

Destacam-se apenas a construção de um edifício de serviços e, mais tarde, de dois centros comerciais: Centro Comercial da Mouraria e Centro Comercial do Martim Moniz (Menezes, 2005).

Em 1985, o bairro da Mouraria é constituído como *"objecto de reabilitação urbana"* (Menezes, 2005, p. 73).

O objetivo primordial é a reconstrução social da realidade simbólica e da imagem urbana do bairro, na procura de definição de novas fronteiras socio-espaciais e na invenção de uma imagem patrimonial e histórica, que (re)invente as tradições (fig. 069) que o caracterizam (Menezes, 2012 a).

De 1986 a 1990, é instituído o Gabinete Local da Mouraria, com o objetivo de apoiar e discutir os planos renovadores a enquadrar no bairro.



069. Marchas Populares - ilustração (2015)

Todavia, e apesar das pretensões de renovação urbana, quer o bairro, quer os territórios adjacentes, dos quais é exemplo a nova Praça do Martim Moniz inaugurada em 1997, mantêm um carácter de exclusão e segregação que, a pouco e pouco, lhes associa uma imagem negativa na urbe lisboeta.

Apenas em 2009 se dá início à planificação e estudos acerca do bairro, e o então presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), António Costa, anuncia um investimento de 12 milhões de euros para revitalização da área (Sánchez, 2015).

A degradação do edificado e do espaço público, o envelhecimento da população, as carências económicas das famílias e a prática de comércio ilícitos, são algumas das razões invocadas no quadro de problemas socio-urbanísticos de exclusão no bairro da Mouraria, que levam à constituição do Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da Mouraria – GABIP Mouraria.<sup>18</sup>

Assim, ainda em 2009, é aprovada a candidatura “*OREN Mouraria - As cidades dentro da cidade*”, uma parceria conjunta da CML com diversos parceiros locais, para intervir e requalificar zonas de espaço público, atravessando longitudinalmente o bairro, entre o

18 - Câmara Municipal de Lisboa. (2011) “Boletim Municipal – Câmara Municipal de Lisboa, Ano XVIII, nº 908”. [Consultado a 2 de Fevereiro de 2017] Disponível em: [http://bm-pesquisa.cm-lisboa.pt/pls/OKUL/app\\_bm.download\\_my\\_file?p\\_file=1476#search=](http://bm-pesquisa.cm-lisboa.pt/pls/OKUL/app_bm.download_my_file?p_file=1476#search=)

Largo do Caldas e o Largo do Intendente e espaços adjacentes, melhorando acessibilidades e mobilidade.<sup>19</sup>

O objetivo primordial desta candidatura é tentar abrir o bairro à cidade e reforçar os seus aspetos positivos, promovendo a interculturalidade e o rejuvenescimento (Sánchez, 2015). Num ato de preocupação e coesão urbana, um conjunto de 22 instituições ligadas ao território da Mouraria, incluindo Serviços da CML, Juntas de Freguesia, entidades religiosas e associações ligadas às diversas problemáticas sociais locais, constituem o Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria (PDCM), que, aliado ao QREN Mouraria, dá início a diversas operações urbanísticas de renovação do bairro.<sup>20</sup>

Estas entidades propõem-se vários objetivos, como: a criação de estruturas de gestão e manutenção do espaço público; a criação do Centro de Inovação da Mouraria (fig. 070); a criação do sítio do fado, denominado Casa da Severa (fig. 071); a criação de um jornal local, denominado “*Rosa Maria*” (fig. 072); um plano de divulgação e comunicação do programa e seus objetivos; assistência técnica às operações; etc.

Desta forma, entre o Outono de 2011 e o Verão de 2012, o bairro da Mouraria e seus arredores são envolvidos numa ação radical de intervenção urbanística que pretende requalificar o tecido arquitetónico e reorganizar o cenário económico e social do seu território (Ferro, 2014).

Esta reforma age maioritariamente no espaço público, e pretende incluir novas práticas de utilização e apropriação, através do fornecimento de novos equipamentos, da introdução de políticas securitárias e do envolvimento de novos atores sociais.

Para além da reforma física, o plano pretende igualmente agir sobre as antigas e novas representações do lugar, requalificando o seu património cultural e introduzindo diferentes significados simbólicos e identitários (Ferro, 2014).



070. Centro de Inovação da Mouraria



071. Casa da Severa



072. ‘Rosa Maria - Jornal da Mouraria’

19 - Câmara Municipal de Lisboa. (2011) “Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024”. [Consultado a 2 de Fevereiro de 2017] Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1324397213U4nVZ1uw7Or33TP1.pdf>

20 - Câmara Municipal de Lisboa. (2011) “Boletim Municipal – Câmara Municipal de Lisboa, Ano XVIII, nº 908”. [Consultado a 2 de Fevereiro de 2017] Disponível em: [http://bm-pesquisa.cm-lisboa.pt/pls/OKUL/app\\_bm.download\\_my\\_file?p\\_file=1476#search=](http://bm-pesquisa.cm-lisboa.pt/pls/OKUL/app_bm.download_my_file?p_file=1476#search=)

As principais ações sobre o espaço público são o Largo da Severa, a Praça do Martim Moniz e o Largo do Intendente.

Como sublinha Sánchez, estes três lugares permitem compreender as reformas simbólicas e identitárias da intervenção no bairro: o Largo da Severa é constituído como símbolo do fado, identidade popular do género musical desenvolvido no contexto lisboeta na segunda metade do século XIX; a Praça do Martim Moniz enquadra um espaço público de reunião de culturas a partir do som, cheiros e palato, ao invés do seu carácter de abandono vivido até aí; e o Largo do Intendente, ocupado em 2011 pelo gabinete do Presidente da Câmara António Costa, é revitalizado de maneira a extinguir as práticas ilícitas antes ali desenvolvidas. Assim, podemos sintetizar nesses três espaços os três pontos principais de intervenção identitária: tradição bairrista, multiculturalidade e segurança (Sánchez, 2015).

Como afirma Menezes, acerca do PDCM, o espaço público urbano e a cultura assumem importância como motores de mudança e de criação de uma nova centralidade em Lisboa, de modo a inverter a tendência do bairro para se manter à margem (Menezes, 2012).

O número 5 do *“Rosa Maria – Jornal da Mouraria”* analisa os planos de intervenção e seus resultados, com o seguinte cabeçalho:

*“Dois anos depois da instalação do gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa na zona do Intendente, e da conclusão prevista para 2013 das obras do Programa de Ação, de intervenção urbana, e do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria, de intervenção social, não se encontra um consenso sobre a Mouraria, sobretudo naquilo que é a promoção e valorização da sua identidade, interna e externa.”*

Entrevistando figuras diferenciadas do contexto territorial, desde moradores a promotores imobiliários, investigadores e párocos, a conclusão do jornal local é de que existem, atualmente, duas Mourarias – *“uma Mouraria real, de degradação e de reabilitação, de mudanças e tradições, e a Mouraria romantizada, idealizada, turística, passageira, inventada e imaginária”*.

Os moradores concordam que as intervenções trazem novas dinâmicas e vitalidade e que melhoram muitos espaços do território, mas sublinham que, para além da atração de novos moradores, é necessário ter em conta os habitantes pré-existentes.

Um artigo de Nuno Franco na mesma edição do jornal da Mouraria observa que, apesar das

grandes reabilitações elaboradas até à data, há ainda muitas partes do território do bairro que se encontram degradadas e têm necessidade urgente de recuperação e investimento.

Para António Brito Guterres *“o ideal era que as entradas e saídas destes territórios como a Cova da Moura ou a Mouraria fossem naturais, que as pessoas pudessem cruzar as várias esferas – a comunal do bairro e a mais pública (...)”*.

A renovação mais recente, ainda limitada a estudos e projeções, é a denominada *“Praça da Mouraria”* (fig. 073 e fig. 074).

A 25 de Janeiro de 2012, a CML, em reunião presidida pelo vereador do urbanismo Manuel Salgado, aprovou o estudo prévio da Praça da Mouraria, uma proposta que se propunha criar um espaço público na Mouraria, associado à construção de instalações para acolher atividades ligadas ao bairro.<sup>21</sup>



073. Nova Mesquita da Mouraria - Artigo

Enquadrada nos objetivos do *“PA Mouraria: as cidades dentro da cidade”*, a proposta identifica a necessidade de uma melhor acessibilidade à Rua do Benfornoso, tendo elaborado um Estudo Prévio para a requalificação do espaço situado entre a Rua da Palma, nos 248-264, e a Rua do Benfornoso, nos 137-151.

Apesar de o projeto se encontrar ainda em discussão, o seu orçamento é estimado em três milhões de euros e implicará a demolição de edificado mas os proprietários afirmam ainda não terem sido contactados pela CML.

21 - Assembleia Municipal de Lisboa. (2012) *“Proposta nº 32 / 2012 – Deliberação de parecer favorável ao Estudo Prévio da Praça da Mouraria, situada entre a Rua da Palma nº 248-264 e a Rua do Benfornoso nº 137-151”*. [Consultado a 2 de Fevereiro de 2017] Disponível em: <http://www.am-lisboa.pt/301000/1/003964,000278/index.htm>

O objetivo do plano é a criação de maior acessibilidade física e visual à Rua do Benfornoso. Prevê a demolição do edifício de propriedade municipal situado na Rua da Palma, e dos edifícios que confinam com este, situados na Rua do Benfornoso, de maneira a criar uma praça que permitirá o atravessamento pedonal entre as ruas mencionadas.

A proposta sugere a edificação de três blocos na praça, dois deles destinados a uma mesquita (com um andar consignado às mulheres) e a um centro social islâmico. O terceiro edifício propõe funções polivalentes, destinadas a diferentes populações do bairro.

As opiniões populares são já bastante explícitas, apesar de não haver referência à execução do projeto. O jornal da Mouraria faz eco da preocupação dos moradores, pela ausência de estacionamento, já que um dos edifícios com demolição prevista é uma garagem utilizada pelos comerciantes da zona; questiona a pertinência da criação de mais uma praça, nas imediações das duas recentemente revitalizadas – a Praça do Martim Moniz e o Largo do Intendente; e sublinha o facto de esta ser uma zona de tradições católicas profundas, com uma das procissões católicas mais tradicionais (a Procissão de Senhora da Saúde) e podendo isto vir a criar conflitos religiosos.

**O que acha da construção da nova praça com uma grande mesquita?**  
Saiba mais sobre este tema na página 3

**Catarina Lino**  
Sou hindu, a minha religião é o hinduísmo. Mas há muitos muçulmanos aqui na rua, para eles é bom. Quanto à obra em si, acho boa ideia a ligação das duas ruas. Pode ser que as pessoas que vão às compras na Rua da Palma venham mais para o Benfornoso. O comércio pode melhorar, as pessoas entram logo ali em vez de dar a volta.  
> Dilipkumar Ranchhod, 63 anos, comerciante  
Trabalha na Rua do Benfornoso

**Daniela Correia Silva**  
Acho bem, não me preocupo nada com isso. Desde que não se metam na minha vida, eu também não me meto na vida de ninguém! Para mim isso é igual.  
> José Luis, 54 anos, comerciante  
Trabalha na Rua do Benfornoso

**Daniela Correia Silva**  
Sou hindu e não tenho nada contra. Cada um tem a sua religião, acho bem que os muçulmanos tenham este espaço novo. É bom para eles, que rezam muitas vezes por dia; a mesquita vem facilitar a vida às pessoas. Também acho boa a abertura da Rua da Palma para o Benfornoso; não acho que vá fazer diferença no negócio, mas também não vejo mal nisso.  
> Pradikumar Nautamlal, 55 anos, comerciante  
Trabalha na Rua do Benfornoso

**Catarina Lino**  
Acho que é bom. Eu sou hindu, por isso o assunto não diz respeito à minha religião. Mas um templo é um templo, não é? Acho que é bom para os muçulmanos daqui.  
> Kopila, 32 anos, comerciante  
Trabalha na Rua do Benfornoso

074. Nova Mesquita da Mouraria - Opiniões





075. Mouraria - Associações e projetos BIP/ZIP (2017)

### 3.2.2 Mouraria participada

No contexto lisboeta tem-se assistido, nos últimos anos, ao aparecimento e desenvolvimento crescente de associações locais, sendo atualmente o bairro da Mouraria um dos núcleos com maior presença e participação popular associativa na cidade de Lisboa. Ora, tratando-se de um território socialmente bastante heterogéneo e que se debate com grandes dificuldades socioeconómicas, esta constatação torna-se ainda mais revelante.

Entre outras áreas de intervenção, as coletividades e movimentos associativos do bairro têm vindo a assumir um papel relevante no combate à gentrificação e turistificação, através da elaboração de projetos e do desenvolvimento de atividades de inclusão dos seus habitantes.

Com efeito, e à semelhança de outras capitais europeias, Lisboa sofre também do fenómeno de comercialização do património e da arquitetura. O crescimento desmesurado do turismo e do comércio a ele associado levam, cada vez mais, a processos de exclusão dos habitantes (fig. 076) e a contrastes acentuados na regeneração urbana, transformando a cidade numa 'manta de retalhos' que a desfiguram e descaracterizam de forma irremediável (fig. 077).



076. Gentrificação

A resposta dos habitantes tem sido, por isso, a apropriação de espaços não classificados, de maneira a recuperar os vazios urbanos e os cheios não classificados. Tal apropriação é entendida como uma classificação informal de património social, ainda não regulamentada, mas reveladora das verdadeiras necessidades urbanas do território lisboeta.



077. Comercialização do património

A Câmara Municipal de Lisboa tem investido nesta classificação urbana, delegando competências e funções específicas em instituições locais – delegação de que são exemplos o Orçamento Participativo ou o Programa BIP-ZIP, muito presentes e aplicados no bairro da Mouraria.

Mas a ação das coletividades e associações locais existentes na Mouraria e no seu território adjacente – entre as quais se referem a Renovar a Mouraria, o FabLab, o Largo Residências, a Rede de Carpintarias de Lisboa ou a Cozinha Popular da Mouraria – vai bastante para além da área de intervenção atrás mencionada. A título de exemplo, e pela importância que assume no contexto do bairro, merece destaque especial a produção coletiva da Associação Renovar a Mouraria.

Esta coletividade, caracterizada como uma organização privada sem fins lucrativos, foi criada em 2008 com o objetivo primordial de revitalizar o bairro da Mouraria, nos seus contextos social, cultural, económico e turístico.

Tendo como conceito principal a multiculturalidade do bairro em convivência com uma tradição popular bairrista tipicamente lisboeta, a associação promove a relação entre pessoas, culturas e tradições.

Atua fundamentalmente em três vetores – promoção cultural; integração social e apoio comunitário; desenvolvimento local e economia social, e desenvolve um trabalho de promoção e dinamização cultural do território, bem como de apoio social constante à comunidade. Tem atualmente em curso mais de duas dezenas de projetos, sendo o seu objetivo central o de contribuir para a melhoria das condições de vida da população e solidificar o relacionamento entre as diversas comunidades, promovendo a interação e sinergia de culturas.

Sediada na Mouraria, referida anteriormente, as suas atividades vão desde o ensino de português a imigrantes, os projetos de alfabetização, o apoio ao estudo a crianças e jovens, um gabinete de apoio jurídico, um consultório de medicina tradicional chinesa e um cabeleireiro solidário, entre outros.

Na sua sede, a associação desenvolve uma programação cultural constante e diversificada, que pretende promover artistas locais e garantir um acesso gratuito à cultura.

Para além das atividades culturais e sociais, edita o jornal comunitário Rosa Maria, realiza visitas guiadas ao bairro com guias locais nacionais e imigrantes, e mantém o Atelier Ideal, vocacionado para a melhoria da comunicação e imagem do comércio local.

Mais recentemente pôs em funcionamento a plataforma digital Retalhos de um Comércio de Bairro, de promoção e revitalização do comércio do bairro. Em elaboração encontra-se o projeto Narciso, Trocas Sociais e Serviços Solidários, uma proposta que visa facultar serviços de saúde e beleza, acessíveis a todos os residentes.<sup>22</sup>

A sede da associação, denominada Mouradia – Edifício-Manifesto (fig. 078), foi desenhada pelo atelier Artéria, atelier de arquitetura e reabilitação urbana que promove uma prática arquitetónica alternativa de investigação-ação.

Como mencionam as autoras do projeto, este é um modelo de reabilitação integrada, que funciona *per se* como um manifesto pela Reabilitação Urbana<sup>23</sup>, refletindo acerca das possibilidades reais de reabilitação (fig. 080), no centro histórico de Lisboa, de edifícios com áreas e tipologias menos apetecíveis aos promotores imobiliários; aproveitando os recursos existentes e propondo intervenções pontuais de forma a integrar o programa funcional definido com a associação (cafetaria, galeria, estúdio e consultório de apoio à população); servindo como exemplo da sustentabilidade económica que existe na reabilitação exterior e interior do património edificado; e adaptando uma estética criativa oposta à reabilitação contida que prolifera pela cidade (fig. 079 e fig. 081).



078. Artéria: Edifício-Manifesto



079. Artéria: Edifício-Manifesto



080. Artéria: Edifício-Manifesto



081. Artéria: Edifício-Manifesto

22 - Renovar a Mouraria (s.d.) "a associação". [Consultado a 20 de Maio de 2017] Disponível em: <https://www.renovaramouraria.pt/associacao/>

23 - Artéria – Humanizing Architecture. (2012) "Edifício-Manifesto" [Consultado a 20 de Maio de 2017] Disponível em: [http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto\\_7.html](http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7.html)



082. Protesto de moradores da Mouraria (2016)

### 3.2.3 Mouraria em diálogo

As alterações territoriais, sociais e económicas registadas nos últimos anos no bairro da Mouraria provocam mudanças profundas nas dinâmicas comunitárias de um território repleto de ambiguidades.

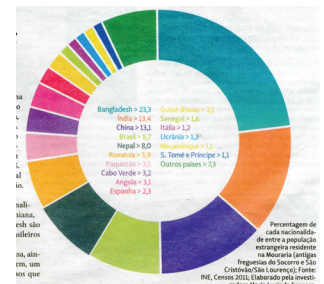
Conforme já mencionado, a Mouraria aglomera-se como uma “*manta de retalhos*”, onde se poderão distinguir duas facetas distintas: a Mouraria turística e reabilitada, vendida aos seus visitantes como construção simbólica de uma história antiga; e a Mouraria bairrista, onde, apesar da pobreza e degradação, subsiste e resiste uma vontade comunitária de pertença e participação na vida do território. O bairro da Mouraria é atualmente constituído por 51 nacionalidades, sendo que 24,3% dos moradores são estrangeiros e 4,1% duplos nacionais (fig. 083). Caracteriza-se, por isso, como “*uma marca da diversidade na cidade de Lisboa*” (Fonseca, 2015, p.22).

A presença de espaços públicos como pontos importantes de encontro, sociabilidade, compras e circulação de informações para diferentes grupos de imigrantes atribui à Mouraria uma ambiência multicultural e urbana distinta de qualquer outro bairro lisboeta. Apesar do fator exótico, esta ambiência atrai cada vez mais investidores imobiliários que, desde 2012, na sequência da nova lei das rendas, do fenómeno dos *vistos gold* e das novas medidas legislativas de habitação, têm vindo a adquirir imóveis que rentabilizam através de hostels ou alojamento local.<sup>24</sup>

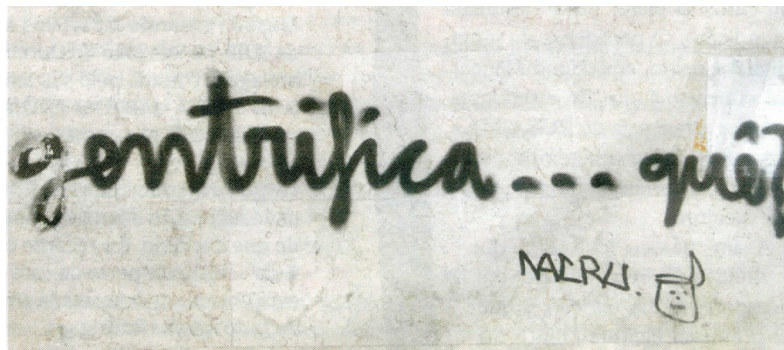
O território da Mouraria, apesar da sua diversidade, compõe uma estrutura organizacional que se pode caracterizar, no campo dos habitantes nativos, por dois grupos distintos: um grupo maioritário composto por idosos, com pouca escolaridade e baixos rendimentos; e outro de dimensão reduzida, mais jovem, com formação superior e elevado poder de compra. O sopé da colina é maioritariamente habitado por estrangeiros, um pouco mais acima predominam os habitantes nativos mais antigos do bairro e, no limiar do castelo de São Jorge, encontramos os novos moradores *gentrifiers*<sup>25</sup>, pertencentes a uma classe média-alta.

24 - Trienal de Arquitetura de Lisboa - Palácio Sinel de Cordes (2016) “Quem vai poder morar em Lisboa?” – Debate organizado pelo Coletivo Habita [Assistido pela autora a 6 de Junho de 2016]

25 - Gentrificação: “*O conceito vem da palavra britânica gentry, que significa ‘pequena nobreza’.* Descreve o processo de valorização imobiliária das zonas urbanas em detrimento dos antigos residentes, com menor poder económico, que costumam ser afastados.” – Jornal Rosa Maria – o jornal da Mouraria, nº8, 20



083. Nacionalidades Mouraria



084. Gentrificação - paredes Mouraria

Como é possível ler num artigo do Jornal Rosa Maria, em 2015:

*“As paredes da Mouraria começam a transpirar as preocupações da população”*

(Dias, 2015, 20)

As opiniões dentro do bairro não são unânimes, havendo moradores que referem a inexistência de casas para os jovens locais, cedida a habitação existente a investidores que promovem alojamento local; e comerciantes que apreciam o poder de compra dos visitantes. Nas palavras do Sr. António, dono de uma oficina automóvel no bairro da Mouraria:

*“Ao português: seja bem-vindo, sinta-se em casa, isto é vosso! Ao estrangeiro: seja bem-vindo, não se sinta longe da sua casa, sinta-se na sua casa, e isto é vosso.”<sup>26</sup>*

Nuno Franco, mediador social do Gabinete de Empreendedorismo Social de Santa Maria Maior (GES) e um dos fundadores da associação Renovar a Mouraria, refere como problemas primordiais da freguesia a gentrificação e a turistificação, que, sente, descaracterizam o bairro, com um aumento constante do alojamento local e do comércio retalhista virado para turistas – em detrimento do comércio tradicional que servia a população idosa do bairro.

Nuno Franco entende que existe atualmente uma necessidade de introdução de pequenos negócios ou empresas que sirvam os moradores do bairro, bem como de serviços de apoio à população, por forma a dinamizar o espaço público desocupado, investir na comunidade e garantir uma sustentabilidade económica viável, resistente ao turismo e às suas flutuações.<sup>27</sup>

26 - Excerto de entrevista – “You’ll soon be here” por Fabio Petronilli (2016)

27 - Entrevista realizada pela autora: GES – Poço do Borratém, nº25, 2º andar [Realizada a 22 de Novembro de 2016]

As opiniões da população portuguesa acerca da multiplicação e diversidade de origem dos imigrantes são antagónicas, mas Maria Lucinda Fonseca constata que *“os imigrantes residentes no bairro há mais tempo, têm, geralmente, níveis de satisfação residencial mais elevados e laços mais fortes com a população autóctone”* (Fonseca, 2015, 22).

A relação com os habitantes de outras nacionalidades desenvolve-se de forma pacífica para grande parte dos moradores portugueses, com referências à curiosidade de se sentirem cheiros diferentes e de se aprender sobre outras culturas (fig. 085).

A crítica acontece aquando da referência à escassez de habitação para os jovens *“filhos do bairro”*<sup>28</sup>. Numa tradição antiga de famílias que habitam a Mouraria há longos anos, a possibilidade dos jovens adultos adquirirem ou arrendarem casa perto do seu local de origem é, atualmente, uma miragem.

Os movimentos associativos da Mouraria, em conjunto com coletivos sociais como é o caso do Habita!, levam a cabo, atualmente, uma série de ações reivindicativas e de debate, por forma a tentar encontrar as soluções legais e participadas para reverter a condição atual:

*“Consideramos que as cidades não são mercadorias. O Estado e os órgãos de poder local têm de assumir as suas responsabilidades de regulação e limitar a especulação imobiliária face às crescentes ‘turistificação’ e ‘gentrificação’ dos centros urbanos e áreas já não tão centrais, garantindo aos moradores o Direito à Habitação e à Cidade!”*

(Manifesto pelo direito à Habitação, 2015)



085. Turismo em Lisboa

28 - Entrevista realizada pela autora: Rua da Guia, com as moradoras Liberta Maurício e Esmeralda Mendes [Realizada a 25 de Janeiro de 2017]



086. Cartaz Coletivo Habita!



087. Mapa dinâmicas realizado *in situ* (2016)

## 3.3 Oficina.Matéria

Analisadas as temáticas de enquadramento, os campos da participação nos contextos internacional, nacional e local, conjuntamente com as conversas informais, os registos de observação direta e as análises desenhadas do bairro, é altura de construir as bases para o desenvolvimento dos projetos urbano e arquitetónico.

O primeiro centra-se na conceção da Mouraria participativa enquanto solução de leitura e tratamento do espaço público, de forma identitária e participada. Através de um estudo das dinâmicas territoriais e comunitárias, selecionou-se uma área de intervenção simbólica do bairro, onde se propõe um conjunto de alterações ao nível dos acessos, das deslocações, dos espaços de permanência e do seu carácter identitário, por forma a incluir os cidadãos no usufruto do seu território e, inclusive, na sua própria construção.

O projeto de arquitetura constitui o objeto difusor das propostas urbanísticas, funcionando como um edifício-motor que pretende 'contaminar' e agir sobre o território envolvente. Situada num dos pontos críticos da área de intervenção, a reabilitação participada deste edifício propõe um conjunto programático de formação, produção e comercialização de objetos quotidianos que tenta recuperar os ofícios perdidos da história original da Mouraria, por forma a envolver diretamente a comunidade e visitantes na produção do território em questão.

A proposta resultante do presente trabalho de investigação funciona, assim, como um ciclo de objetivos, intrinsecamente conectados e em constante dinâmica, que pretende agir de forma participada num território à beira da descaracterização. Alcançada através de uma tentativa de conhecimento aprofundado do território, das práticas participadas e das dinâmicas sociais da comunidade em que se insere, esta proposta ambiciona representar um resultado adquirível pela população da Mouraria, como solução para os fenómenos privados e individualizados que contrariam o direito à cidade.



PU.EXISTENTE



PU.PROPOSTA

 CIRCULAÇÃO PEDONAL

 ESPAÇOS DE PERMANÊNCIA

 CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL

 ÁREA DE INTERVENÇÃO



0 25 50 100 m

### 3.3.1 Matéria . Território de identidades

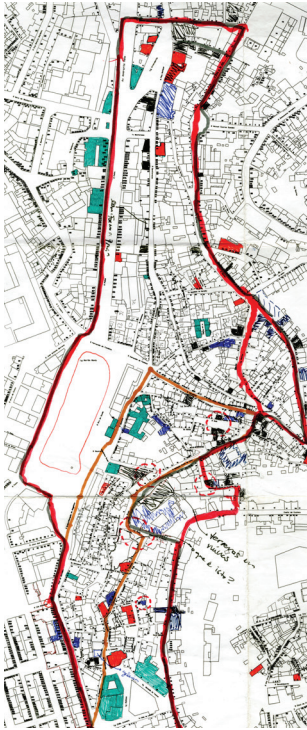
A presente proposta resulta de um levantamento continuado de um conjunto de dados sociais, económicos, territoriais e paisagísticos que levam à definição de uma área de intervenção delimitada por características específicas.



089. Matéria - conceito Plano Urbano

Tal delimitação é constituída pela frente principal do bairro – a Praça do Martim Moniz, por um dos eixos principais de acesso da zona baixa à alta da cidade – a Rua dos Cavaleiros, e pela rua com maior significância no quotidiano da Mouraria – a Rua Marquês de Ponte de Lima.

A envolvente da área identificada é composta por três territórios com dinâmicas diferenciadas mas atualmente em processo avançado de implantação: o primeiro, definido pela Praça do Martim Moniz, espaço público principal de conexão da freguesia de Arroios ao centro histórico da Baixa Pombalina, e fruto de um constante processo de intervenção que culmina, na atualidade, numa zona turística de acessibilidades e restauração; o segundo, composto pelo eixo unificador da Avenida Almirante Reis e dos bairros componentes da freguesia de Arroios, território marcado pela gastronomia multicultural e pela identidade cosmopolita que tem vindo a adquirir na cidade turística; e, finalmente, a Costa do Castelo, no limite da Mouraria com Alfama, bairro com escassez de habitantes e com um processo de gentrificação que o descaracterizou.



090. Matéria - Análise Área de Intervenção

A área de intervenção é povoada maioritariamente por habitantes enraizados no bairro, com algumas situações pontuais de alojamento local que ainda não ganharam terreno suficiente para descaracterizar o local.

A população residente é maioritariamente composta por idosos, com baixos rendimentos, que constroem uma dinâmica típica de bairro, com as conversas informais à janela, a permanência no espaço público (em grande parte devida às dimensões das habitações) e participação territorial nos eventos tradicionais (Santos Populares, Procissão da Senhora da Saúde, etc.).

Este território é igualmente marcado pelo tráfico de droga, com maior incidência na Rua da Amendoeira, no Largo do Terreirinho e no Beco do Cascalho.

Apesar da convivência pacífica dos moradores com as atividades ilegais, as dinâmicas de espaço público são notoriamente opostas durante o período noturno.

A Rua da Guia, por exemplo, possui, durante o dia, uma dinâmica de sons, conversas, brincadeiras de crianças e frequência da esplanada existente, e à noite transforma-se, encontrando-se apenas alguns moradores na tasca “Os Amigos da Severa” e verificando-se uma dinâmica de passagem sem permanência dos visitantes e restantes moradores, que acedem a alguns locais de restauração ou às suas casas.

Apesar das recentes reabilitações efetuadas em edificado presente neste território, existe um grande número de edifícios devolutos ou em estado de decadência, que acabam por influenciar a escolha dos espaços de permanência (fig. 090).

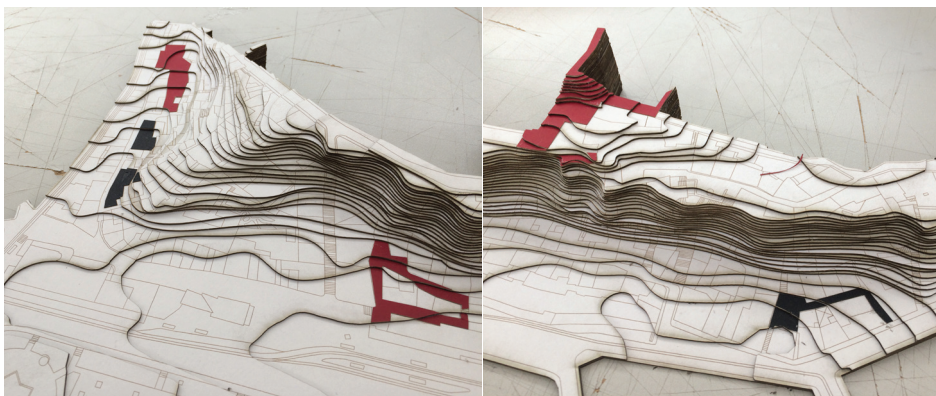
As acessibilidades ao bairro são, recentemente, alvo de reabilitação, com a construção da escadaria rolante nas Escadinhas da Saúde e o projeto futuro de continuação pelas traseiras do Palácio da Rosa, até à Costa do Castelo.

A Rua Marquês de Ponte de Lima beneficia igualmente de uma recente reabilitação, que implicou a plantação de árvores, melhoria do pavimento e delimitação de lugares de estacionamento, que acabou por impedir a livre circulação de peões que por ali se fazia, como principal circuito de deslocação da população do bairro no dia-a-dia.

A proposta urbana inclui como objetivos primordiais a devolução das vias principais ao peão,

com a implantação de um pavimento confortável e a transformação da Rua dos Cavaleiros e da Rua Marquês de Ponte de Lima, limitando as acessibilidades automóveis ao bairro a viaturas de emergência, táxis e cargas e descargas por parte de veículos autorizados (comerciantes e moradores).

As ruas interiores da área de intervenção são repavimentadas por forma a diferenciar espaços de permanência e espaços de circulação (fig. 088).



091. Matéria - Maqueta Conceito

A proposta inclui a definição de seis espaços de permanência principais (fig. 091), a saber:

**Rua da Guia (fig. 092):** representando o ponto de encontro principal da área de intervenção, onde os moradores realizam feiras de artesanato, arraiais e outras atividades, este largo, que possui caráter de rua devido à presença de estacionamento e circulação automóvel, agora extintos a partir da proposta, pretende ser o local identitário das dinâmicas diárias dos moradores do bairro.

Para isso prevê-se a introdução de uma zona de lazer, a uma cota ligeiramente superior ao restante, onde serão colocadas mesas para atividades da população idosa (como cartas ou dominó); uma zona de permanência com arborização e mobiliário urbano; e uma zona flexível, que funcionará diariamente como via de circulação e que, em caso de atividades culturais ou sociais do bairro, possuirá mobiliário flexível, a produzir no edifício motor, como parte das atividades participadas incluídas nos objetivos programáticos.



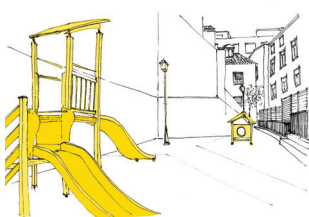
092. Matéria - Rua da Guia



093. Matéria - Largo da Severa

**Largo da Severa (fig. 093):** apesar da recente intervenção realizada pelo arquiteto José Adrião na criação do projeto 'Casa da Severa' – uma proposta de espaço cultural e café, de homenagem à personagem mais mítica do bairro – o sentimento de pertença ao espaço não foi adquirido pelos moradores; o valor económico do consumo dentro do espaço, bem como ao fecho do programa ao espaço público, tornam este largo num vazio de ocupação dinâmica por parte da comunidade da Mouraria.

A proposta prevê, assim, uma integração do edifício no largo, que se torna ele mesmo numa homenagem ao fado e à música. Aproveitando o lancil criado pelo projeto do arquiteto José Adrião, o espaço, onde de momento se encontram quatro elementos de mobiliário urbano, torna-se num agregado do edifício, com a proposta de mobiliário alternativo que potencie várias atividades, desde concertos, ou *workshops* de música a um espaço de permanência comunitário.



094. Matéria - Rua do Capelão  
(Parque Infantil)

**Parque Infantil – Rua do Capelão (fig. 094):** a presença de espaços públicos destinados às crianças do bairro é escassa, observando-se muitas vezes a ocorrência de jogos infantis em ruas com circulação automóvel ou sem segurança.

A proposta mantém este vazio como um parque infantil, mas propõe a sua reformulação com a alteração do tipo de equipamentos e com a abertura do local para a rua adjacente, bem como com a alteração das materialidades e como espaço flexível para outro tipo de atividades infantis.



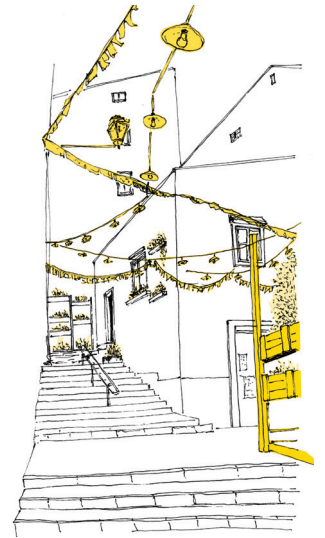
095. Matéria - Largo da Rosa

**Largo da Rosa (fig. 095):** o edifício patrimonial que se encontra atualmente em desuso é um ponto icónico de uma das ruas principais da área de intervenção, a Rua Marquês de Ponte de Lima. A lavandaria social, recuperada a partir do antigo lavadouro que ali se encontrava, promoveu as dinâmicas de passagem e permanência dos moradores naquele espaço. No entanto, a circulação automóvel e a introdução de novos lugares de estacionamento comprimem o espaço disponível à permanência, levando muitos moradores a parar para conversar em pé.

Por isso, a proposta prevê o alargamento do espaço contíguo à lavandaria, utilizando-a como espaço de estar e instalando mobiliário flexível para realização de atividades culturais e sociais ocorridas no passado (Santos Populares, concertos musicais, peças de teatro, entre outros). A extinção da circulação automóvel na Rua Marquês de Ponte de Lima torna-se igualmente um fator de devolução do largo à comunidade.

**Beco do Rosendo (fig. 096):** a composição do Beco do Rosendo, após a reabilitação efetuada pelo atelier Artéria, conferiu a este local o carácter de largo de permanência e usufruto diário. Sede da associação Renovar a Mouraria, o Beco do Rosendo alberga um conjunto de atividades ligadas à multiculturalidade do bairro. A conceção do edifício como albergador da cafetaria e da associação não teve em conta a diversidade de atividades culturais realizadas pela associação – concertos de música do mundo, debates, visionamentos de filmes, jantares temáticos, entre outros – o que obrigou à instalação, em 2014, de um palco provisório que se mantém até hoje. Os frequentadores das atividades utilizam muitas vezes a escadaria como bancada e a dimensão do palco não permite qualquer atividade.

Por isso, a proposta prevê a redefinição do pavimento, por forma a torná-lo mais plano e apropriado a várias atividades; a criação de um palco flexível que possa servir para concertos ou disponibilizar espaço em caso de necessidade; e a integração do jardim vertical, atualmente em construção na escadaria do largo.



096. Matéria - Beco do Rosendo (Renovar a Mouraria)

**Rua de São Lourenço / Beco do Cascalho / Rua de São Pedro Mártir (fig. 097):** a interseção destas ruas integra um conjunto arquitetónico semi-reabilitado e representa um vazio de dinâmicas comunitárias positivas na área de intervenção.

A escadaria do Beco do Cascalho funciona atualmente como ponto de tráfico de droga, por representar um acesso rápido à Praça do Martim Moniz. O fenómeno implica uma fuga dos moradores deste local que inviabiliza a sua fruição do espaço.

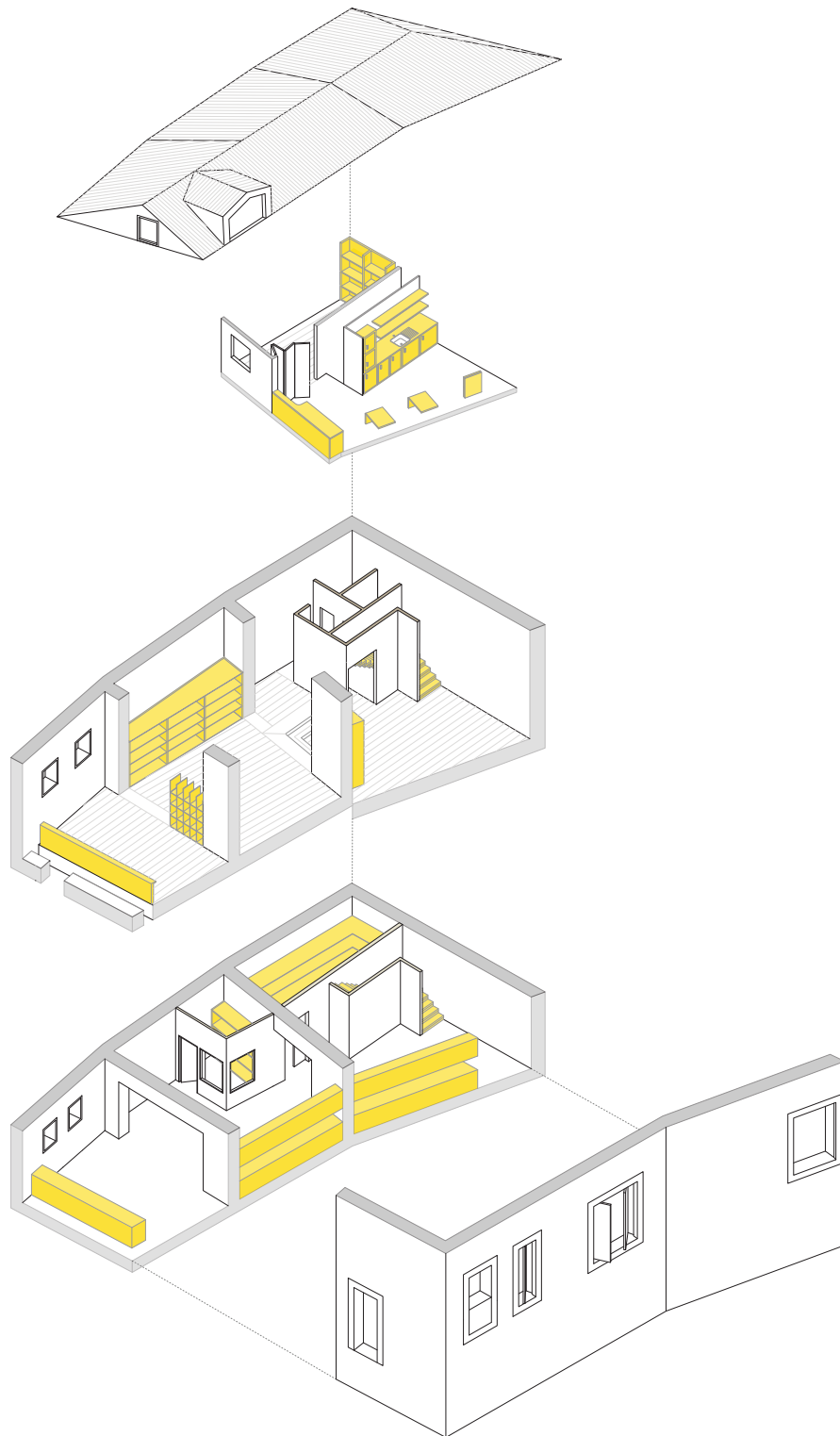
A proximidade deste local ao limite do bairro da Mouraria e à própria área de intervenção, bem como a presença de oficinas metalúrgicas e outros pequenos negócios tradicionais, tornam este local num ponto significativo para localização do edifício-motor e desenvolvimento do espaço envolvente como espaço de participação.

A proposta prevê, assim, a reabilitação dos números 63, 65 e 67 do Beco do Cascalho como um edifício único, comportando um programa de recuperação dos ofícios perdidos do território da Mouraria, e abarcando uma zona de comércio e exposição, uma zona de oficinas de olaria, tecelagem e marcenaria, que funcionem em simultâneo como local de formação desses mesmos ofícios.

O tratamento do espaço público consiste numa repavimentação do Beco do Cascalho, bem como do espaço circundante do quarteirão, por forma a motivar a circulação e a permanência no local, integrando-o no edifício-motor.



097. Matéria - Rua de São Lourenço / Beco do Cascalho / Rua de São Pedro Mártir



098. Oficina - Axonometria Programática

### 3.3.2 Oficina . Edifício motor

Como já referido, o quarteirão delimitado pelo Beco do Cascalho, pela Rua de São Pedro Mártir e pela Rua de São Lourenço é um dos alvos de abandono por parte dos moradores do bairro e constitui um 'hotpoint' fulcral do tráfico de droga na área de intervenção.

O quarteirão (fig. 099) é composto por cinco edifícios e um lote não registado municipalmente, agregado aos números 63 e 65 do Beco do Cascalho.

Os números 77 e 81 da Rua de São Pedro Mártir foram objeto de um processo de reabilitação realizado por investidores privados no ano de 2006, com a criação de três pisos de habitação. O número 45 da Rua de São Lourenço albergou a antiga 'Casa das Chaves', local marcante da história da baixa da Mouraria, fundada em 1865, inicialmente no palácio do Marquês do Alegrete e transferida para o local atual em 1946. O edifício foi abandonado em meados dos anos 80 e assim se encontra até hoje, tendo sofrido uma instalação artística na fachada por parte do EBANO Coletivo, coletivo artístico sediado no bairro da Mouraria.<sup>29</sup>

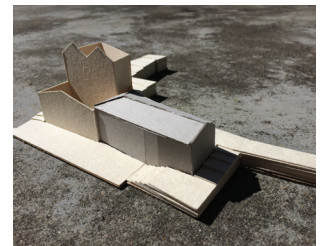
Os edifícios a intervencionar, situados nos números 63, 65 e 67, possuem duas frentes, localizando-se a entrada principal na Rua de São Pedro Mártir e o alçado tardoz no Beco do Cascalho (fig. 101).

A construção do edifício teve lugar no século XIX, sendo apenas possível datar com certeza no ano de 1888 o projeto de criação do armazém agregado, localizado no número 67.

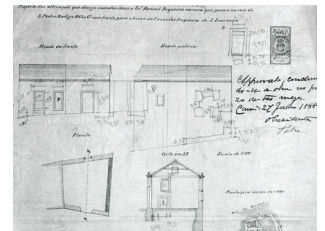
A certidão de teor de prédio urbano do Arquivo Municipal de Lisboa descreve-o como um prédio em propriedade total, sem divisões suscetíveis de utilização independente, composto por lojas e habitação, em estado de degradação.<sup>30</sup>

O edifício encontra-se emparedado pela CML, pelo que se efetuou o levantamento (fig. 100) através de registos desenhados consultados no Arquivo Municipal de Lisboa.

Os objetivos programáticos da proposta arquitetónica comportam duas vertentes: reabilitação participada do edificado e criação de um espaço para recuperação dos ofícios perdidos do bairro.



099. Oficina - Maqueta de Localização



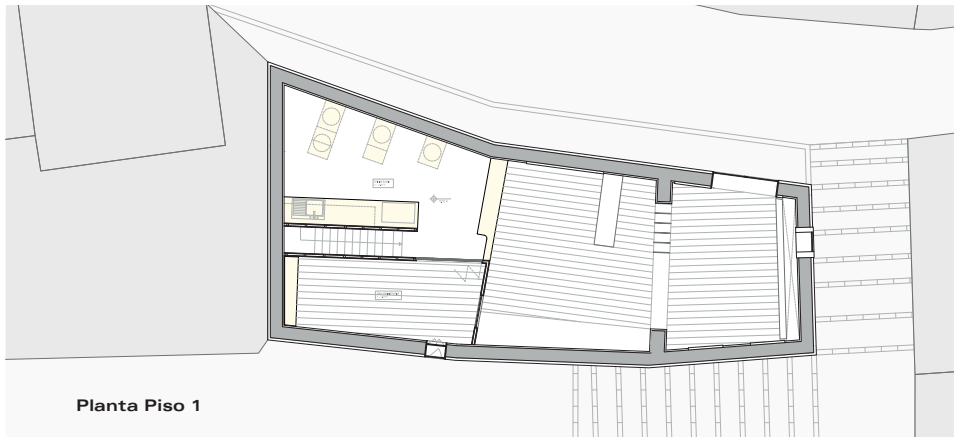
100. Oficina - Levantamento de Edificado



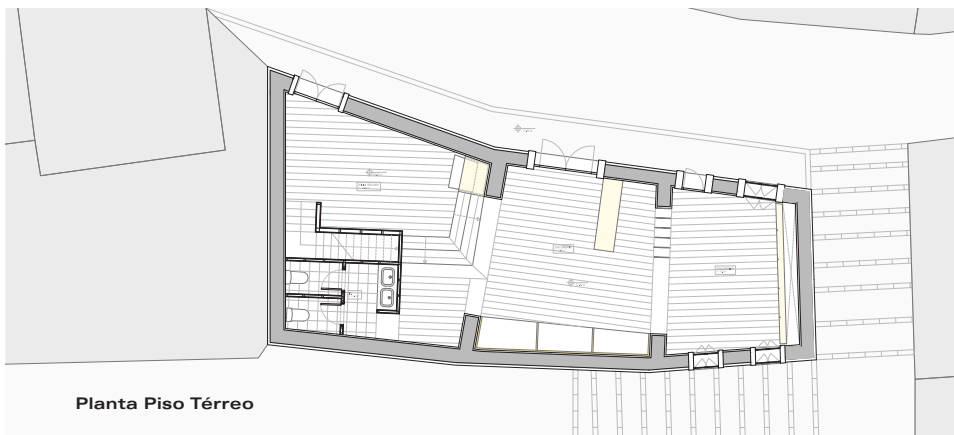
101. Oficina - Levantamento de Existente

29 - EBANO Coletivo. (s.d.) "Casa das Chaves". [Consultado a 25 de Maio de 2017] Disponível em: <https://www.ebanocollective.org/casa-das-chaves>

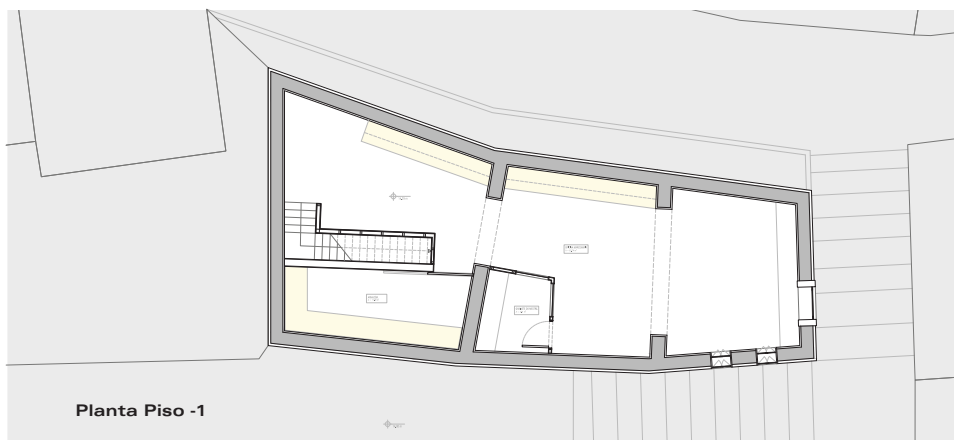
30 - Arquivo Municipal de Lisboa. "Obra 26002 - Proc 364-DRGUP-I-2007 - Folha 5" [Consultado a 16 de Fevereiro de 2017]



**Planta Piso 1**



**Planta Piso Térreo**



**Planta Piso -1**

O território da Mouraria tem sido, ao longo da sua história, uma área dedicada ao setor secundário, onde atividades artesanais como a tecelagem de tapetes, a olaria, os trabalhos em metal e as profissões de sapateiro, carpinteiro, albardeiro e vidreiro imperavam, representando este um dos principais locais de procura destes produtos e atividades na cidade de Lisboa (Gésero, 2011).

O desenvolvimento urbano e o aparecimento de novas sedes do setor secundário pela cidade de Lisboa, bem como a degradação progressiva do bairro, levam ao esquecimento dos referidos ofícios, que possuem nos dias de hoje poucos espaços de memória e divulgação.

O programa (fig. 102) propõe, por este motivo, a criação de um espaço de exposição e comércio, situado no piso térreo, com duas entradas através da Rua de São Pedro Mártir – uma de maiores dimensões, que representa o ponto principal de acesso ao edifício, e outra, menor, que, através da zona de exposição e da criação dos artesãos, pretende ser um convite, com a presença de um móvel aberto que efetua jogos de perspetiva com os restantes espaços, por forma a penetrar e participar no programa.

Também situado no piso térreo, está previsto um desnível que encaminha os visitantes para as oficinas de tecelagem.

No centro da sala encontramos um tear tradicional que, a partir da área de comércio e exposição, desperta a curiosidade do visitante e promove a realização das formações a partir de *workshops*.

Este espaço representa igualmente a distribuição do acesso às restantes oficinas. Contígua às instalações sanitárias, existe uma escada em madeira que nos conduz ao acesso inferior, onde se encontram, primeiramente, as oficinas de trabalho de carpintaria. Nas paredes existentes abrem-se dois vãos, criadores de um duplo pórtico que nos leva ao gabinete do mestre, observador de todo o espaço de trabalho aberto, onde estão localizadas as máquinas de trabalho de madeira e as bancadas.

O espaço localizado abaixo das instalações sanitárias do piso térreo alberga o armazém de material das oficinas, protegido dos visitantes e participantes exteriores.

Retornando ao piso superior, no espaço da oficina de tecelagem, observamos umas escadas de acesso ao mezanino, onde se podem identificar dois espaços.

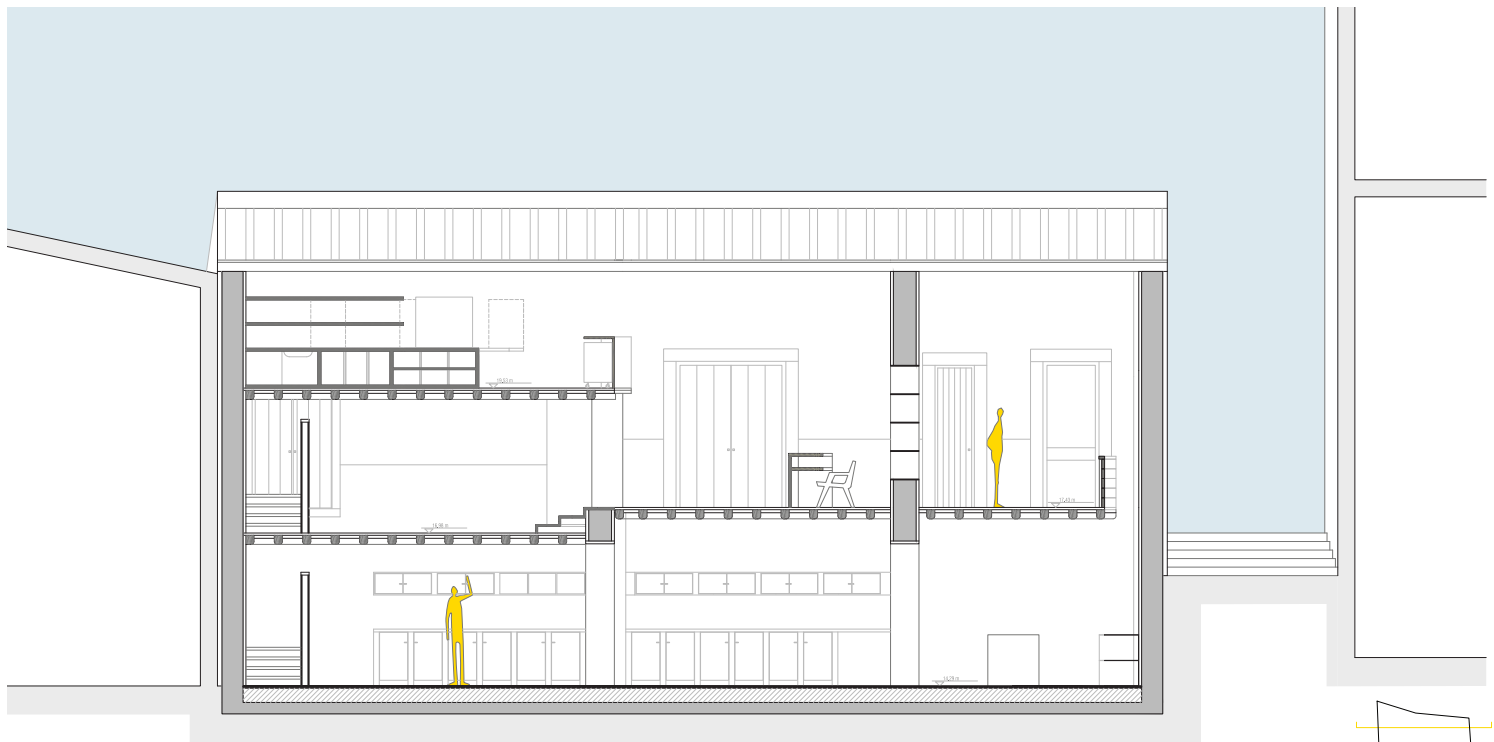
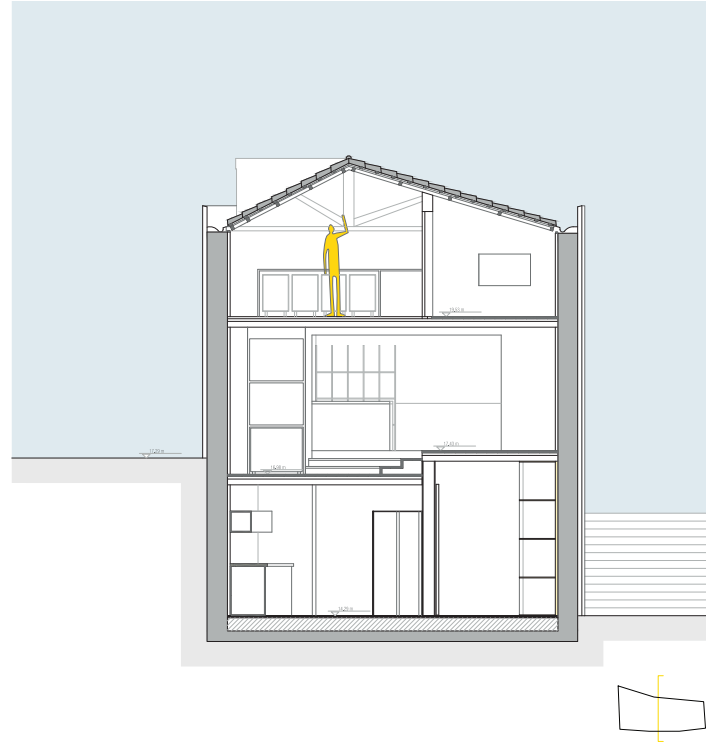
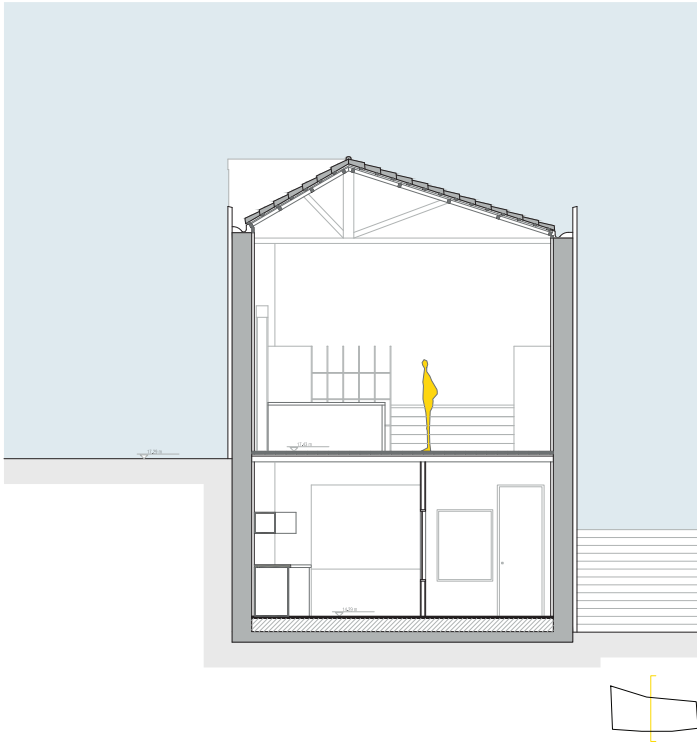
À nossa direita, compõe-se uma 'caixa' de madeira que é possível fechar ou abrir com

painéis rebatíveis, na qual se encontra uma área polivalente que pode servir de zona administrativa ou de apoio aos *workshops*.

A escolha da madeira e da sua estrutura frágil deve-se à vontade em manter uma dinâmica flexível do espaço, com base nas atividades e usufrutos futuros.

No lado oposto encontramos um espaço aberto, que encima a zona de galeria e exposição, onde se localiza a oficina de olaria, composta por uma bancada principal que partilha a parede das escadas, na qual se encontram o forno de oleiro e o lava-louças, bem como uma mesa de apoio móvel, passível de ser guardada no balcão referido; uma zona de arrumação, localizada na guarda que encima o piso térreo; e mobiliário flexível, com mesas rebatíveis que possibilitam um espaço aberto ou a colocação de rodas de oleiro para fabrico de peças de cerâmica.

A estrutura aberta da proposta e a organização das diferentes atividades, em evidência umas com as outras, permitem assim um programa construído pelos seus participantes, através da produção do mobiliário e ambiências pelos artesãos do espaço, bem como através de um circuito de circulação que pretende envolver todos os visitantes, incentivando-os a observar o produto final, bem como a respetiva produção. As materialidades leves do complexo pretendem torná-lo num espaço em permanente construção e mudança, que se torne num laboratório de participação, disseminável pela área de intervenção a partir do projeto urbano.



103. Oficina - Desenhos Rigorosos (cortes)

## Considerações finais

O presente trabalho contextualizou o tema dos projetos participados, territoriais e temáticos, que tiveram origem numa conjuntura particular de alterações sociais e que influenciaram fortemente a atualidade participada do campo da arquitetura.

A área de intervenção, definida como um bairro com uma longa história associada à marginalidade, pobreza e exclusão, conta com uma presença de participação popular associativa significativa na cidade de Lisboa.

A metodologia em prática obedeceu a duas fases distintas, intrinsecamente conexas e contínuas.

Em primeiro lugar, a análise territorial, que inclui o levantamento e identificação das associações e atores locais com papel mais ativo no bairro, através de conversas informais com moradores e associações. Procurou-se, nessa fase, a compreensão integral das dinâmicas do bairro, por forma a escolher, projetar e agir sobre o edifício selecionado.

A segunda fase da metodologia, desenvolvida em simultâneo com a anterior, consistiu no desenvolvimento da proposta urbana e arquitetónica.

Constatou-se a existência de uma separação de dinâmicas divergentes entre a Mouraria “turística” e a Mouraria “bairrista”.

Por um lado, um território reabilitado, com presença de esplanadas e espaço público, e, por outro lado, um desaproveitamento e escassez de cidade participada.

Desta forma, agindo na zona desaproveitada, propôs-se a seleção e reformulação de seis largos, temáticos, ligados aos seus habitantes e utilizadores e à própria identidade do bairro.

Ao largo situado na Rua de São Lourenço, atribuiu-se a identidade dos ofícios perdidos.

O edifício-motor -- Oficina.Matéria -- é o núcleo de recuperação dos ofícios perdidos

do bairro, formando habitantes nesses ofícios e produzindo objetos quotidianos a aplicar no território em questão, garantindo desse modo a sustentabilidade económica dos formadores e formandos, através de um piso térreo comercial, acessível a qualquer visitante ou transeunte curioso.

A sua estrutura física promove o envolvimento dos cidadãos no próprio programa, ao possibilitar a qualquer pessoa ver e aprender os ofícios.

A atuação participada no território escolhido pretende responder à questão central do trabalho, agindo positivamente nas dinâmicas sociais da Mouraria e tendo por objetivo final a devolução do bairro aos seus moradores, integrando-os no processo como construtores do seu próprio território.

Em suma, e após definição da área e do local de intervenção, bem como dos objetivos programáticos, a proposta urbana e a proposta arquitetónica funcionam como um laboratório de experimentação participada, em que a Matéria, território de intervenção e identidade comunitária, é compartilhada a partir da Oficina, que forma e sustenta a aplicação da experiência no território circundante.

A perspetiva e a aplicação flexível e leve dos espaços e dos elementos urbanos representam a dinâmica da participação, em mudança e descoberta constantes, que pretende ser ela mesma, *per se*, uma adaptação do contexto urbano à comunidade integrante do bairro.

A referência histórica dos ofícios não pretende ser um revivalismo ou uma construção fabricada de uma determinada identidade, mas sim um campo de experiência, aprendizagem e reinterpretação por parte dos participantes, atores responsáveis pelo seu território e credores da sua intervenção.

## Bibliografia

AAA - Atelier d'Architecture Autogerée. (2013) 'Agrocité'. [Consultado a 12 de Outubro de 2016] Disponível em: <http://www.urbantactics.org/projets/agrocite/>

Afonso, Zeca. (1976) "Os Índios da Meia-Praia". *Associação José Afonso*. [Consultado em Março de 2017] Disponível em: <http://www.aja.pt/letras/#indios>

Aguiar, José. (2012) "Reabilitação Low Cost / High Value: Intervenção mínima, reabilitação máxima". *Construção Magazine*, nº 47, pp. 9-11. [Consultado em Outubro de 2016] Disponível em: [http://www.construcaomagazine.pt/xFiles/scContentDeployerCM\\_pt/docs/Doc1117.pdf](http://www.construcaomagazine.pt/xFiles/scContentDeployerCM_pt/docs/Doc1117.pdf)

Alves, Adalberto. (2010) "Mouraria, uma filha da tolerância". *Jornal Rosa Maria – o jornal da Mouraria*, nº0, p. 11

Appleton, João. (2011) *Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e Tecnologias de Intervenção*. Amadora: Edições Orion

Arnstein, Sherry. (1969) "A Ladder of Citizen Participation". *Journal of the American Institute of Planners*, 35:4, pp. 216-224

Arquitectura Ibérica. (2007) "Reabilitação". *Caleidoscópio: Arquitectura Ibérica*, nº 19

Artéria – Humanizing Architecture. (2012) "Edifício-Manifesto" [Consultado a 20 de Maio de 2017] Disponível em: [http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto\\_7.html](http://www.arteria.pt/portfolio/edificiomanifesto_7.html)

Assembleia da República. (2005) '*Constituição da República Portuguesa*'. [Consultado a 23 de Novembro de 2016]

Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Assembleia Municipal de Lisboa. (2012) "Proposta nº 32 / 2012 – Deliberação de parecer favorável ao Estudo Prévio da Praça da Mouraria, situada entre a Rua da Palma nº 248-264 e a Rua do Benfornoso nº137-151". [Consultado a 2 de Fevereiro de 2017] Disponível em: <http://www.am-lisboa.pt/301000/1/003964,000278/index.htm>

Ateliermob – arquitetura, design e urbanismo lda.(s.d.) [Consultado a 20 de Maio de 2017] Disponível em: <http://www.ateliermob.com/tag/sobre+%7C+about>

- Bandeirinha, José. (2007) *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Bandeirinha, José; Sardo, Delfim; Moniz, Gonçalo (eds). (2016) *74-14 SAAL and Architecture*. e | d | arq – Publications of the Department of Architecture, University of Coimbra; Centre for Social Studies; Fundação de Serralves
- Barone, Ana; Dobry, Sylvia. (2004) “Arquitectura participativa na Visão de Giancarlo de Carlo”. *pós- Revista do programa de pós-graduação em arquitectura e urbanismo da fausp* – nº15, pp. 18-31. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i15p18-31>
- Borja, Jordi; Muxi, Zaida. (2000) *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa
- Câmara Municipal de Lisboa. (2011) *Boletim Municipal – Câmara Municipal de Lisboa, Ano XVIII, nº 908*. [Consultado a 2 de Fevereiro de 2017] Disponível em: [http://bm-pesquisa.cm-lisboa.pt/pls/OKUL/app\\_bm.download\\_my\\_file?p\\_file=1476#search=](http://bm-pesquisa.cm-lisboa.pt/pls/OKUL/app_bm.download_my_file?p_file=1476#search=)
- Câmara Municipal de Lisboa. (2011) *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024*. [Consultado a 2 de Fevereiro de 2017] Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1324397213U4nVZ1uw7Or33TP1.pdf>
- Câmara Municipal de Lisboa (CML). (2013) *Dentro de ti ó cidade – Energia BIP-ZIP*. Lisboa: Pelouro da Habitação
- CML - Pelouros de Urbanismo, Políticas de Solo e Espaço Público. (2015) *Uma Praça em cada Bairro*. Direcção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística - Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana - Divisão de Projetos e Estudos Urbanos. [Consultado a 3 de Maio de 2017] Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10\\_Abril2015\\_CADERNO-PRACAS.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf)
- CML - BIP/ZIP Lisboa. (2017) “Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2017 - Parcerias Locais” [Consultado a 26 de Maio de 2017] Disponível em: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo\\_regras.pdf](http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras.pdf)
- Carlos, Euzineia; Zorzal e Silva, Marta. (2006) “Associativismo, participação e políticas públicas”. *Política e Sociedade*, nº 9, pp. 163-194
- Coelho, Sandra. (2008) “Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo”. *Fórum Associativismo: O movimento associativo em Portugal e na Galiza*. Santa Maria da Feira

Crespo, José. (2015) "A Participação na Arquitectura e no Urbanismo: entre a teoria e a prática. O Caso Português". In: *X Congresso da Geografia Portuguesa – os Valores da Geografia*, pp. 767-772

Crespo, José; Sá, Teresa; Mendes, Manuela. (2015) "Iniciativas participativas na administração e gestão urbana: o município de Lisboa". In: *X Congresso da Geografia Portuguesa – os Valores da Geografia*, pp. 761-766

Davidoff, Paul. (1965) "Advocacy and Pluralism in Planning". *Journal of the American Institute of Planners*, vol. 31, nº 4, pp. 331-338

Dias, Maria Sousa. (2015) "Gentrificação: perigosa renovação". *Jornal Rosa Maria – o jornal da Mouraria*, nº8, p. 20

Dias, Nelson. (2014) *Hope for Democracy: 25 years of participatory budgeting worldwide*. São Brás de Alportel: Associação In Loco

EBANO Coletivo. (s.d.) "Casa das Chaves". [Consultado a 25 de Maio de 2017] Disponível em: <https://www.ebanocollective.org/casa-das-chaves>

EUR-Lex. (2001) *White Paper on governance*. Comunicação da comissão de 25 de Julho de 2001 "European governance - A white paper". [Consultado a 14 de Março de 2017] Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=URISERV%3A110109>

Etat de Vaud, Département des institutions et de la sécurité (2014) *Guide Pour Les Communes Vaudoises - Participation et Logement: Construire pour et avec la population*. Lausanne: Etat de Vaud, Département des institutions et de la sécurité

Ferro, Giacomo. (2014) "Uma abertura para a cidade. Análise de uma reforma sócio-urbanística no bairro da Mouraria". *Fórum Sociológico – nº 25*. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/906>

Fonseca, Maria Lucinda. (2015) "Diversidade e integração no bairro da Mouraria". *Jornal Rosa Maria – o jornal da Mouraria*, nº8, p. 22

Frame Coletivo (s.d.) "Manifesto Frame". [Consultado a 20 de Maio de 2016] Disponível em: <http://framecolectivo.com/PT/manifesto-e-outros-frames/>

Gésero, Maria. (2011) *Configuração da paisagem urbana pelos grupos imigrantes – O Martim Moniz na migrantscape de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura – Universidade Técnica de Lisboa

- Guerra, Isabel. (2002) "Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das "novas políticas sociais"". *Revista Crítica de Ciências Sociais* – nº63, pp. 47-74
- Guerra, Isabel. (2010) "Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 91, pp. 121-134
- Guerra, Isabel. (2003) Reflexões sobre os métodos e técnicas de planeamento: acção colectiva e "jogo estratégico de actores". In: *IV Congresso Português de Sociologia*, pp. 1-7
- Henriques, Joana Gorjão. (2016) "Vende-se uma Lisboa Multicultural". *Jornal Público – edição de 17 de Abril de 2016*. [Consultado a 2 de Junho de 2016] Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/04/17/sociedade/noticia/vendese-uma-lisboa-multicultural-1729202>
- Jabocs, Jane. (2000) *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes Editora
- Jones, Peter Blundell; Petrescu, Doina; Till, Jeremy. (2007) *Architecture and Participation*. Abingdon: Spon Press
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) – Departamento de Edifícios. (1997) *Relatório 272/97 – NPC: Pavimentos de Madeira de edifícios antigos. Constituição, patologia e reabilitação*. Lisboa: I & D Edifícios
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) – Departamento de Edifícios. (1997) *Relatório 318/97 – NPC: Segurança contra risco de incêndio em centros urbanos antigos – os Bairros Históricos de Lisboa*. Lisboa: I & D Edifícios
- Lefebvre, Henri. (2012) *O Direito à Cidade*. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre
- Leite, Vítorio. (2010) *Arquitectura da Participação: O debate sobre o habitat participado entre o Primeiro e o Terceiro Mundo – 1960-2010*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitectura – Universidade do Porto
- Malheiros, Jorge; Carvalho, Rui; Mendes, Luís. (2012) "Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal: processo de ajustamento ou prática emancipatória num bairro do centro histórico de Lisboa?". *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* - Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 97-128
- Mateus, João Mascarenhas. (2003) *Obras de Conservação e Restauro Arquitectónico: Condições Técnicas Especiais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Vereação de Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana, Departamento de Monitorização e Difusão Urbana, Divisão de Difusão de Informação Urbana

- Matos, José. (1999). *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões – Coleção Lazúli
- Mendes, Maria Manuela. (2012) “Bairro da Mouraria, território de diversidade: entre a tradição e o cosmopolitismo”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Sociologia*, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 15-41
- Mendes, Maria; Crespo, José; Sá, Teresa. (2016) “Program of Neighborhoods and priority Areas for intervention (BIP/ZIP): Participative initiatives in architecture and urban planning in Portugal”. *SINERGI Project International Scientific Conference: Inclusive / Exclusive Cities*, pp. 316-328
- Menezes, Marluci. (2005) “Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? – Uma Breve visita à Mouraria”. *Cidades – Comunidades e Territórios* – nº11, pp. 65-82
- Menezes, Marluci. (2009) “A Praça do Martim Moniz: Etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa”. Porto Alegre: *Horizontes Antropológicos* – ano 15, nº 32, pp. 301-328
- Menezes, Marluci. (2012 a) “Debatendo mitos, representações e convicções acerca da invenção de um bairro lisboeta”. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* - Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 69-95
- Menezes, Marluci. (2012 b) “Sobre a intervenção socio-urbanística na cidade consolidada. O caso da Mouraria em Lisboa”. In: *Jornada LNEC – Cidades e Desenvolvimento* (18-20 Junho), pp. 1-7
- Moura, Dulce; Guerra, Isabel; Seixas, João e Freitas; Maria João. (2005) *A Revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo*. QREN, pp. 1-34
- OP – Lisboa Participa. (2008) “Carta de Princípios do Orçamento Participativo de Lisboa”. [Consultado a 23 de Novembro de 2016] Disponível em: <https://op.lisboaparticipa.pt/documentos/56d9753ad346e50900cfa486>
- Parnell, Alan; Ferguson, Anthony. (1980) “The impact of legislation on conservation”. *AJ – The Architect’s Journal*, nº 20, vol. 171, pp. 955-979
- Pereira, Paulo. (2011) *Arte Portuguesa – História essencial*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates
- Pinho, Ana. (2009) *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana – Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Arquitectura – Universidade Técnica de Lisboa

- Pinho, Ana; Aguiar, José; Paiva, José Vasconcelos. (2006) *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional – Volume 1*. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação
- Pinto de Carvalho. (1898) *Lisboa d'outros tempos*. Lisboa: Fenda
- Portas, Nuno. (1983) *Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando*. Coimbra: Imprensa de Coimbra
- Portas, Nuno. (1986) "O Processo SAAL: entre o Estado e o poder local". *Revista Crítica de Ciências Sociais* – nº18/19/20, pp. 635-644
- Portas, Nuno. (2011) *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte
- Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João. (2011) *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulações e Projetos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Portas, Nuno; Grande, Nuno. (2006) "Entre a crise e a crítica da cidade moderna, a experiência portuguesa no contexto internacional". *Lisboscópio: Representação Oficial Portuguesa na 10ª Exposição Internacional de Arquitectura – Bienal de Veneza*, pp. 65-77
- Raposo, Isabel. (2016) "Marginal Urban Areas – urban metamorphosis: A New Global Phenomenon Needs / New Ways of Thinking and Intervening". *SINERGI Project International Scientific Conference: Inclusive / Exclusive Cities*, pp. 48-71
- Raposo, Isabel; Crespo, José Luís; Lage, Joana Pestana. (2017) "Participatory approaches in the qualification of semi-urbanised peri-urban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area".
- Mendes, Maria Manuela; Sá, Teresa; Cabral, João (eds.) *Architecture and the Social Sciences – Inter-and Multidisciplinary Approaches between Society and Space*. Cham: Springer International Publishing, pp. 151-176
- Renovar a Mouraria (s.d.) "a associação". [Consultado a 20 de Maio de 2017] Disponível em: <https://www.renovaramouraria.pt/associacao/>
- Rolnik, Raquel. (2000) "O lazer humaniza o espaço urbano". *Lazer numa sociedade organizada*. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure
- Sánchez, Iñigo. (2015) "Mapping out the Sounds of Urban Transformation: The Renewal of Lisbon's Mouraria Quarter". In: Guillebaud, Christine (ed.) *Toward an Anthropology of Ambient Sound*. Nova Iorque: Routledge - Anthropology series

Sanoff, Henry. (2006) "Multiple views of Participatory Design". *Journal of the Faculty of Architecture, Middle Eastern Technical University*, volume 23 – nº2, pp. 131-143

Serdoura, Francisco. (2006) *Espaço Público, Vida Pública – o caso do Parque das Nações*. Dissertação de Doutoramento. Instituto Superior Técnico – Universidade Técnica de Lisboa

Skeffington, A. M. (1969). *People and Planning: report of the committee on public participation in planning*. Londres: Ministério da Habitação e Governo Local

Tostões, Ana; Grande, Nuno. (2013) *Coleção Arquitetos Portugueses – série 2: Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas*. Vila do Conde: Verso da História

Trienal de Arquitetura de Lisboa - Palácio Sinel de Cordes (2016) "Quem vai poder morar em Lisboa?" – Debate organizado pelo Coletivo Habita [Assistido pela autora a 6 de Junho de 2016]

UN-Habitat. (2004) *72 Perguntas Frequentes sobre Orçamento Participativo*. Quito, AH Editorial.

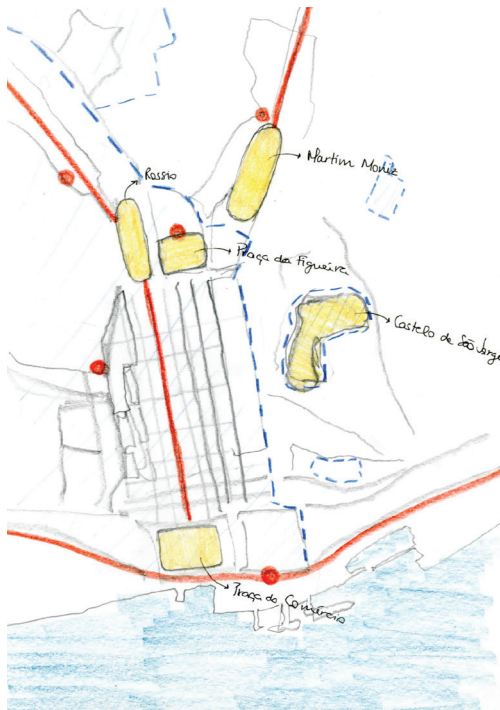
United Nations (UN). (1987) "Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development". *UN Documents*. [Consultado a 21 de Novembro de 2016] Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>

Vilaça, Helena. (1994) *Associativismo e movimentos sociais – modalidades da participação*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Warehouse. (s.d.) [Consultado a 20 de Maio de 2017] Disponível em: <http://www.warehouse.pt/sobre.html>



## Anexos \_ Peças de estudo



Esquissos - Enquadramento área de análise



Esquissos - Classificação patrimonial



Análise - Classificação patrimonial (PDM)



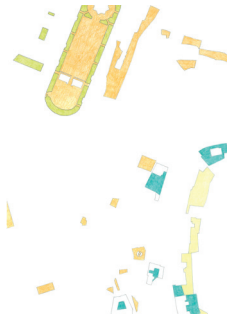
Análise - Mobilidade (PDM)



Análise - Condicionantes (PDM)



Acessos (autora)



Espaço Público (autora)



Usos (autora)



Levantamento pavimentos (autora)





Esquissos - Ideias para plano urbano



Antonio Sauer - Bairro de Mariana (1960s text)

**Objeto**  
 Área a ser planejada (100 hectares)  
 Bairro planejado  
 1000 famílias, 4000 habitantes  
 1000 unidades habitacionais  
 1000 unidades comerciais  
 1000 unidades industriais  
 1000 unidades de serviços  
 1000 unidades de lazer  
 1000 unidades de saúde  
 1000 unidades de educação  
 1000 unidades de cultura  
 1000 unidades de esporte  
 1000 unidades de recreação

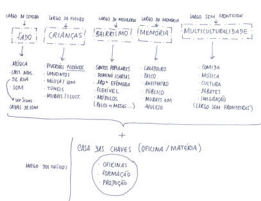
**Objetivos**  
 Planejar o bairro de forma que seja possível a convivência harmoniosa entre as diferentes atividades e usos.  
 Criar um ambiente urbano agradável e saudável.  
 Promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade.  
 Garantir a qualidade de vida dos habitantes.  
 Criar um espaço urbano que seja agradável e funcional.  
 Promover a integração entre as diferentes atividades e usos.

**Características**  
 O bairro será planejado de forma que seja possível a convivência harmoniosa entre as diferentes atividades e usos.  
 Criar um ambiente urbano agradável e saudável.  
 Promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade.  
 Garantir a qualidade de vida dos habitantes.  
 Criar um espaço urbano que seja agradável e funcional.  
 Promover a integração entre as diferentes atividades e usos.

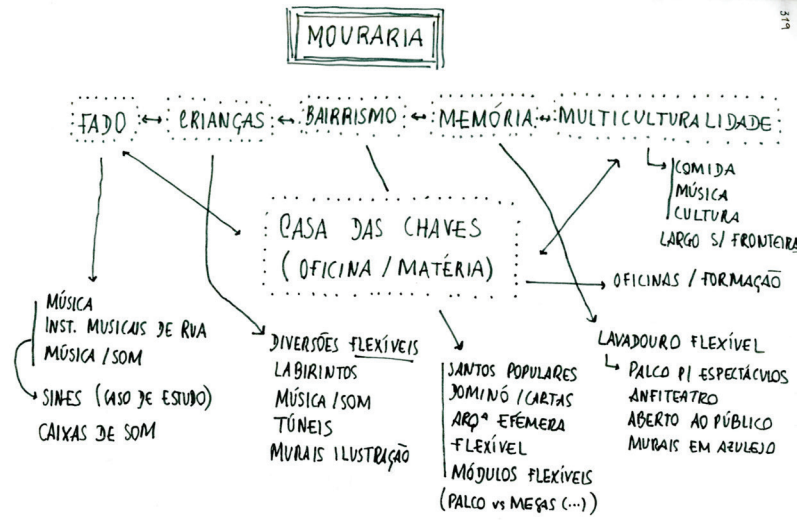
**Conclusão**  
 O bairro de Mariana é um projeto de planejamento urbano que visa promover o desenvolvimento econômico e social da comunidade, garantindo a qualidade de vida dos habitantes e criando um ambiente urbano agradável e saudável.



Esquissos - Levantamento existente



Esquissos - Proposta urbana



MOURARIA | Beco do Rosendo (Reinventar a Mouraria)

<p><b>FORÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Mouraria: pólo de atração de moradores e visitantes</li> <li>Acesso fácil ao centro da baixa</li> <li>Local c/ estruturas físicas de resposta</li> <li>Carácter de participação ativo a seu curso</li> </ul> <p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Local já reconhecido c/ forte identidade</li> <li>Mouraria</li> <li>Presença de atividades diversificadas</li> </ul>	<p><b>FRAGUEZAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Espaço diminuído q/ ur da população</li> <li>Pavimento com necessidades de manutenção</li> <li>Falta de canais e canais do lixo</li> <li>Pólo Pluriusário c/ pouca área e capacidade</li> </ul> <p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Terrestreificação → moradores não podem sentir que espaço seja deles porquê</li> </ul>
--	--

**LINHAS DE AÇÃO PRINCIPAIS**

Palco Pluriusário: reorganização física do espaço

Mobilização: criação de bouças, mesas flexíveis e canais e canais; mobilização com possibilidade de adaptação às atividades em curso

Análise - Beco do Rosendo



MOURARIA | LARGO DA SEVERA

<p><b>FORÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Identidade forte e aplicada (pólo)</li> <li>Associação recente da Casa da Severa</li> <li>Pólo de participação desajustada</li> <li>Área c/ht espaços</li> </ul> <p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Pólo estrutural, identidade reconhecida</li> <li>Espaço físico grande</li> <li>Zona de habitação local</li> <li>"Boia" de entrada da área de intervenção</li> <li>Cafés e negócios locais</li> </ul>	<p><b>FRAGUEZAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de carácter de permanência</li> <li>Existência de edifícios disjuntos sem uso</li> <li>Casa da Severa, desorganizada (a entender-se pelo nome)</li> <li>Linha de espaço público recente</li> </ul> <p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Terrestreificação a "intervenção" turística</li> <li>Edifícios desajustados estruturalmente desorganizados</li> <li>"Sincretização" da memória do tempo</li> </ul>
--	---

**LINHAS DE AÇÃO PRINCIPAIS**

Pavimento: zonas de permanência e de circulação definidas pelas intermediações e pelas cores do pavimento

Mobilização urbano: criação de mobilização adaptável, segundo os usos e objetivos

Participação: Apoio mais coeso da Largo à Casa da Severa e aos Amigos da Severa; possibilidade de mobilização de ações culturais no exterior; visitas de arte de rua e feiras e espetáculos

Música: criação de instrumentos musicais de rua → integração da população no próprio Largo, ...

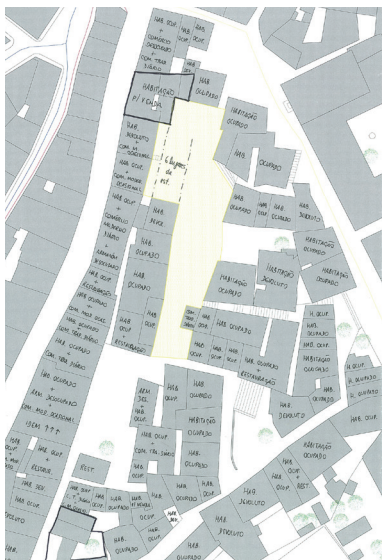
Análise - Largo da Severa



Análise - Rua do Capelão

MOURARIA | PARQUE INFANTIL

<p><b>FORÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Único vazio urbano dedicado às crianças</li> <li>Existência de mural colorido</li> </ul>	<p><b>FRAGUEZAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Localização isolada em relação ao Largo da Severa</li> <li>Estruturas físicas iguais à de qualquer parque</li> <li>Dimensão reduzida de espaço</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Rec. aplicação de uso necessário ao bairro</li> <li>Localização acessível a qualquer pessoa</li> <li>Área que permite algumas estruturas p/ crianças</li> <li>Pouco aproveitamento do espaço</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de portais que tornam o local inacessível</li> <li>Isolado em relação ao bairro</li> <li>Falta de permanência/visibilidade</li> </ul>
<p><b>LINHAS DE AÇÃO PRINCIPAIS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Planejamento: interrelacionadas esteticamente apropriadas e apropriadas às crianças</li> <li>Estruturas para brincar: criação de fontes, labirintos, paredes de escalada,...</li> <li>Mobiliário urbano: adaptável</li> <li>Paredes: murais rotativos → construídas pelas crianças</li> </ul>	



Análise - Rua da Guia

MOURARIA | RUA DA GUIA

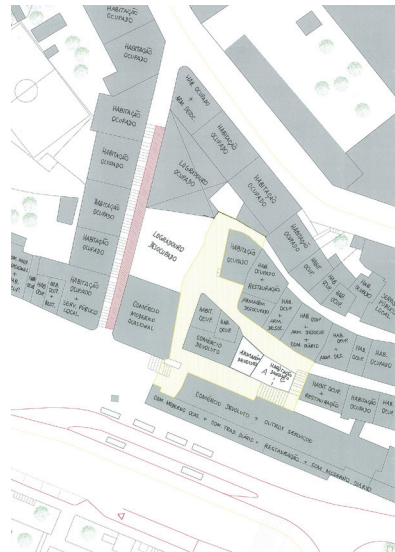
<p><b>FORÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Largo muito utilizado pelos moradores</li> <li>Área aberta e calma</li> <li>Bom localização na área de intervenções</li> <li>Centralidade</li> <li>Identificação barreira por parte dos locais</li> </ul>	<p><b>FRAGUEZAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de muitos edifícios desabitados e abandonados</li> <li>Existência de carros que tiram espaço para pessoas e conforto pessoal</li> <li>Tráfico de droga mais pronunciadas</li> <li>A noite grande diáfonias</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitação em curso em alguns edifícios</li> <li>Moradores acadêmicos frequentemente</li> <li>Muito espaço p/ intervenções</li> <li>Santos Populares; feiras → atividades recreativas</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Tráfico de droga</li> <li>Tráfico automóvel</li> <li>Obra em curso → interrupção do lote</li> </ul>
<p><b>LINHAS DE AÇÃO PRINCIPAIS</b></p> <p>Planejamento: zonas de permanência e de circulação definidas pelas características e pelas cores de pavimento → cont. do Largo da Severa</p> <p>Mobiliário urbano: criação de mobiliário adaptável, signos de atividades</p> <p>Participação: estruturas p/ pessoas (Santos Populares,...)</p>	



Análise - Largo da Rosa

MOURARIA | LARGO DA ROSA

<p><b>FORÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Loteamento: recuperação da memória</li> <li>Centralidade: local de passagem frequente, acesso a Alfama</li> <li>Palácio da Rosa: carácter histórico</li> <li>Proximidade ao sítio de intervenção</li> </ul>	<p><b>FRAGUEZAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Palácio da Rosa em estado de decadência</li> <li>Largo atual uso propício permanência</li> <li>Loteamento está fechado grande parte do tempo</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Loteamento já tem estrutura p/ diversas atividades</li> <li>Localização central dentro da AI</li> <li>2 pontos de este p/ conexão c/ bairro</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Turistificação: Palácio da Rosa</li> <li>Alguns edifícios e logradouros desabitados sem uso</li> </ul>
<p><b>LINHAS DE AÇÃO PRINCIPAIS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reabilitação no loteamento: palco/auditório,...</li> <li>Criação de espaços de permanência → Pavimento</li> <li>Criação de orientações</li> <li>Conexão de ruas adjacentes</li> </ul>	



MOURARIA | Largo dos Ofícios

FORÇAS

- Proximidade ao Martim Moniz
- Espaço utilizado
- Ruínas do bairro propício a pequenos negócios (marcenarias, oficinas, etc.)

TRAQUEAS

- Tráfico de droga: ponto de saída
- Uso do espaço próprio ao estacionamento
- Grande edifício que impedia
- Falta de qualificação urbana
- Edifícios convertidos em grandes números

OPORTUNIDADES

- Edifícios prontos a reabilitar
- Zona de fácil acesso pedestre
- Características urbanas típicas
- Presença de pequenos negócios - restaurações

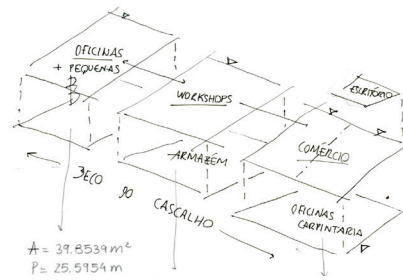
AMEAÇAS

- Tráfico de droga
- Isolamento
- Edifícios em mau estado de conservação

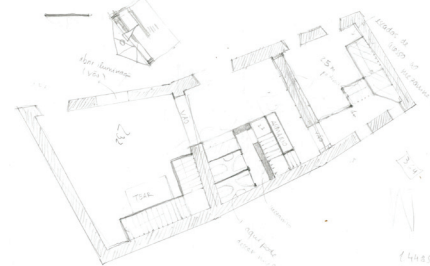
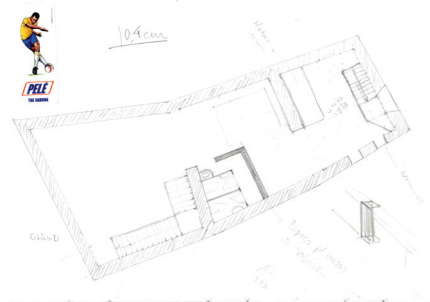
LINHAS DE AÇÃO PRINCIPAIS

- Reabilitação: criação e diversificação de zonas de permanência e de circulação definidas pelas materialidades e pelos corpos
- Oficina/Matéria: reabilitação de edifício com três pisos escuros
- Ris do chão: diversificação do comércio local e da própria rua
- Pardeis: aproveitamento do muro de suporte para articular uma série de espaços de PI café em frente

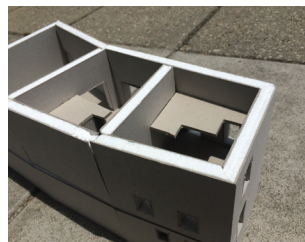
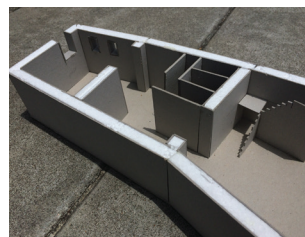
Análise - Rua de São Lourenço / Beco do Cascalho / Rua de São Pedro Mártir



'Oficina' - Conceito Programático

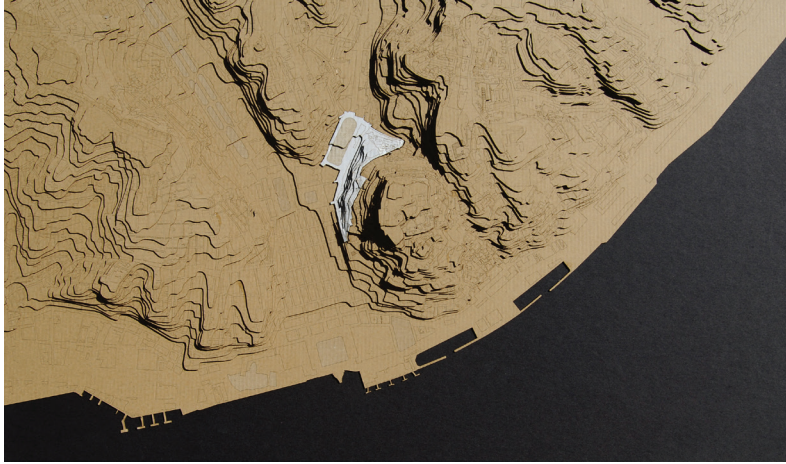


'Oficina' - Base projetual

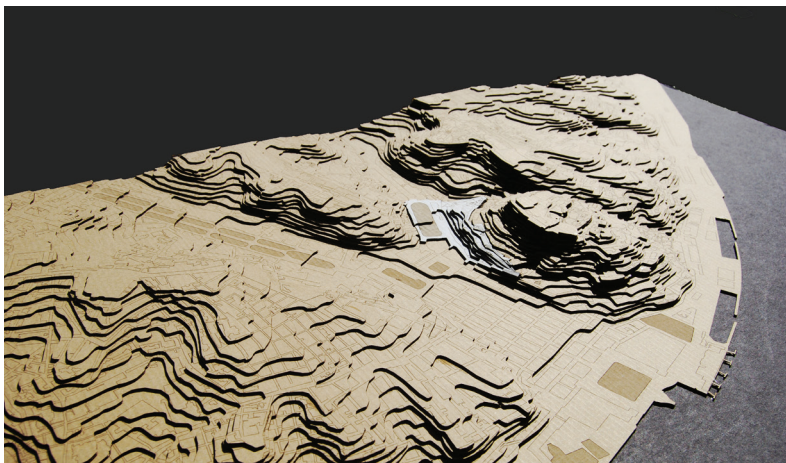


'Oficina' - Maquete estudo

## Anexos \_ Maquetes finais



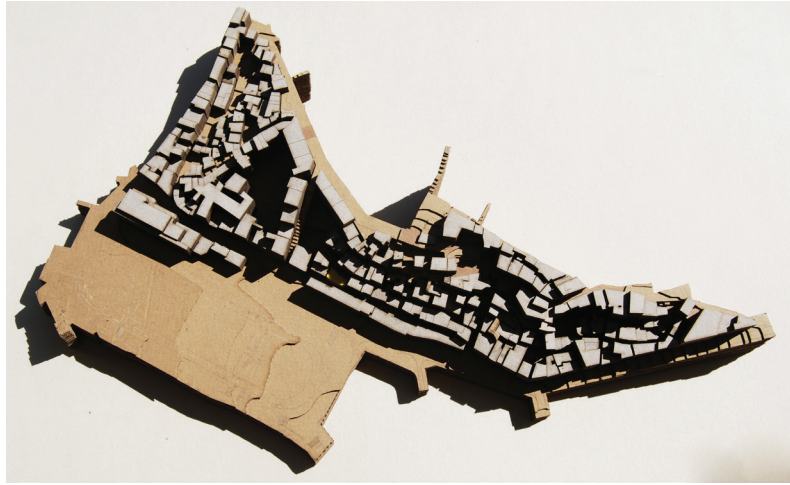
Contextualização - Maquete 1.5000



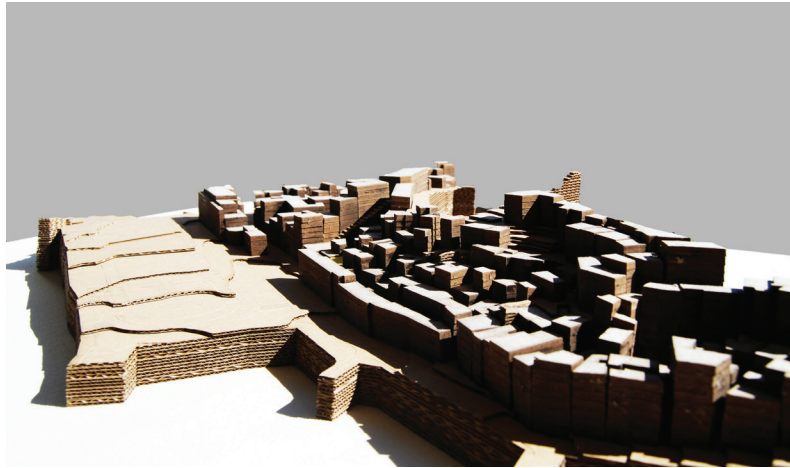
Contextualização - Maquete 1.5000



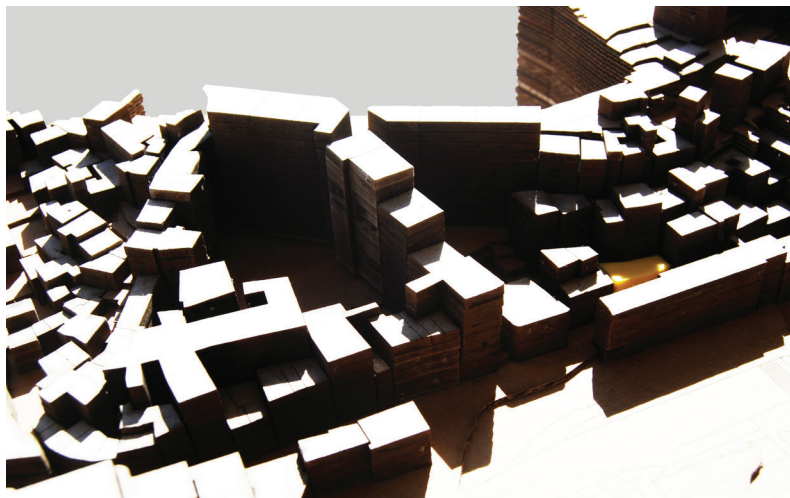
Contextualização - Maquete 1.5000



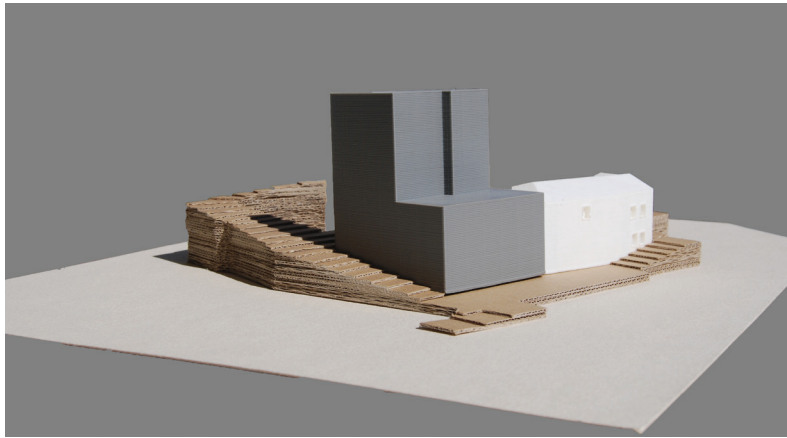
Área de Intervenção - Maquete 1.1000



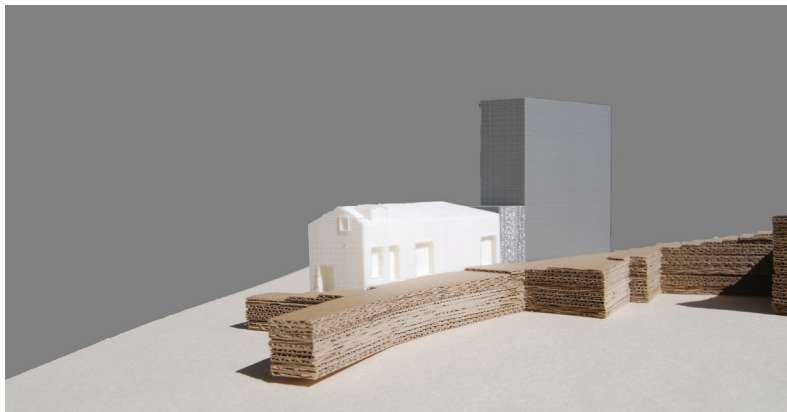
Área de Intervenção - Maquete 1.1000



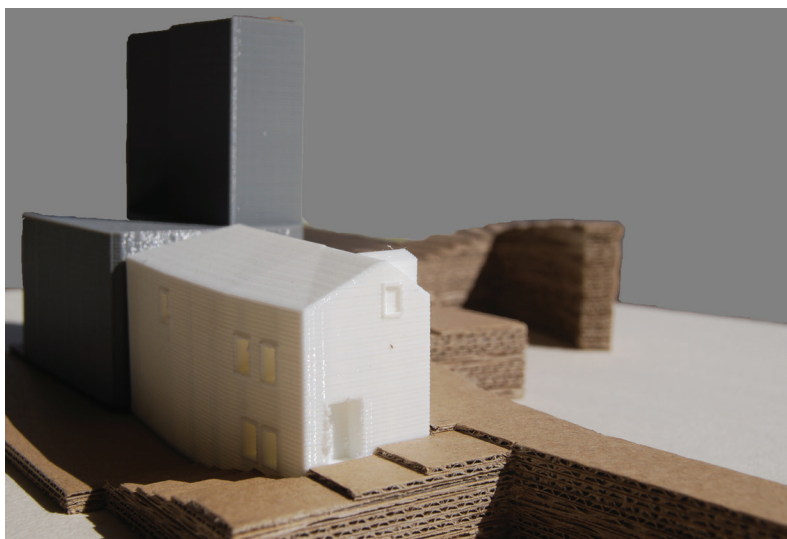
Área de Intervenção - Maquete 1.1000



Oficina.Matéria - Maquete 1.200



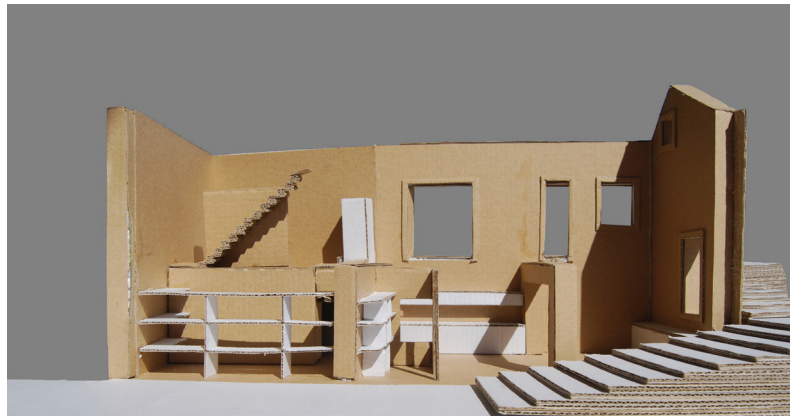
Oficina.Matéria - Maquete 1.200



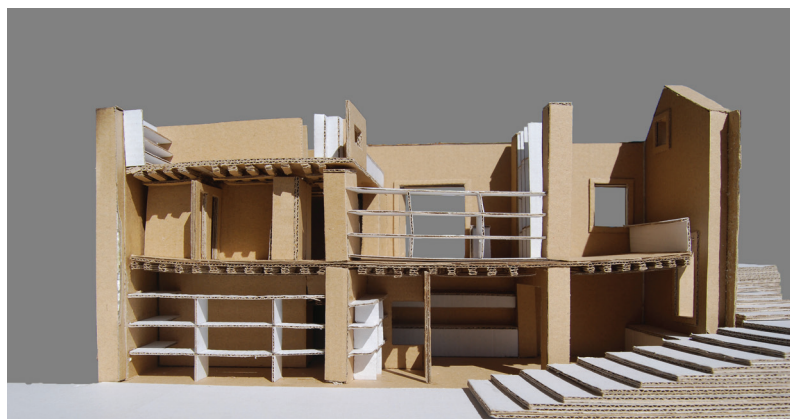
Oficina.Matéria - Maquete 1.200



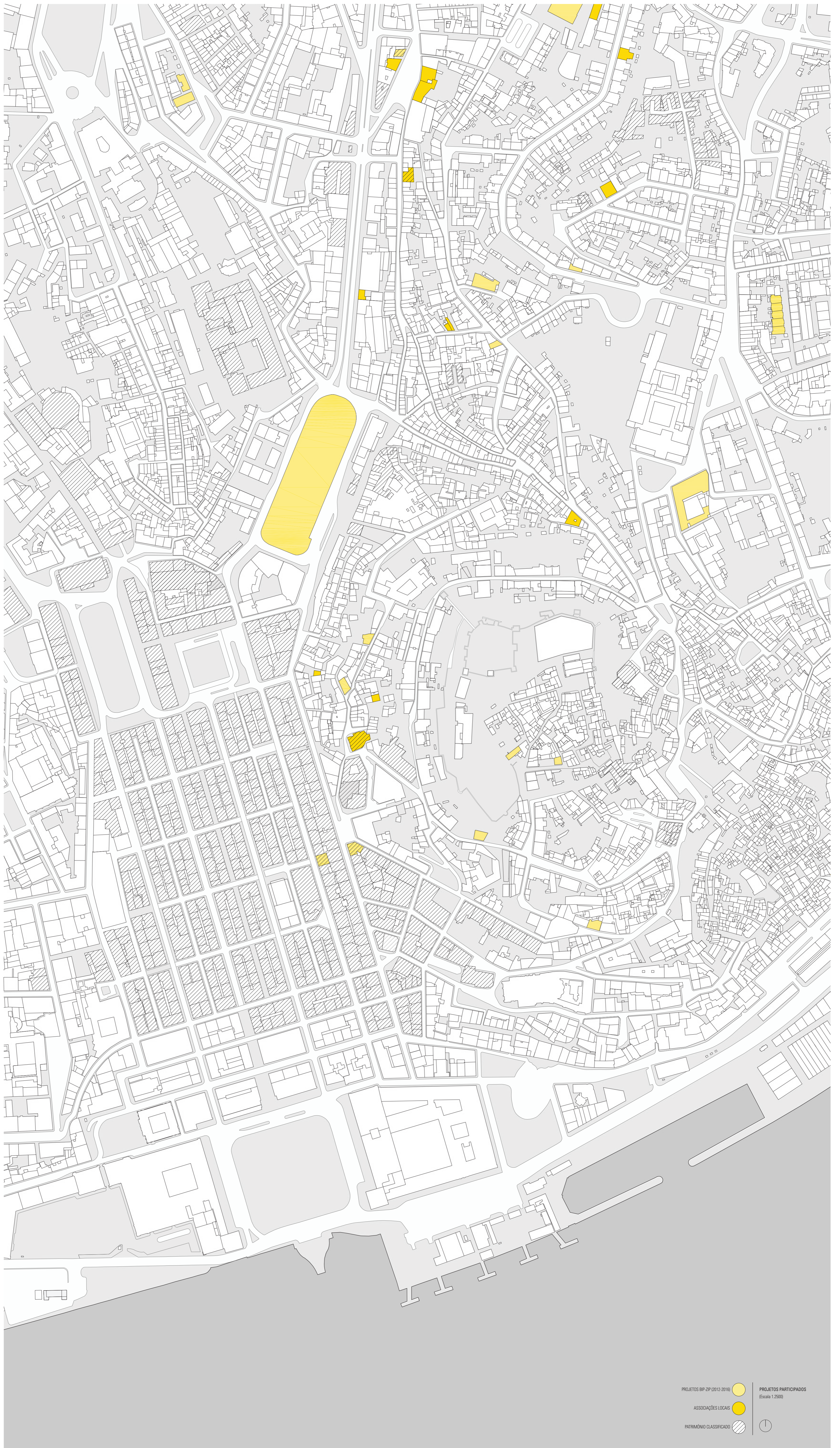
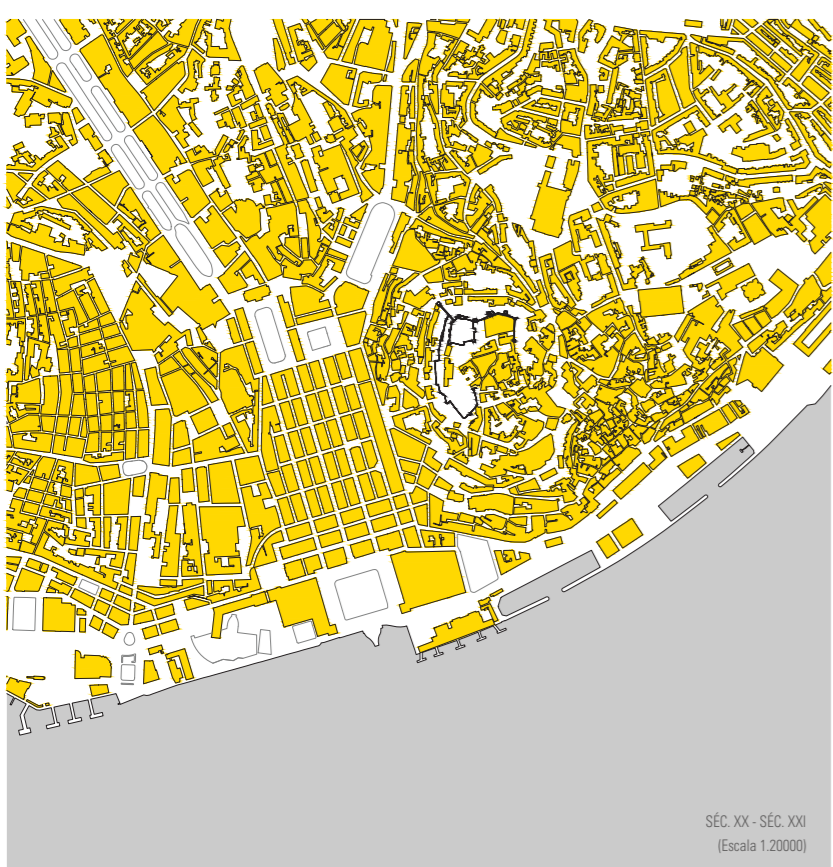
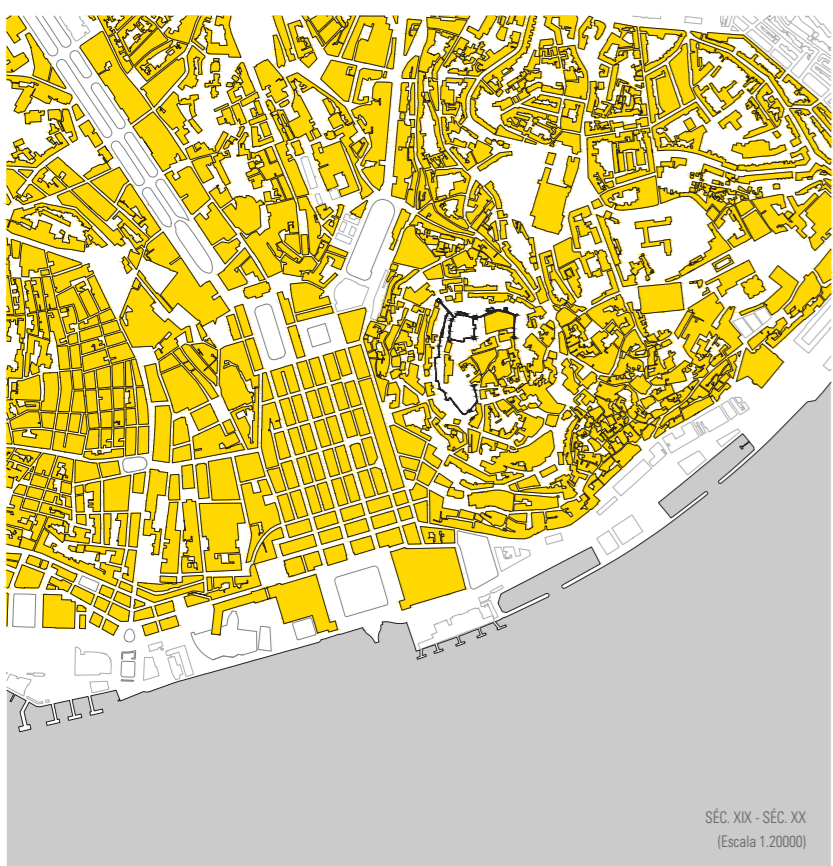
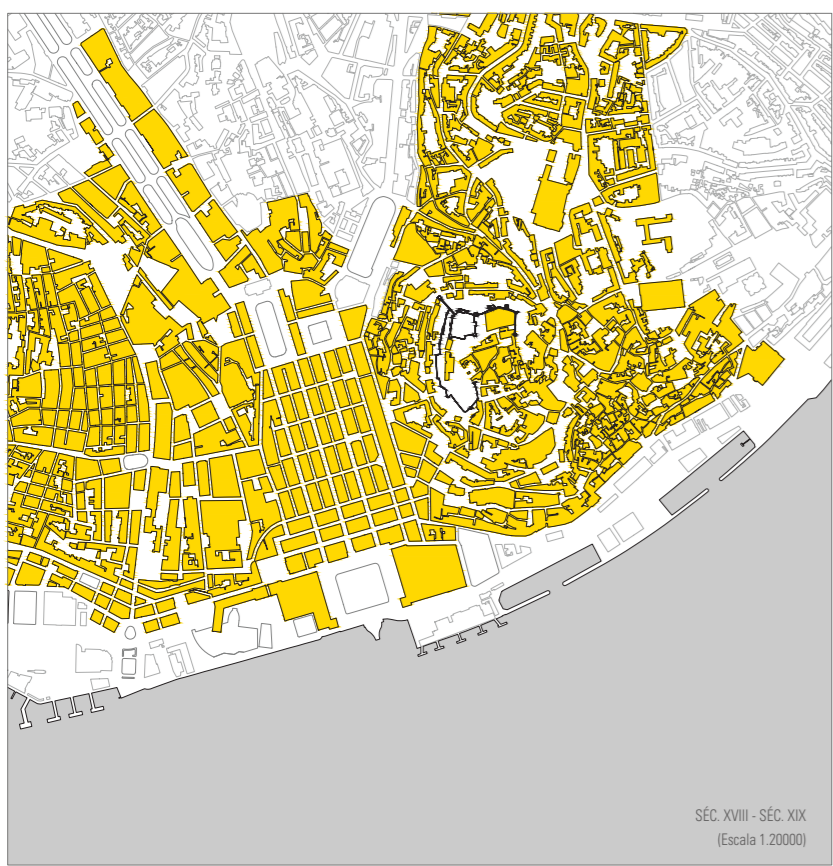
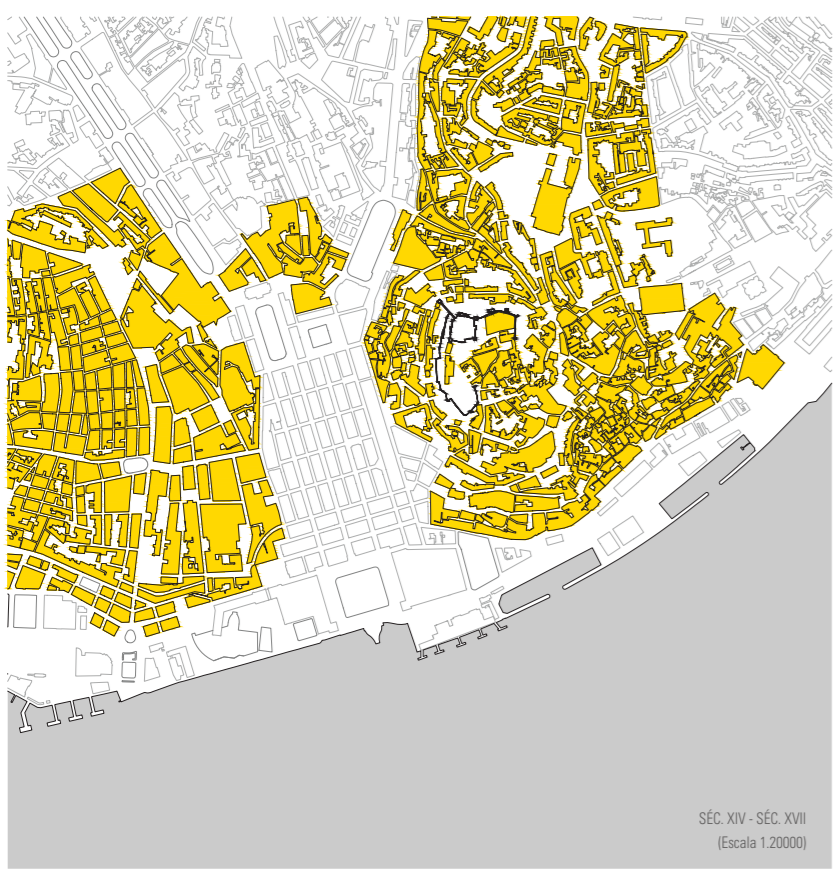
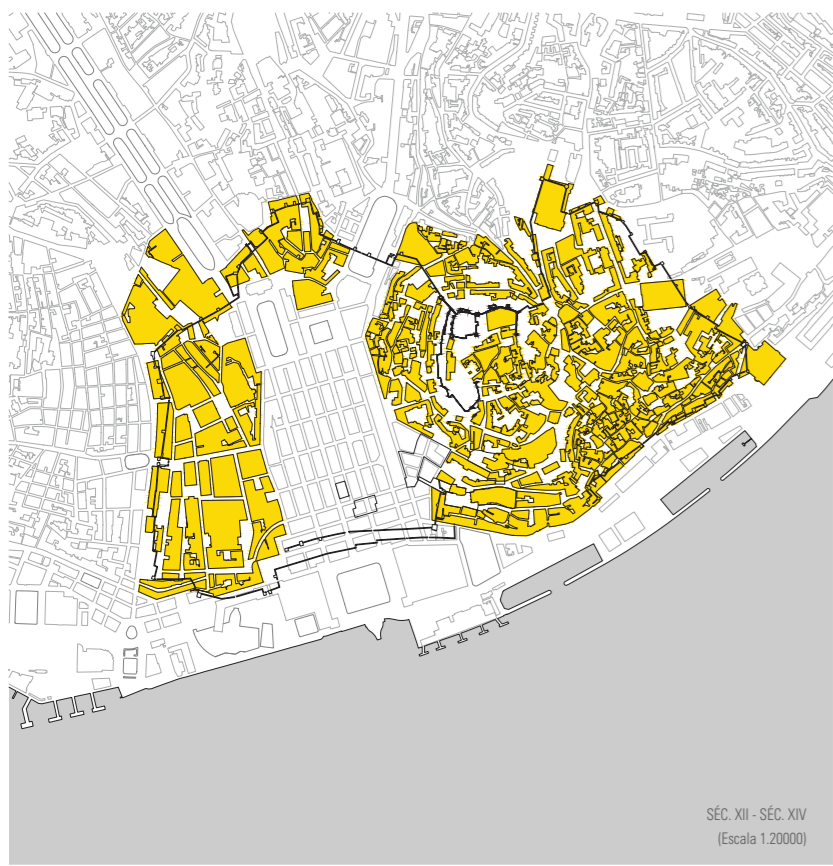
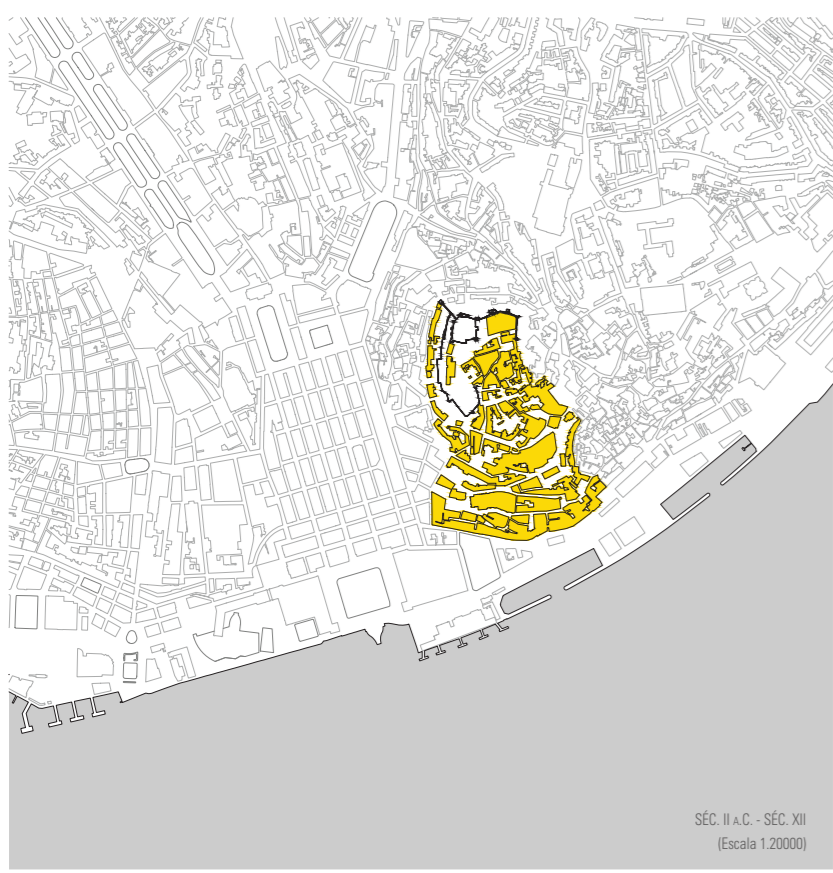
Oficina.Matéria - Maquete 1.50





Oficina.Matéria - Maquete 1.50





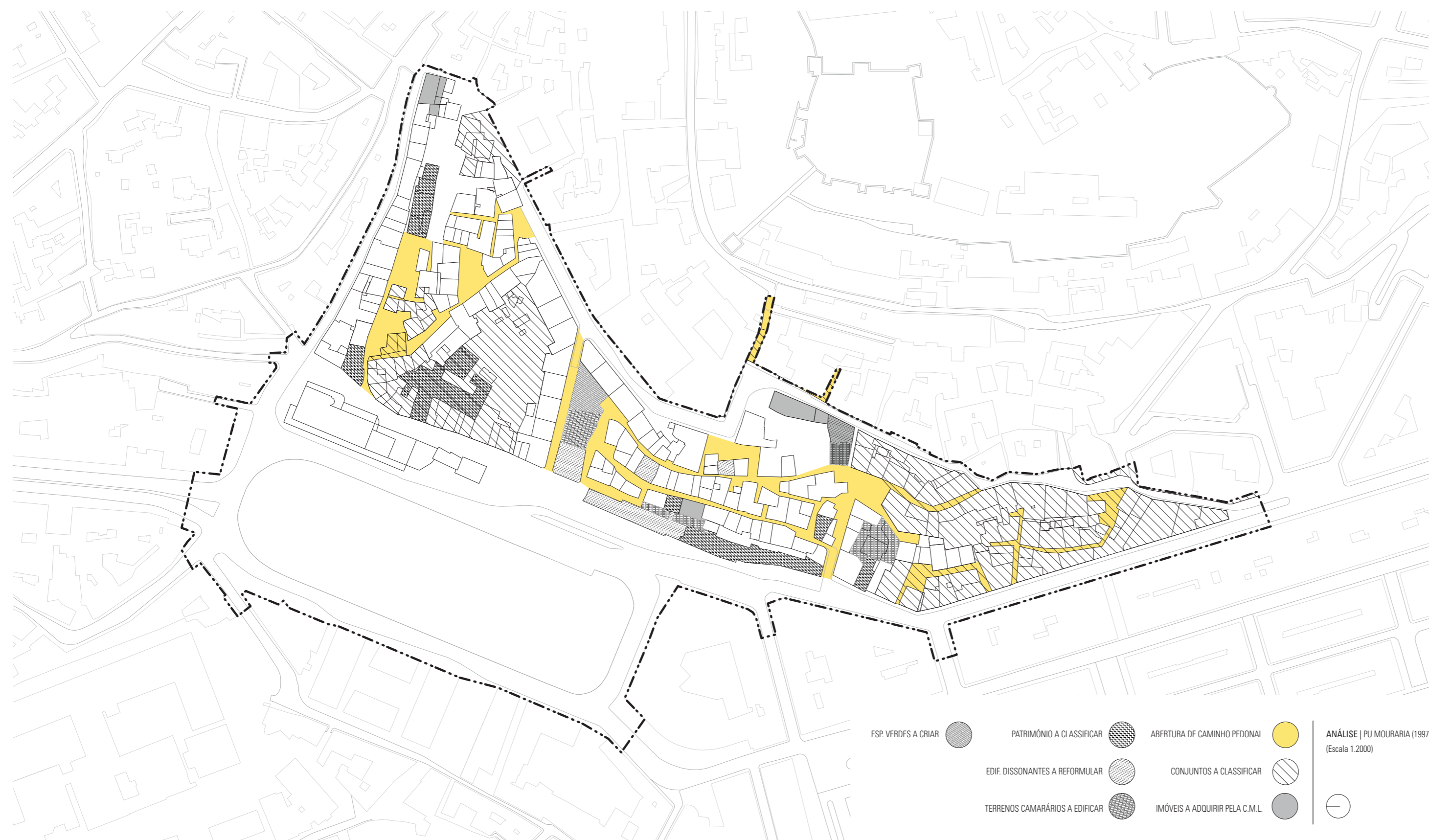
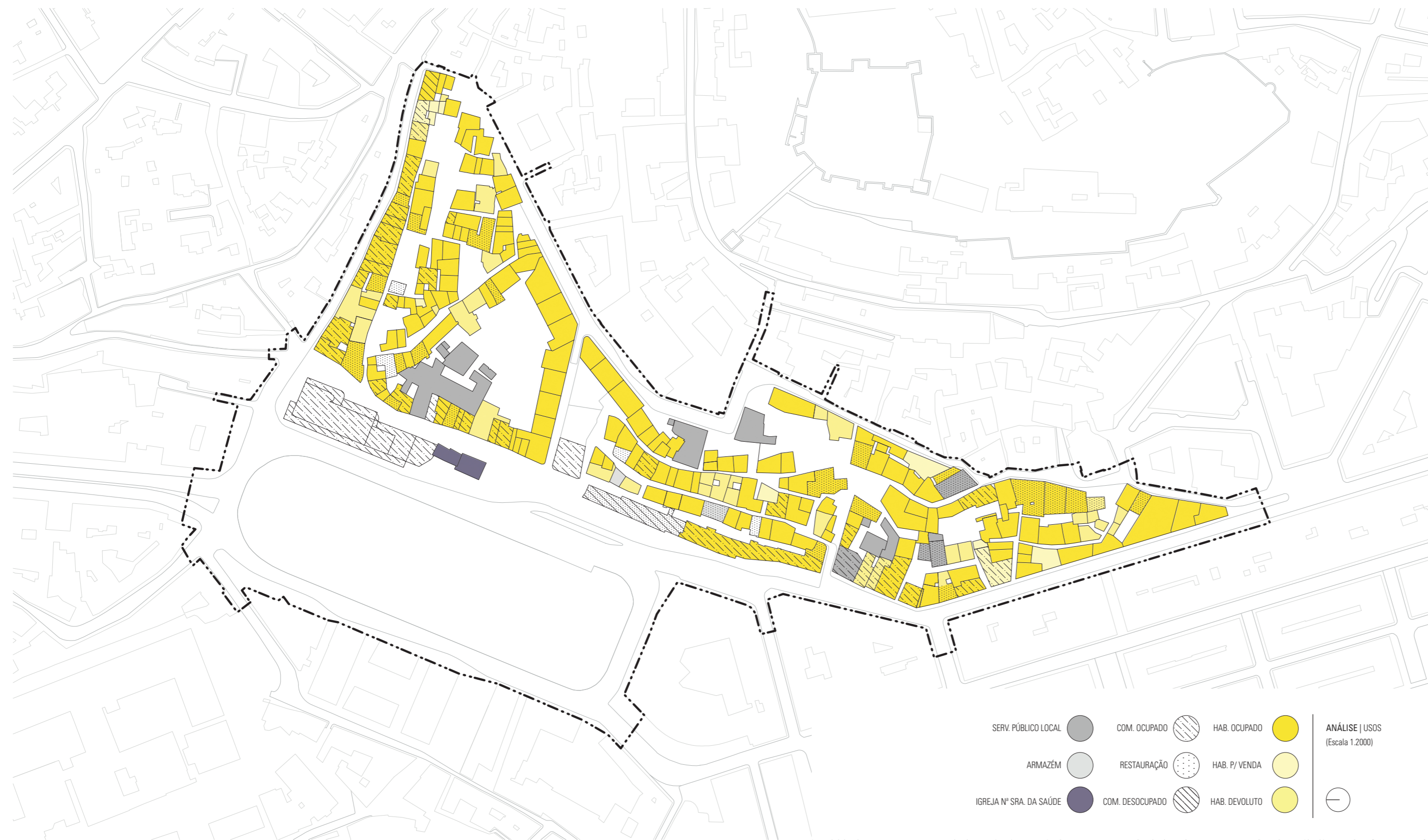
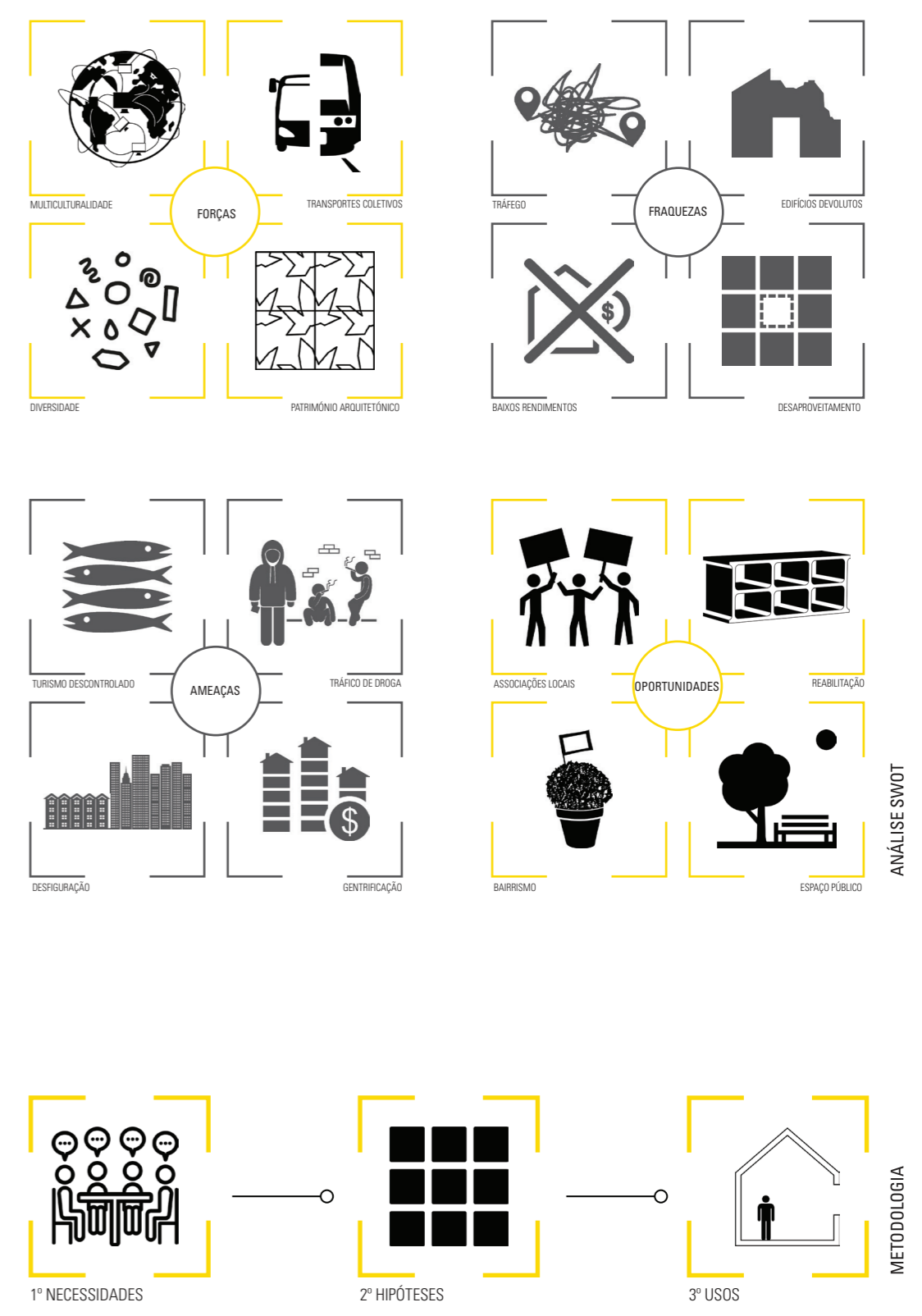
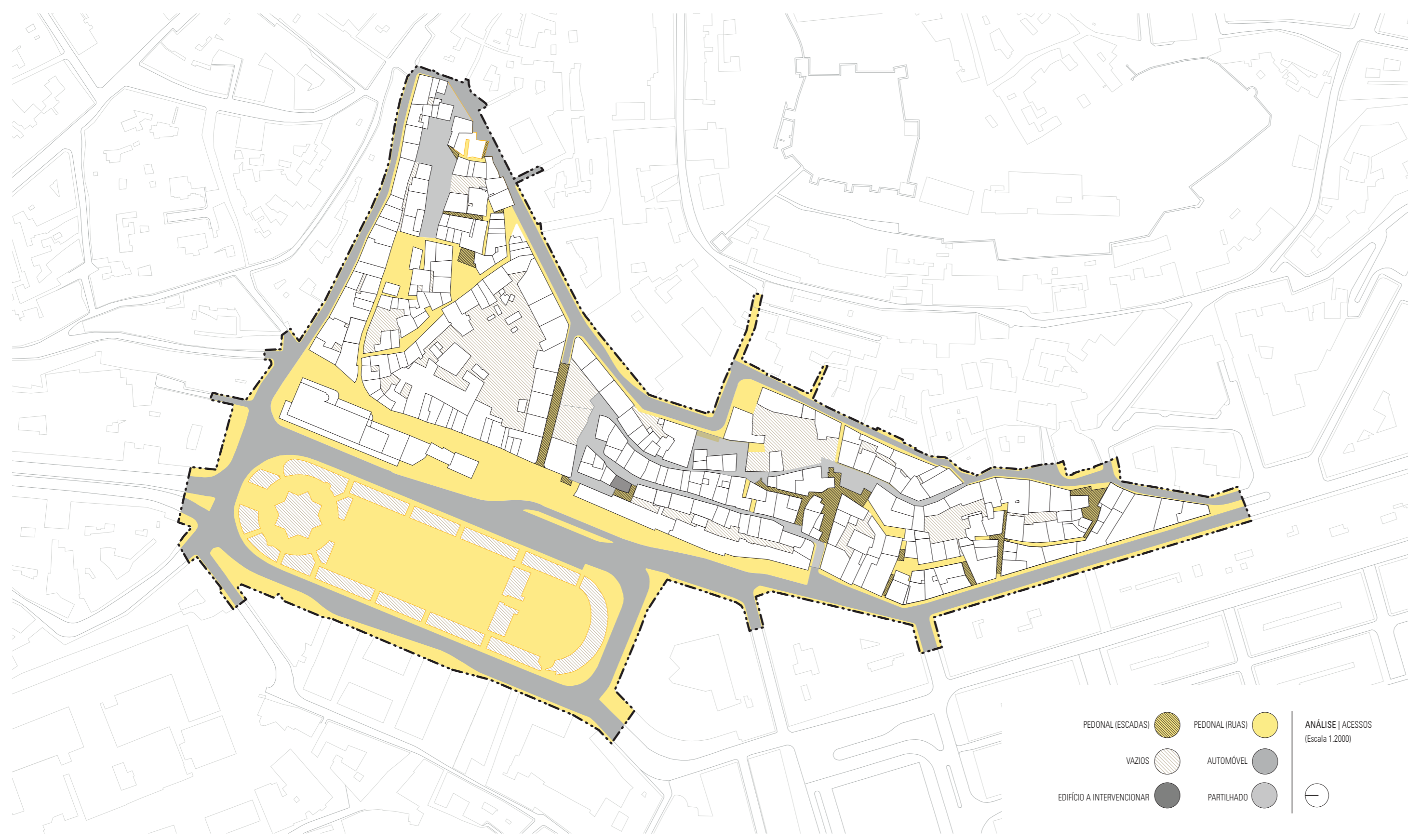
Oficina.Matéria - Maquete 1.50



PROJETOS BIP-ZIP (2012-2016)  PROJETOS PARTICIPADOS (Escala 1:2500)

ASSOCIAÇÕES LOCAIS 

PATRIMÔNIO CLASSIFICADO  



O tema dos processos participados emerge, internacionalmente, numa conjuntura particular de alterações sociais, durante a década de 60.

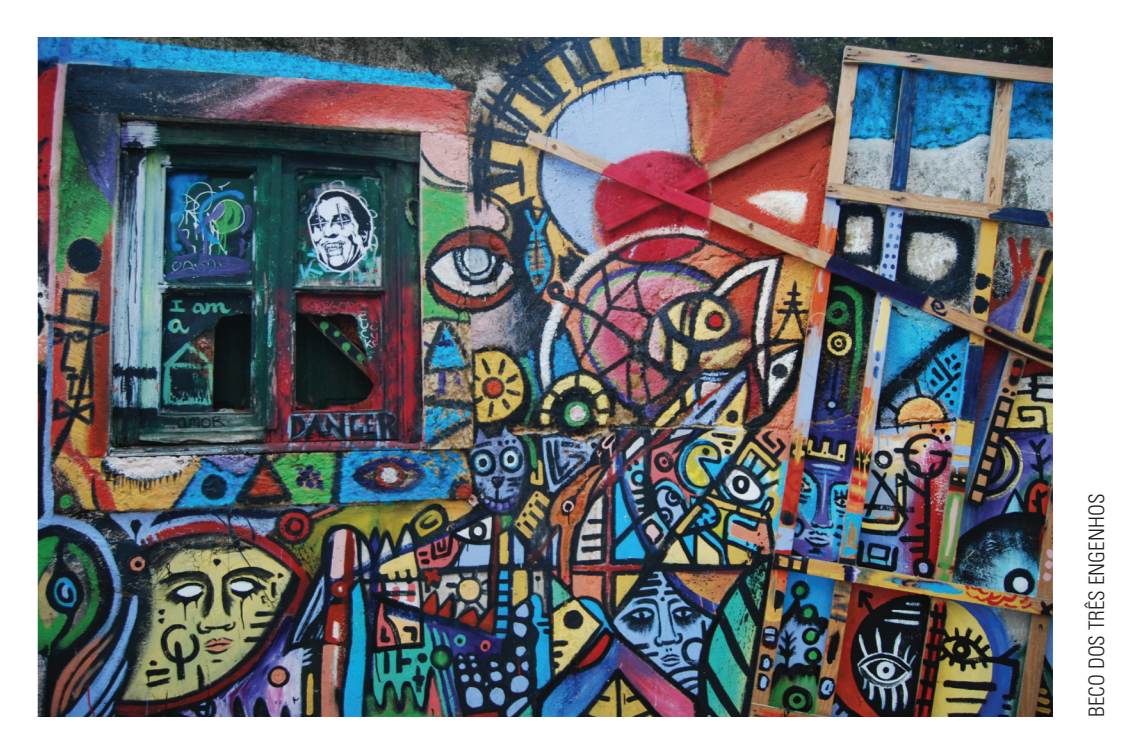
Sendo atualmente a Mouraria – bairro com uma longa história associada à marginalidade, pobreza e exclusão – um dos núcleos com maior participação popular associativa na cidade de Lisboa, coloca-se a seguinte questão central: **pode a reabilitação de um edifício, através dum processo participativo, contribuir para a qualificação das dinâmicas de uma área urbana?**

A metodologia dividiu-se em duas fases distintas, intrinsecamente conexas e contínuas. Em primeiro lugar, a **análise territorial**, definida pelo levantamento e identificação dos atores principais do bairro, através de conversas informais com moradores e associações. Procurou-se a compreensão integral das dinâmicas do bairro, por forma a escolher, projetar e agir sobre o edifício selecionado. A segunda fase, desenvolvida em simultâneo com a anterior, consistiu no **programação do projeto**.

Percecionou-se a existência de uma separação de dinâmicas entre a Mouraria “turística” e Mouraria “bairrista”. Num lado um território reabilitado, com presença de esplanadas e espaço público, e, noutro, um desaproveitamento e escassez de cidade participada. Agindo na zona desaproveitada, propõe-se a definição de seis largos, temáticos, ligados aos seus habitantes e utilizadores, e à própria identidade do bairro. O largo situado na Rua das Fontainhas a São Lourenço, denomina-se Largo dos Ofícios.

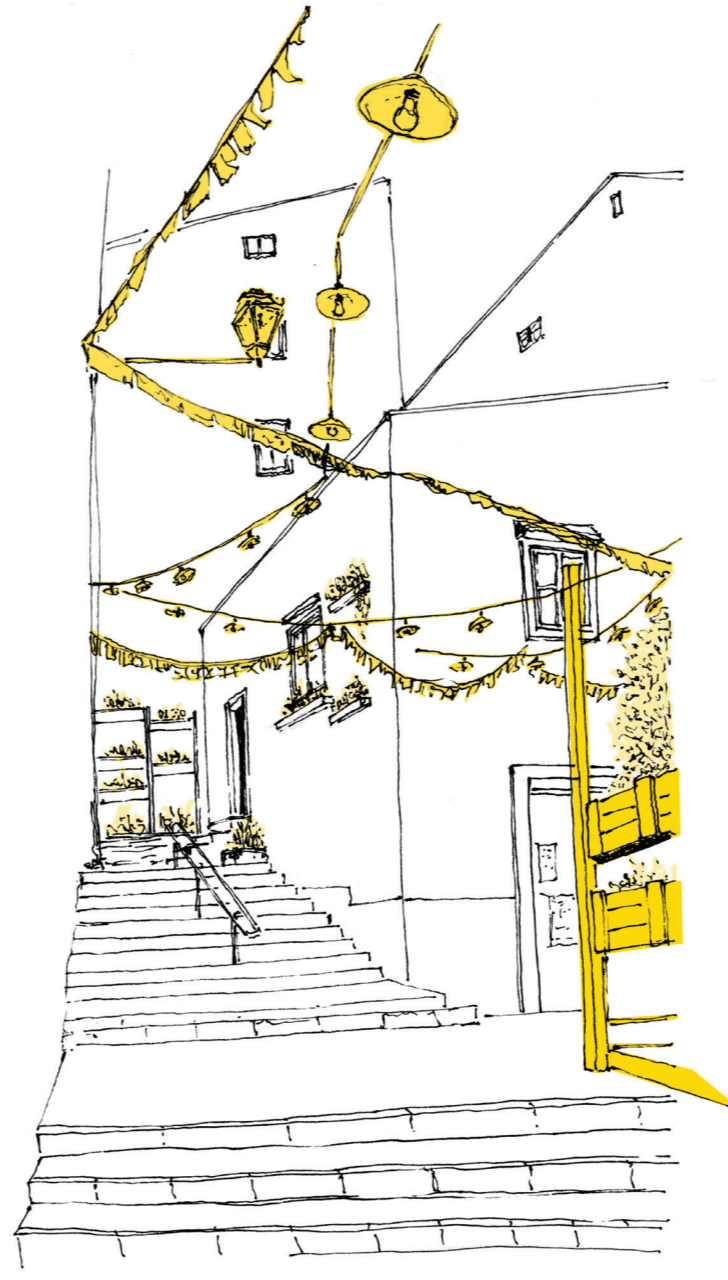
O edifício-motor – **Oficina.Matéria** – é o núcleo de recuperação dos ofícios perdidos do bairro, formando habitantes e produzindo objetos a aplicar no território em questão, garantindo a sustentabilidade económica dos seus formadores e formandos. A sua estrutura física promove o envolvimento dos cidadãos no próprio programa, dando a possibilidade a qualquer pessoa de ver e aprender ofícios.

A atuação participada no território escolhido pretende responder à questão central do trabalho, agindo positivamente nas dinâmicas sociais da Mouraria e tendo por objetivo final a devolução do bairro aos seus moradores, integrando-os no processo como construtores do seu próprio território.





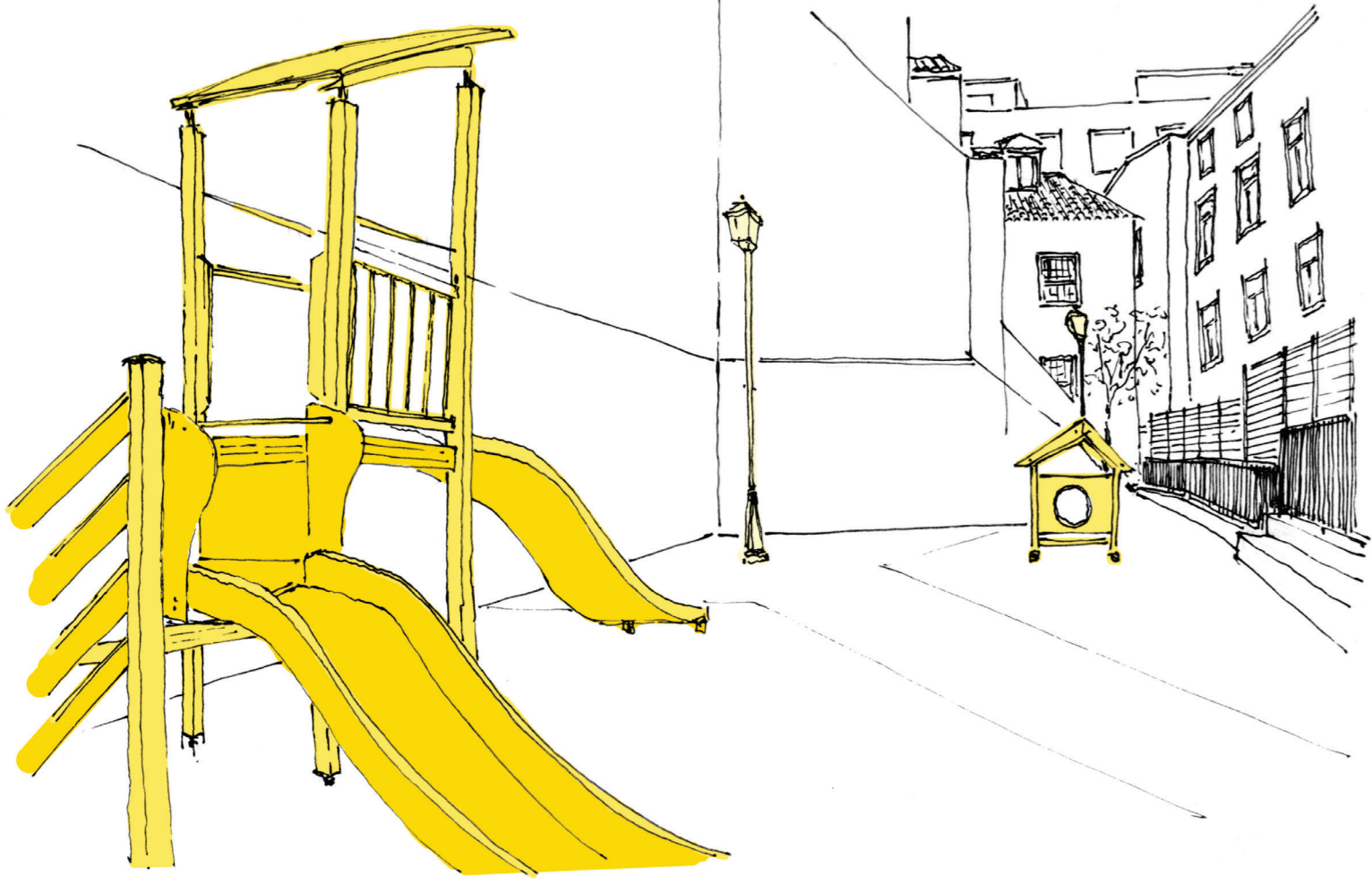
1. RUA DA GUIA



2. BECO DO ROSENDO



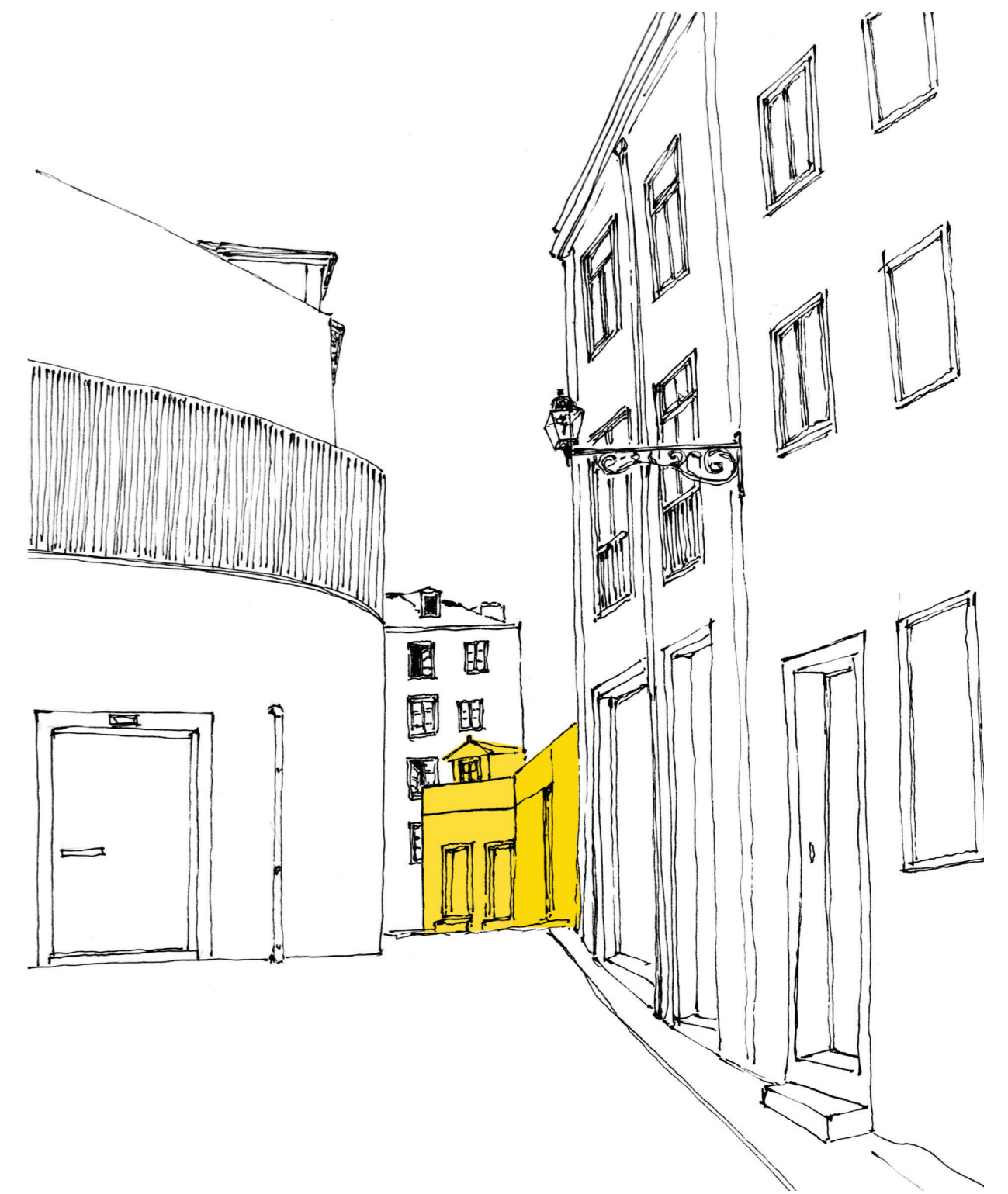
3. LARGO DA ROSA



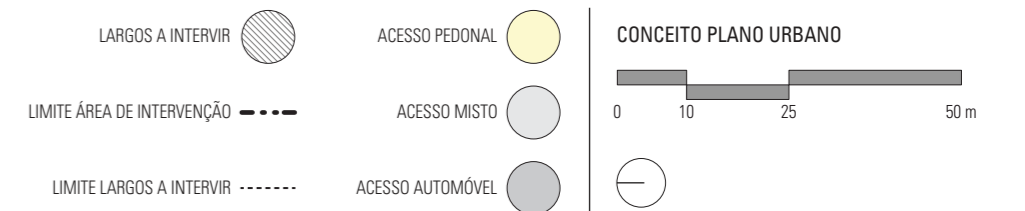
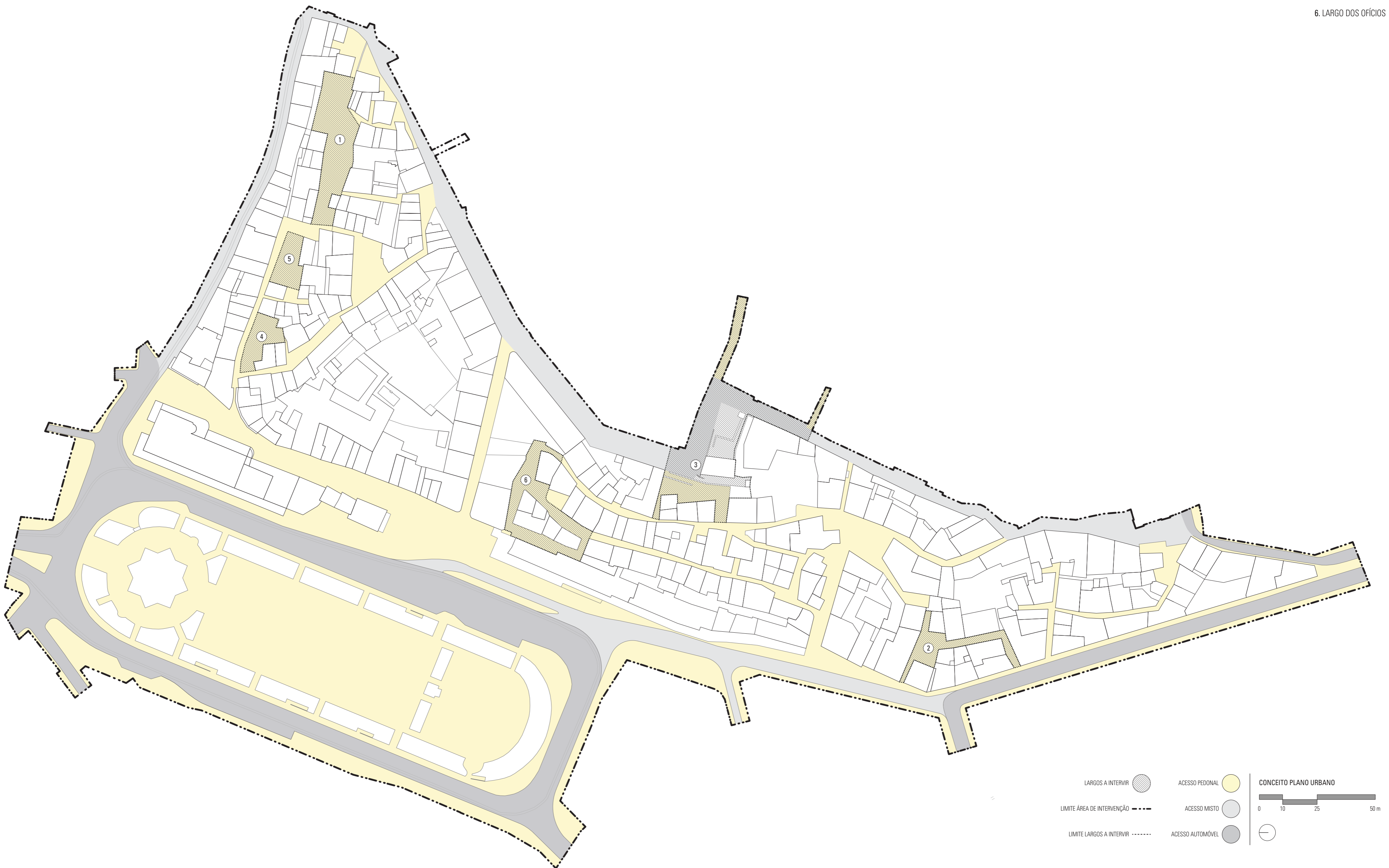
4. RUA DO CASTELÃO

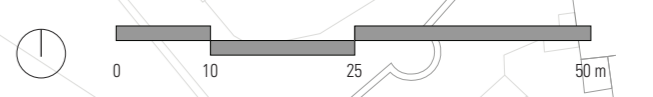
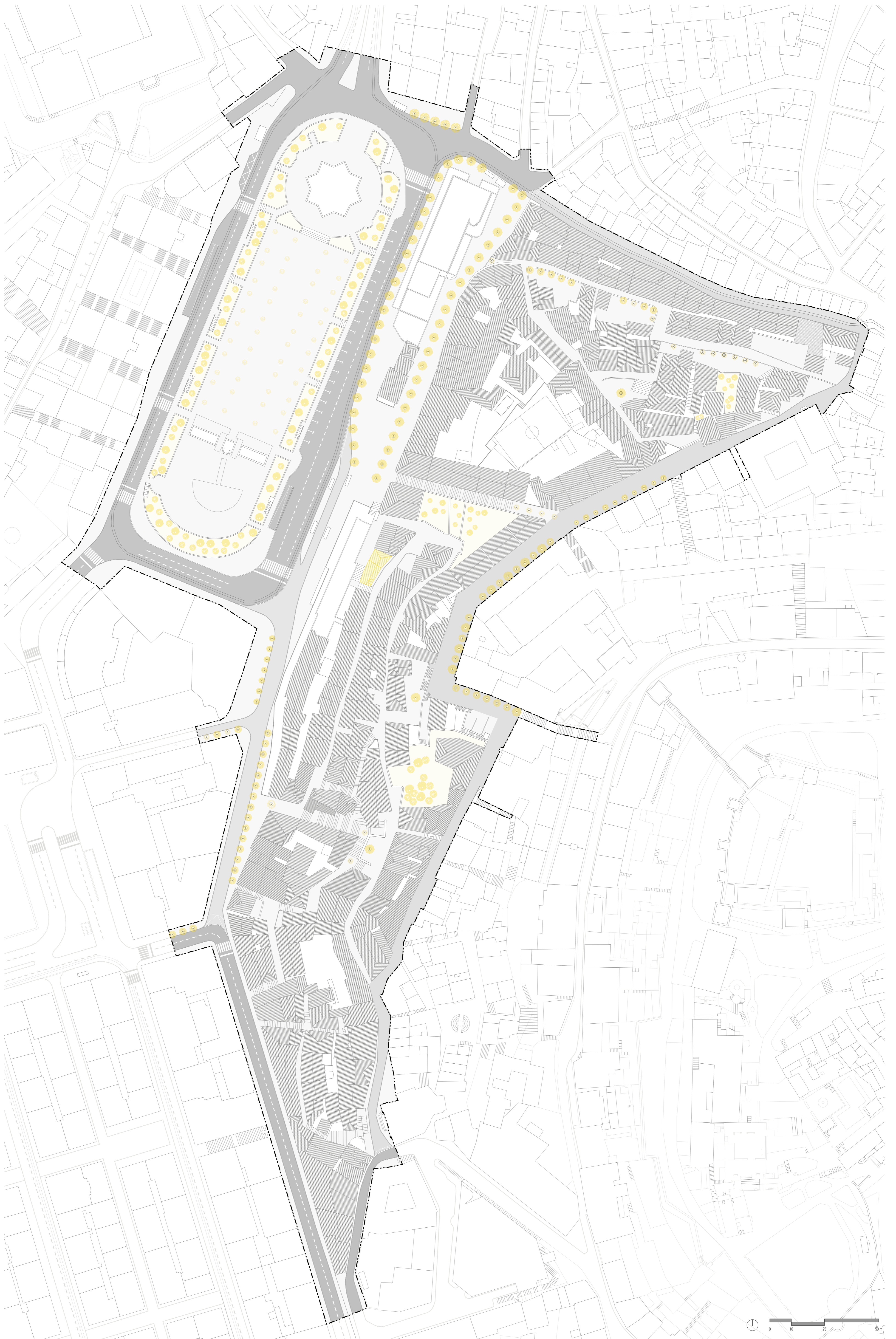


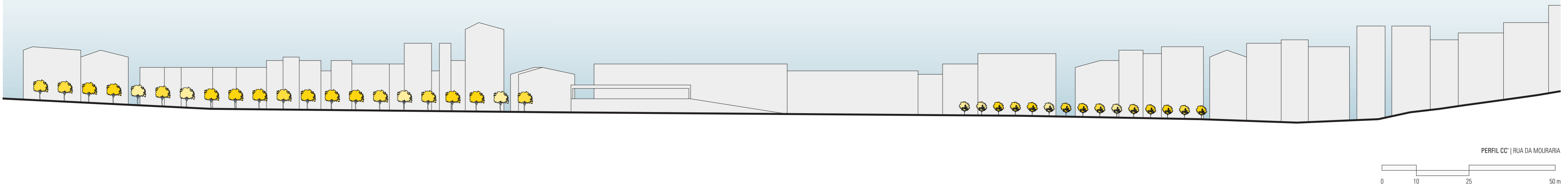
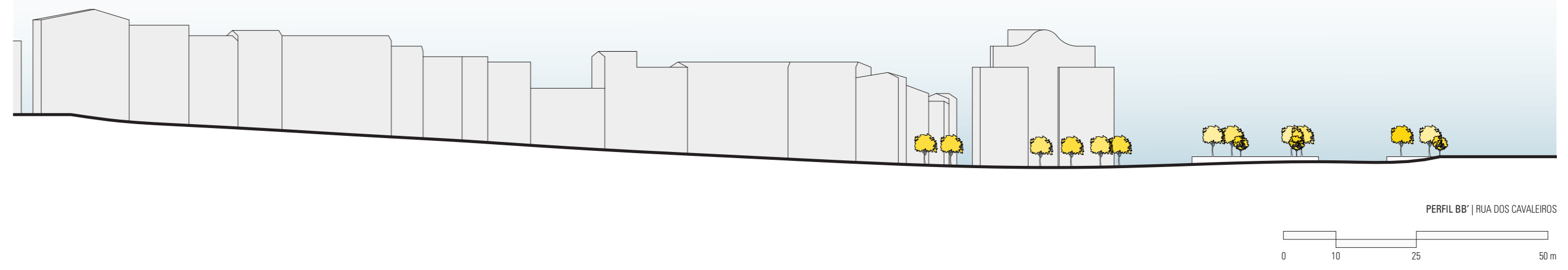
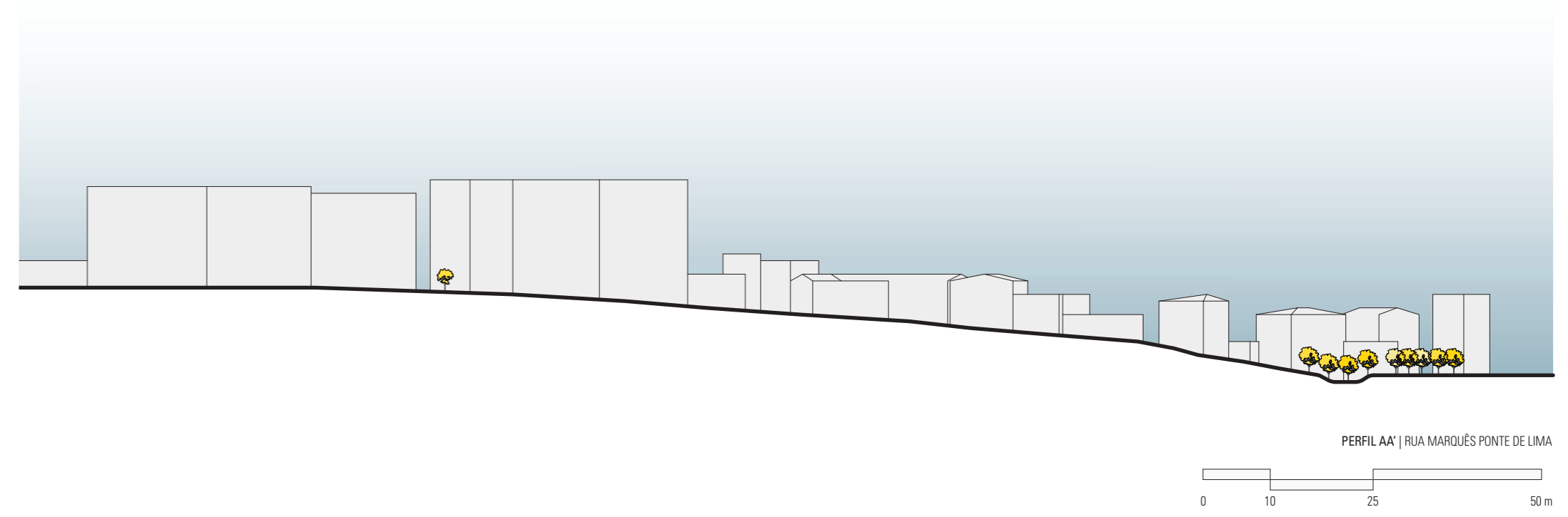
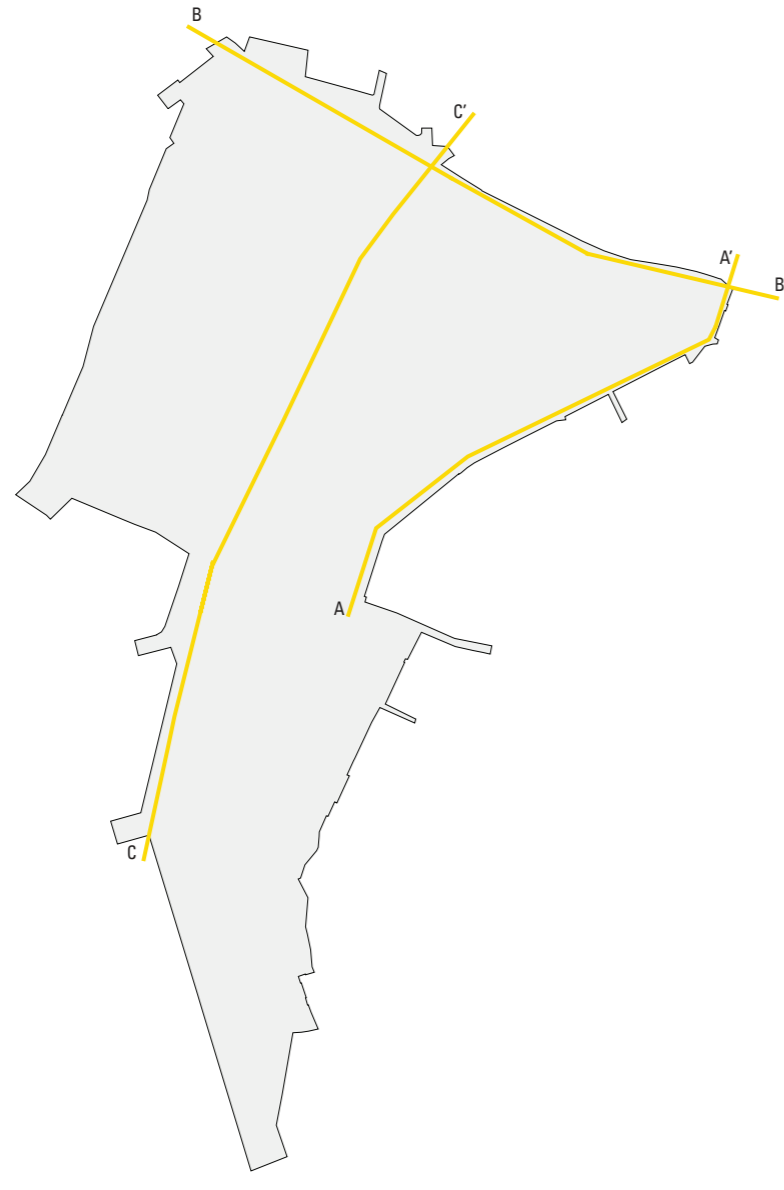
5. LARGO DA SEVERA

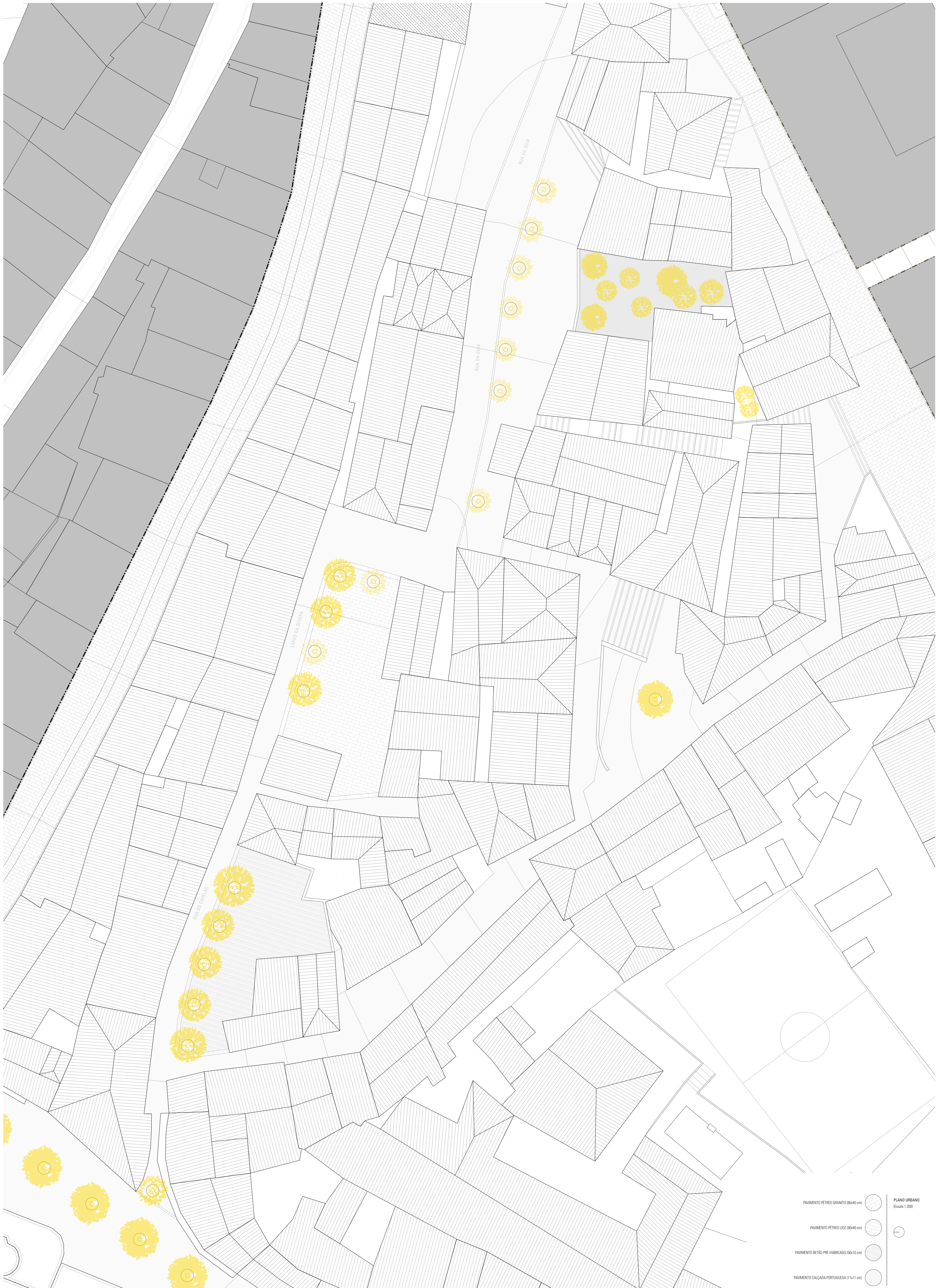


6. LARGO DOS OFÍCIOS

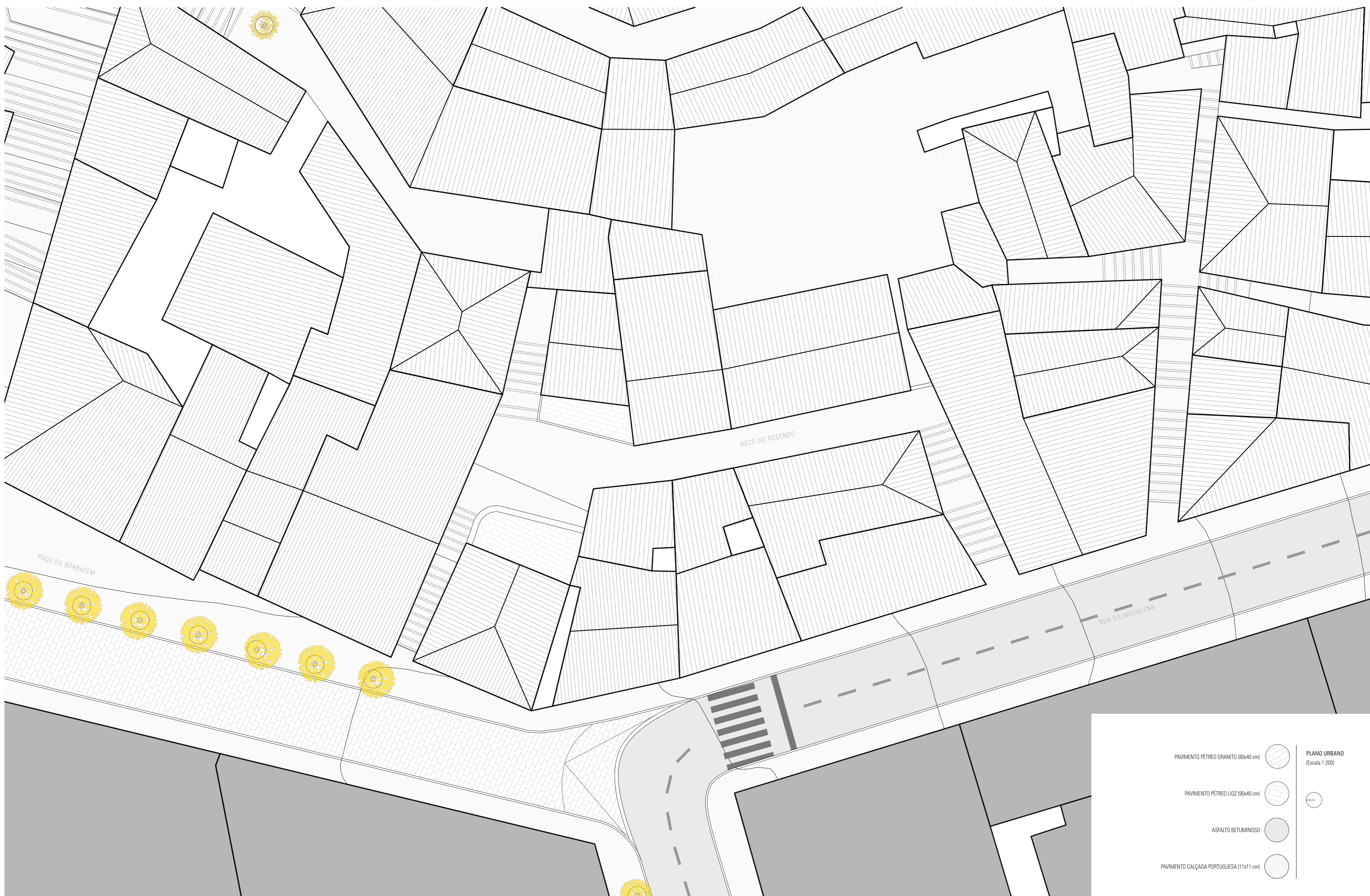


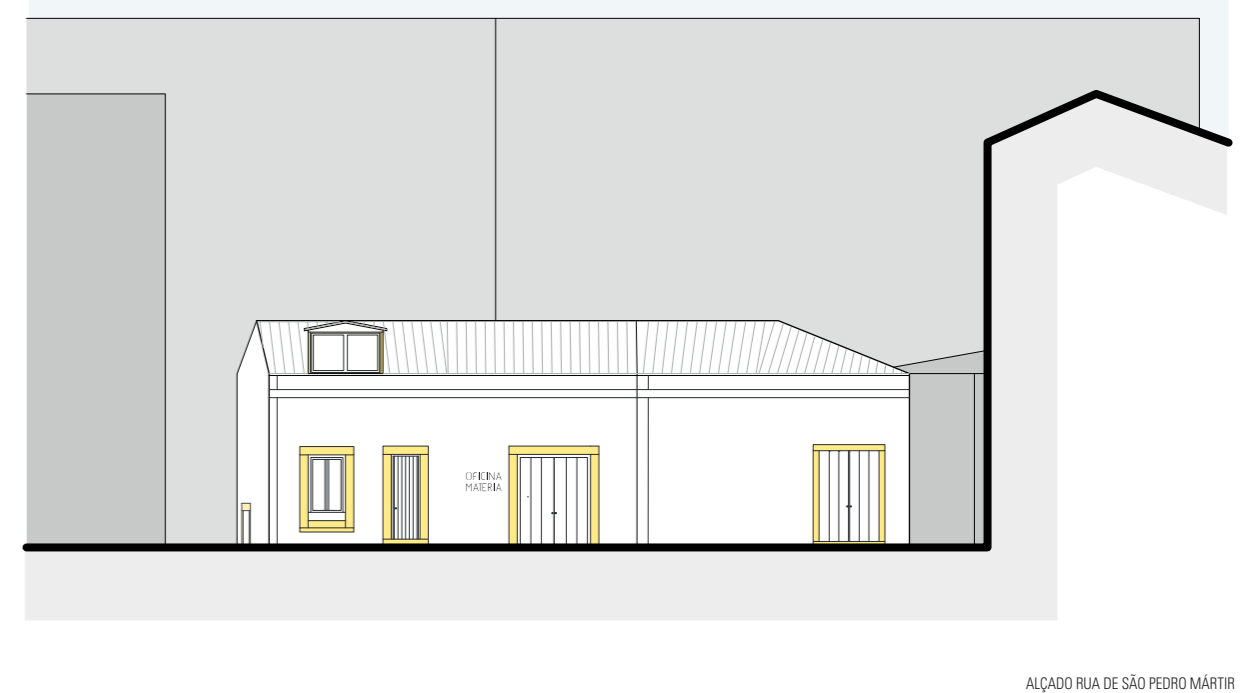
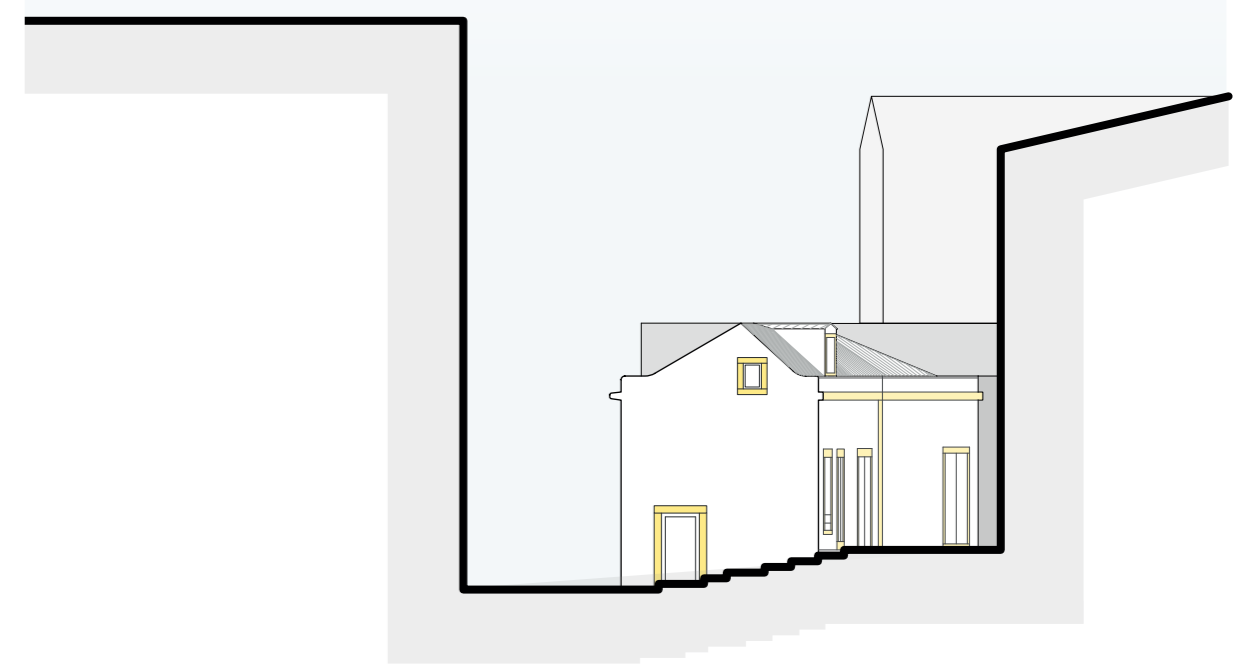
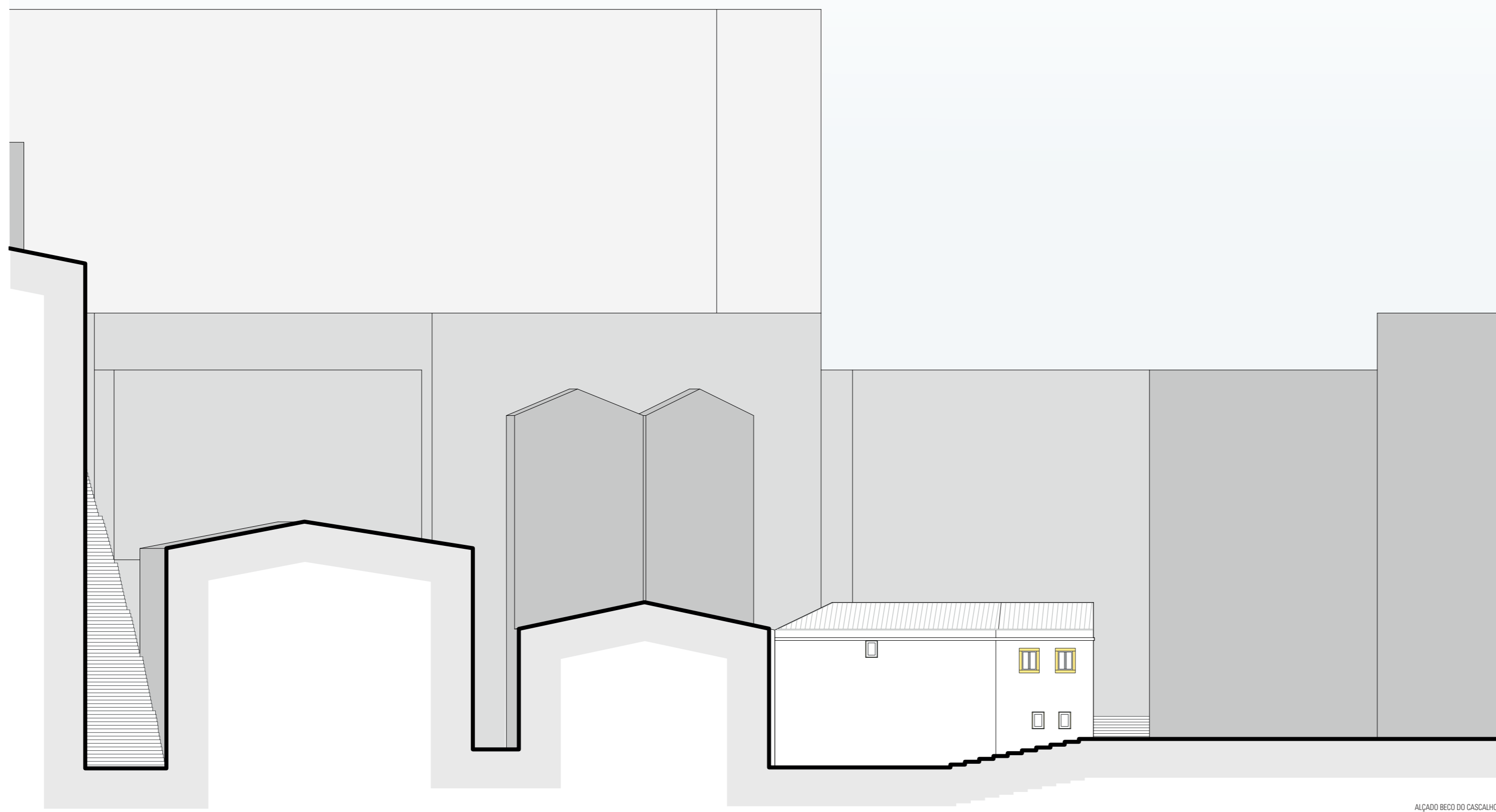


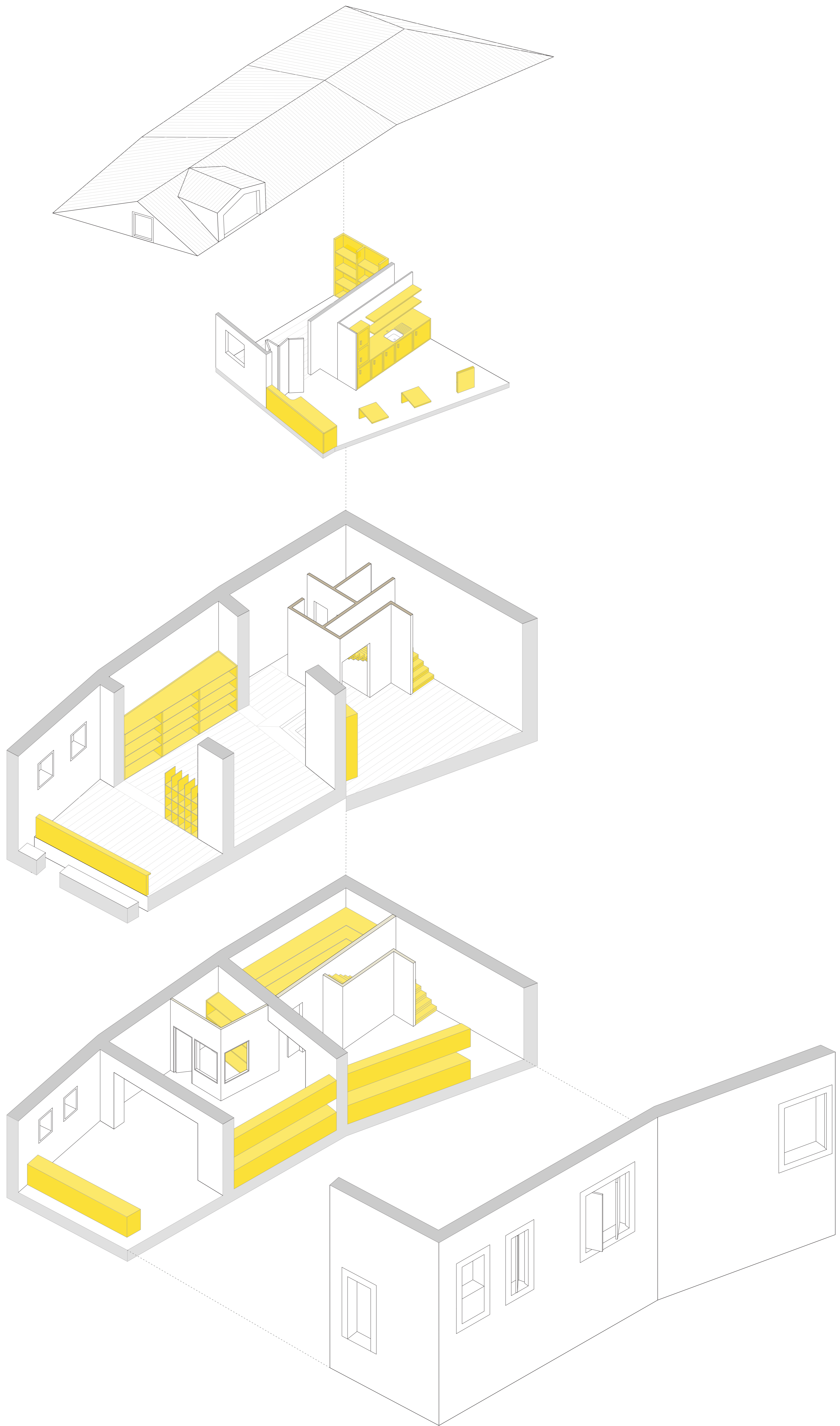


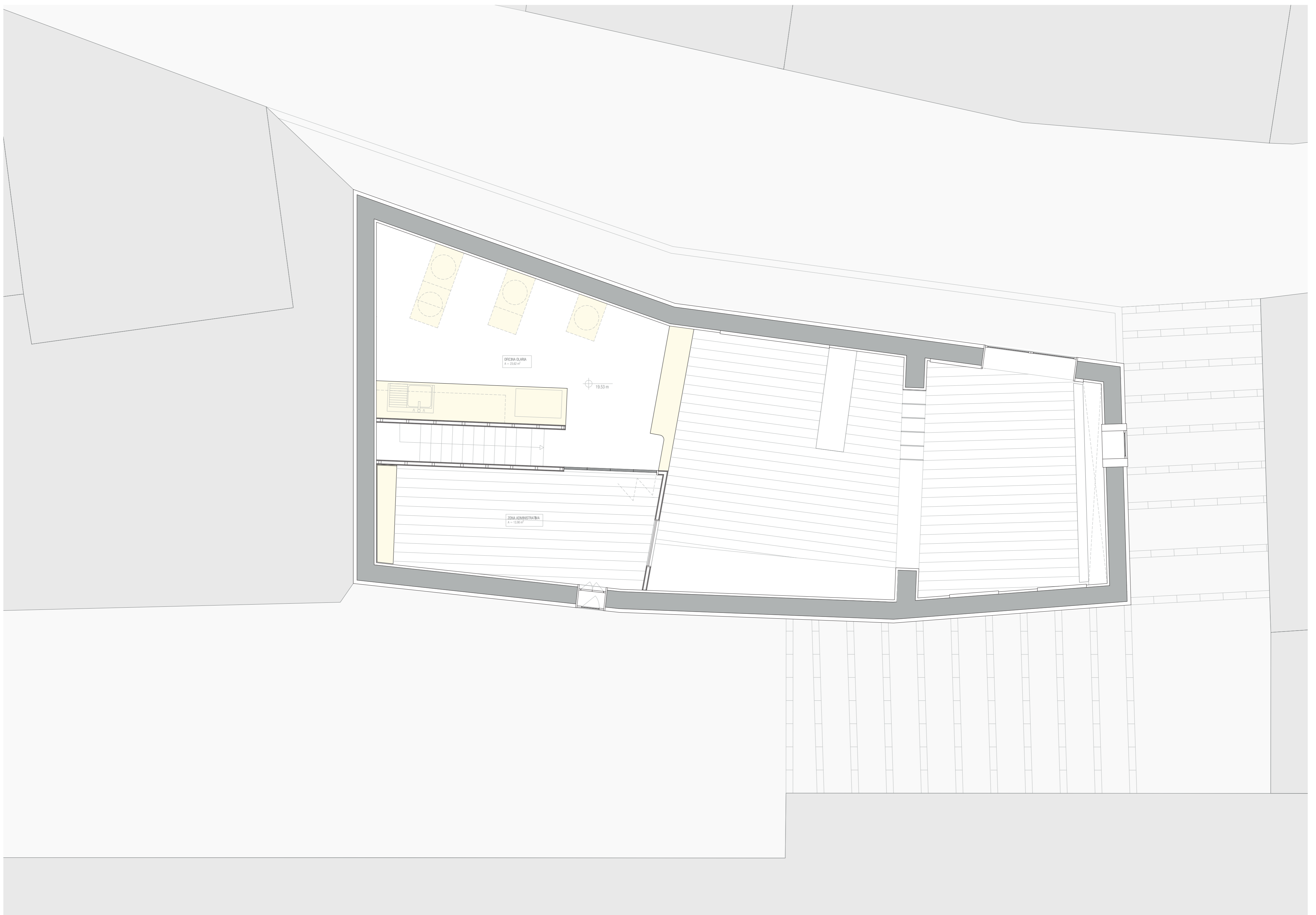


- PAVIMENTO PÉTREO GRANITO (80x40 cm)
  - PAVIMENTO PÉTREO LIZO (80x40 cm)
  - PAVIMENTO BETÃO PRÉ-FABRICADO (90x10 cm)
  - PAVIMENTO CALÇADA PORTUGUESA (11x11 cm)
- PLANO URBANO  
(Escala 1:200)

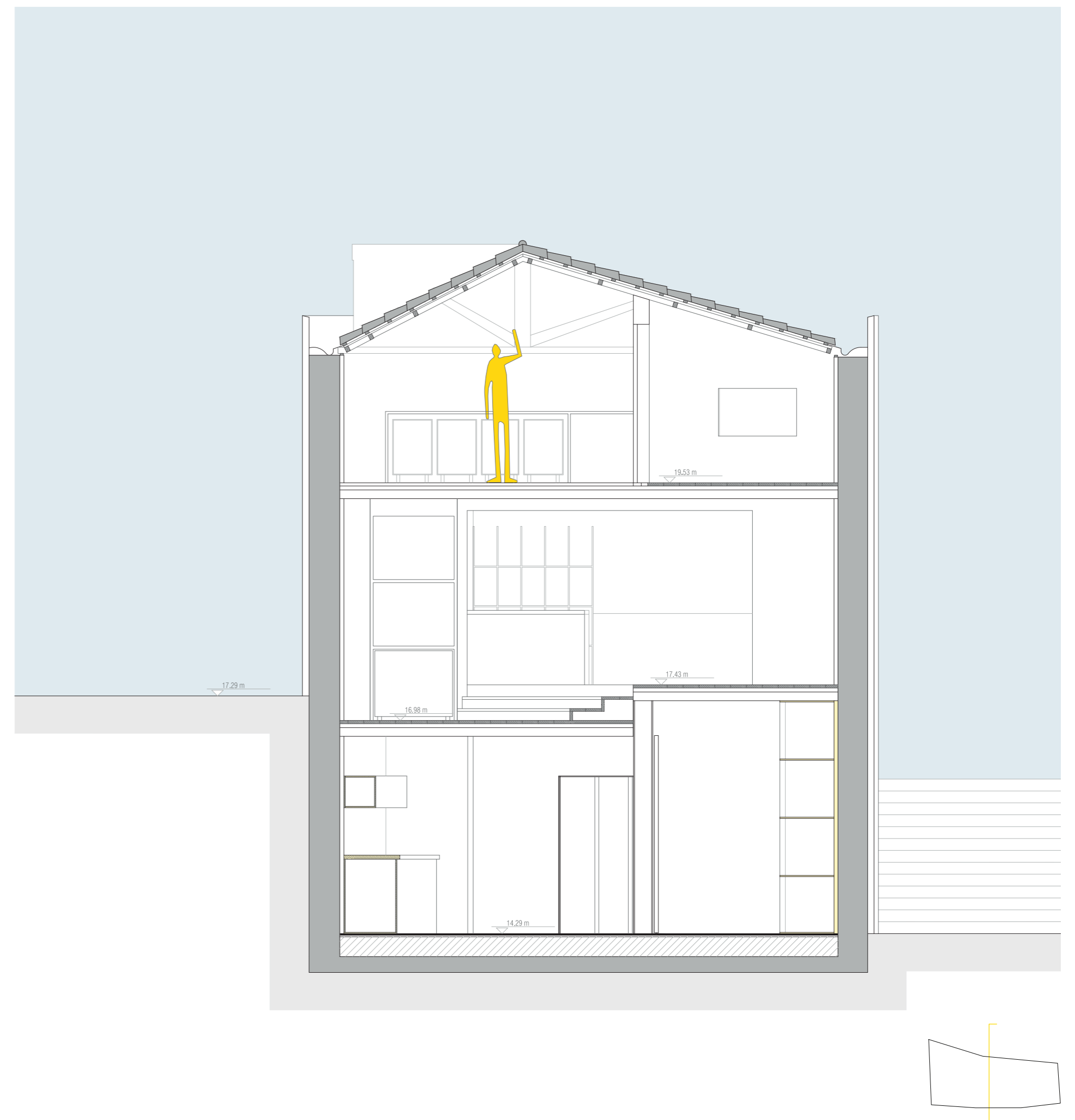
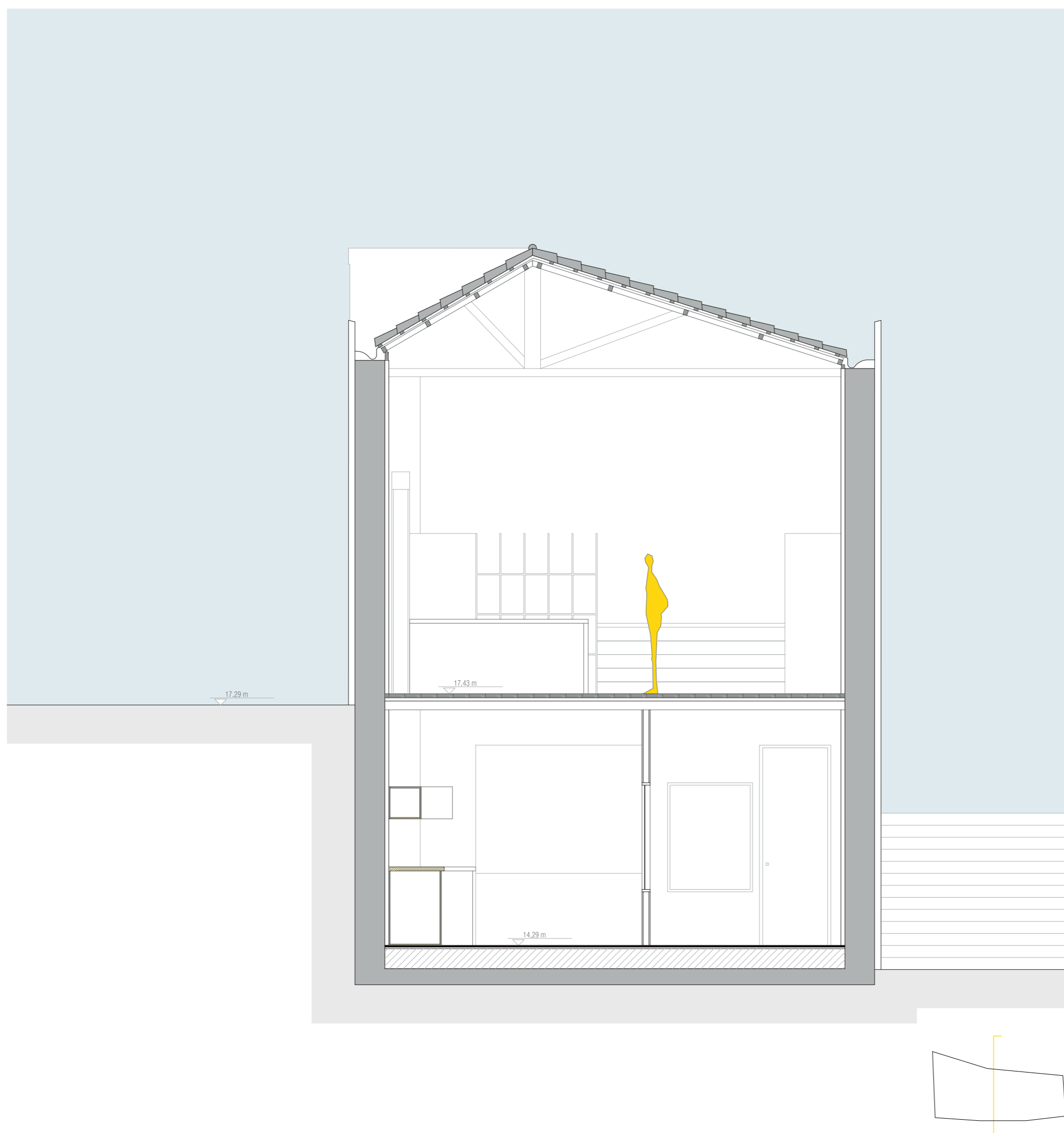


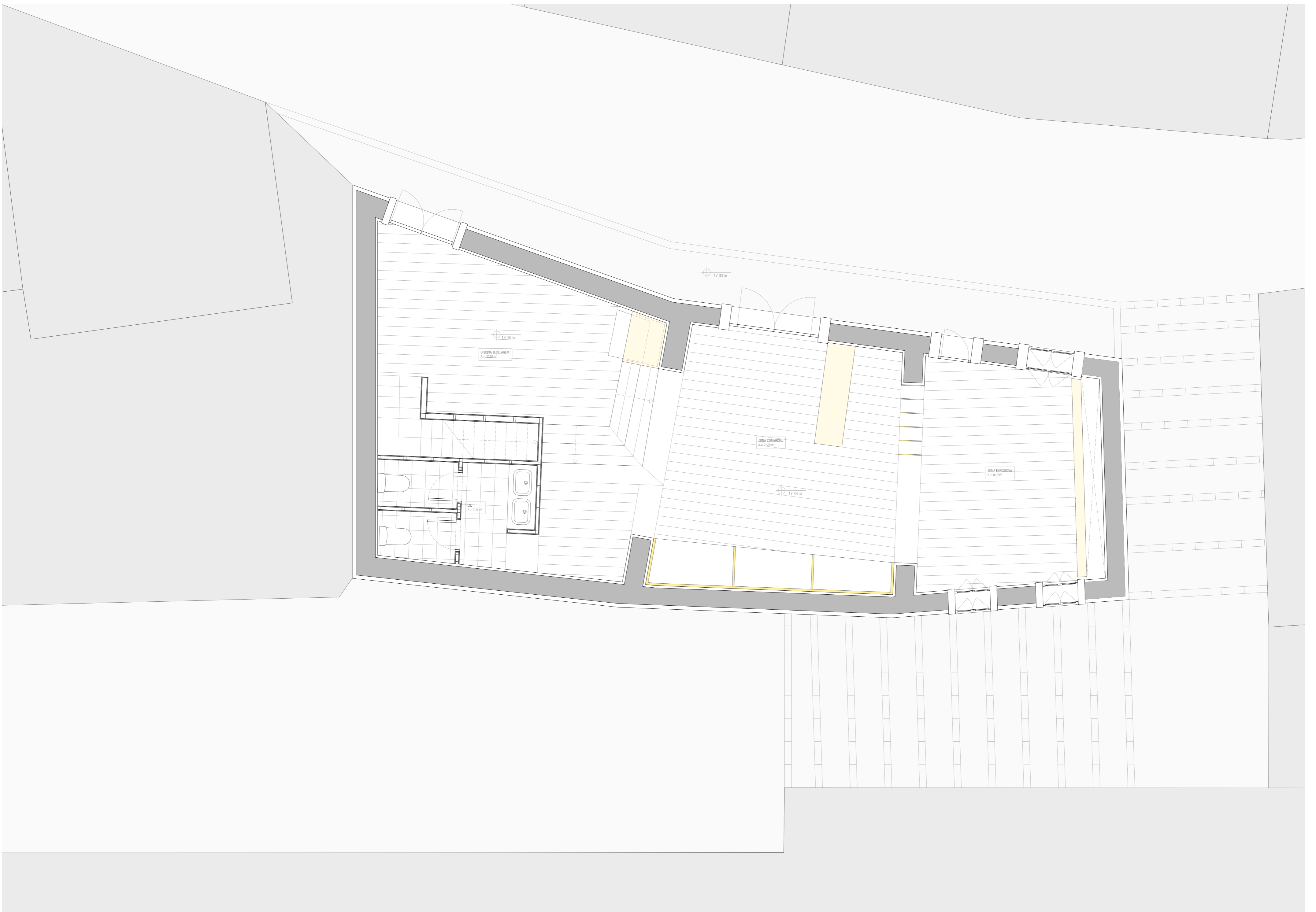




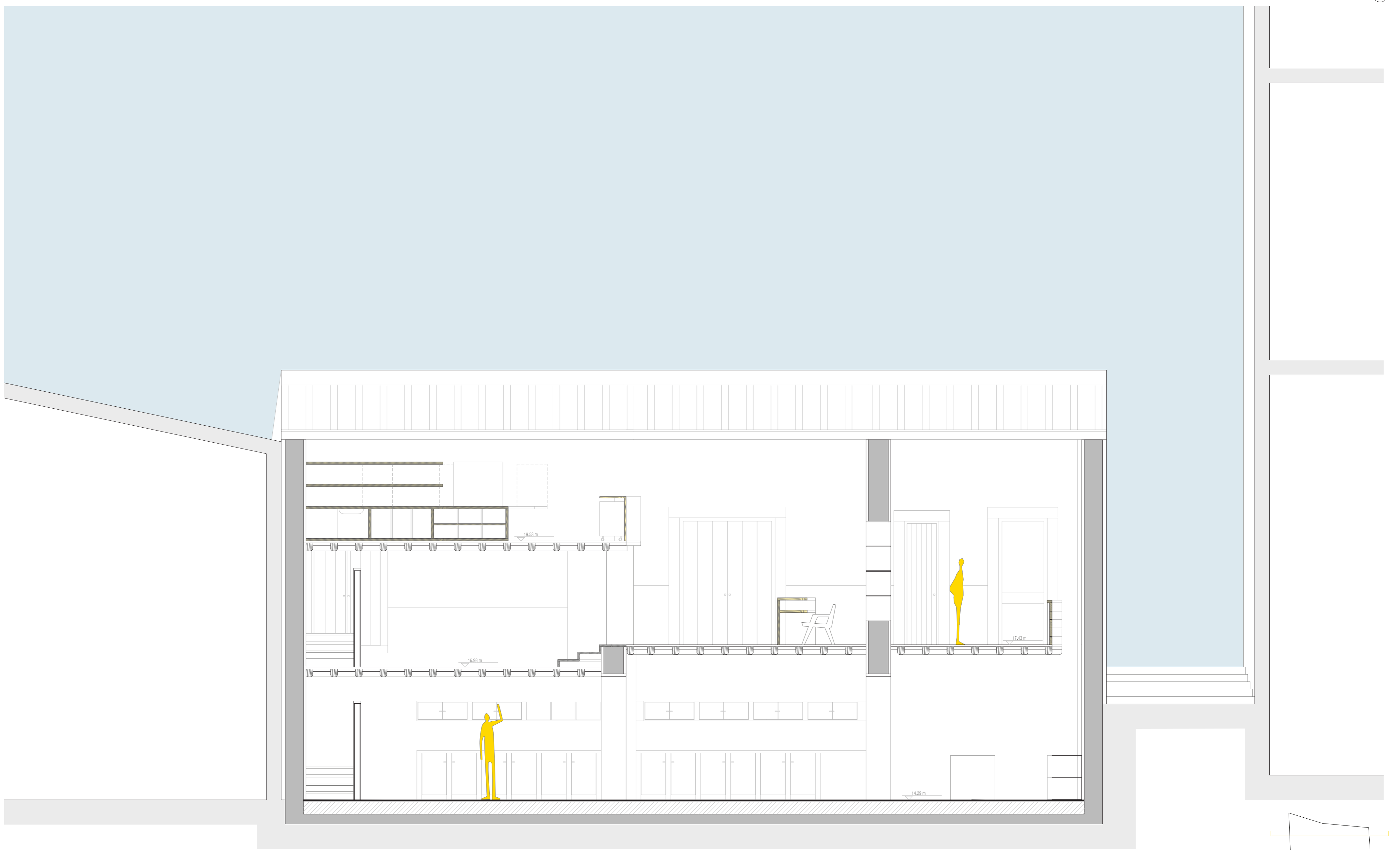


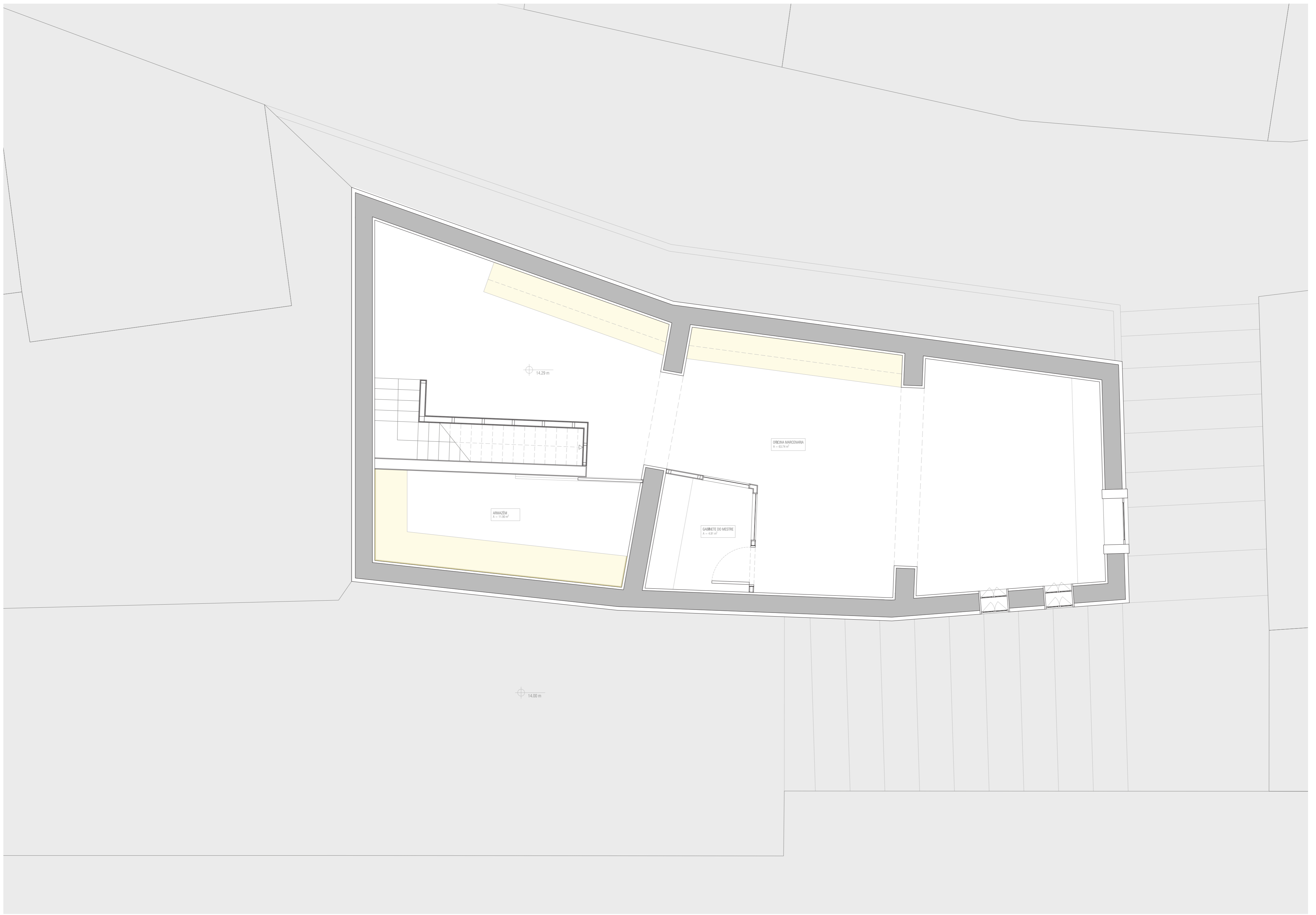
PLANTA PISO 1  
OFICINA DE OLARIA E ZONA ADMINISTRATIVA



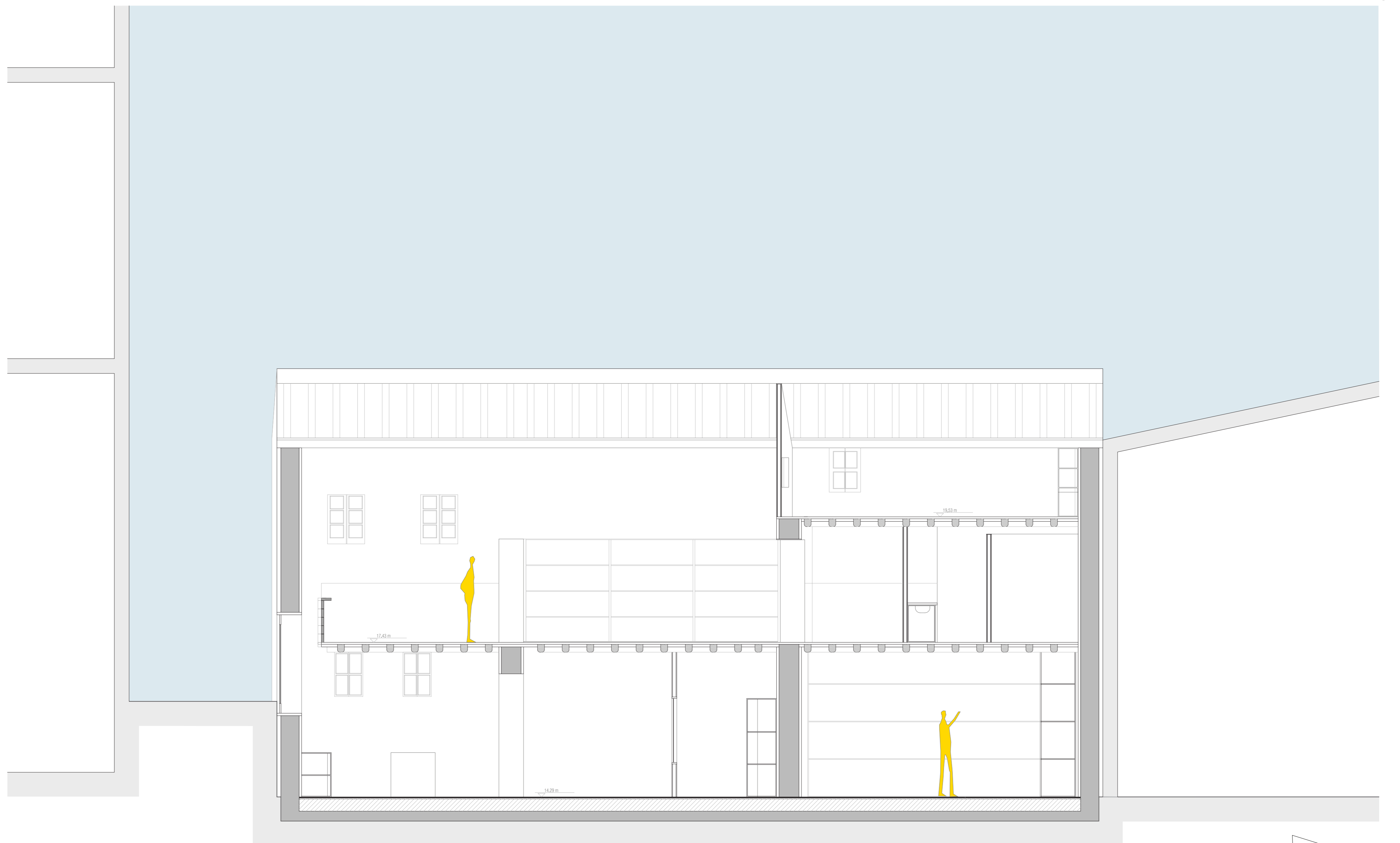


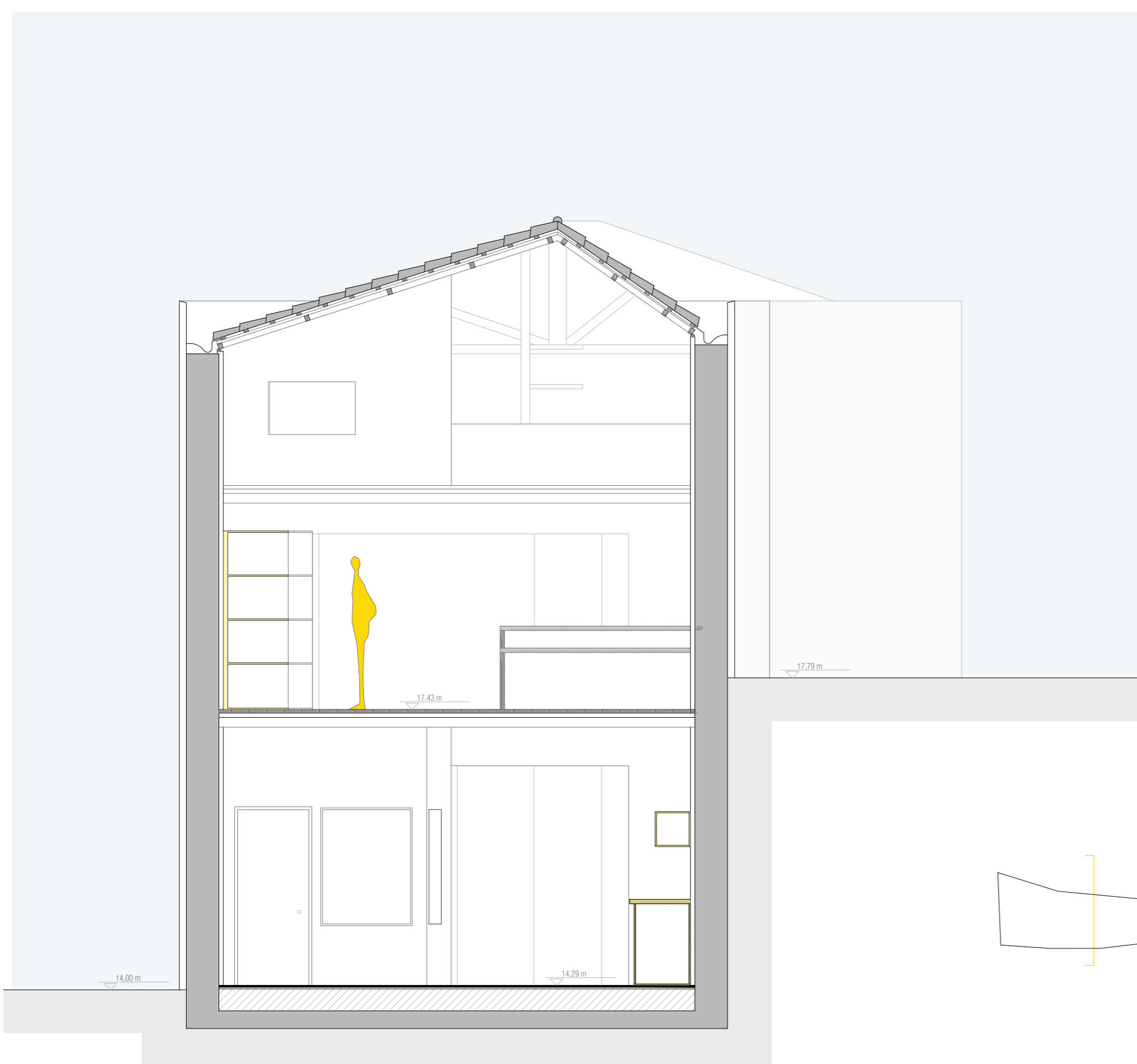
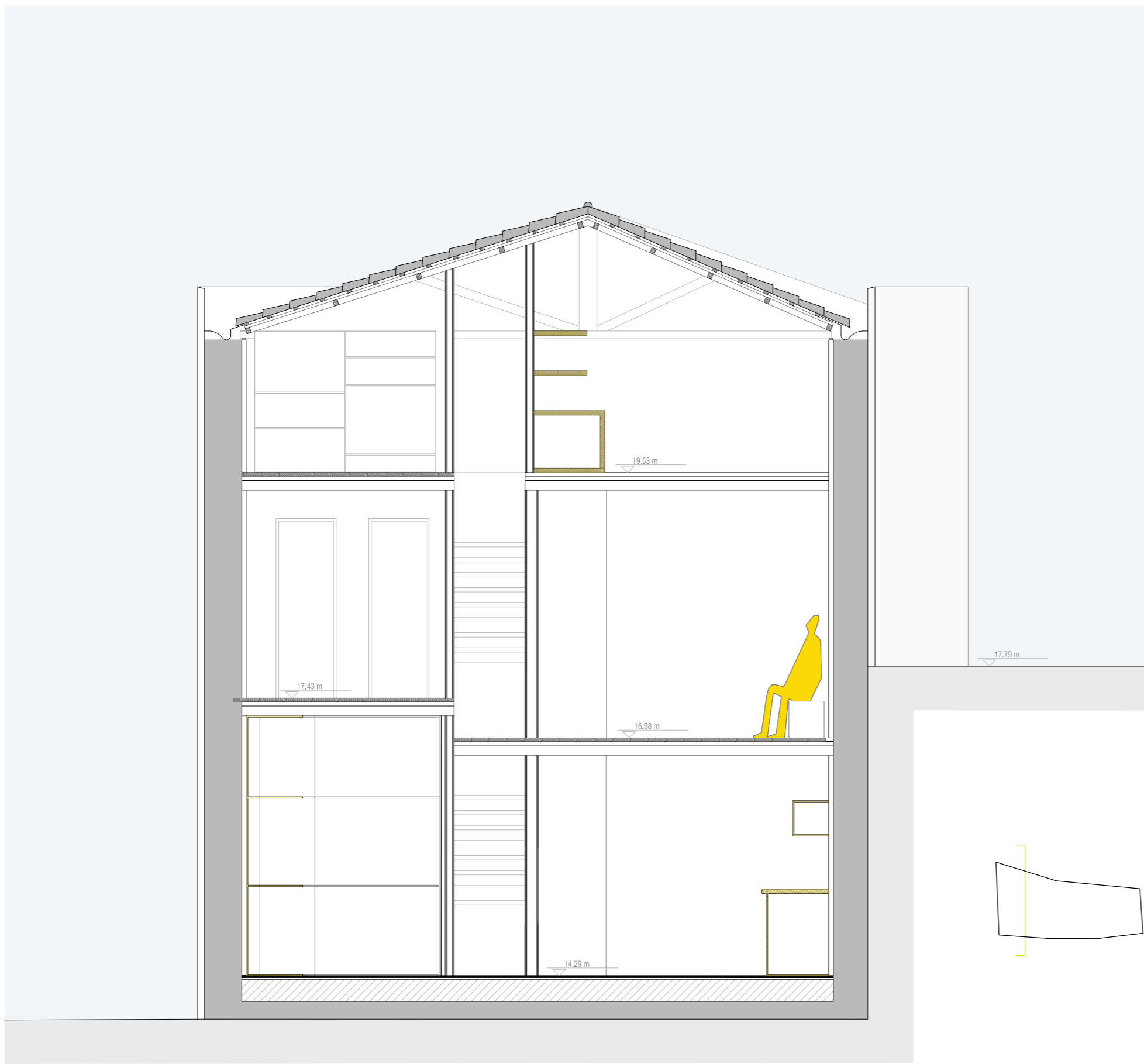
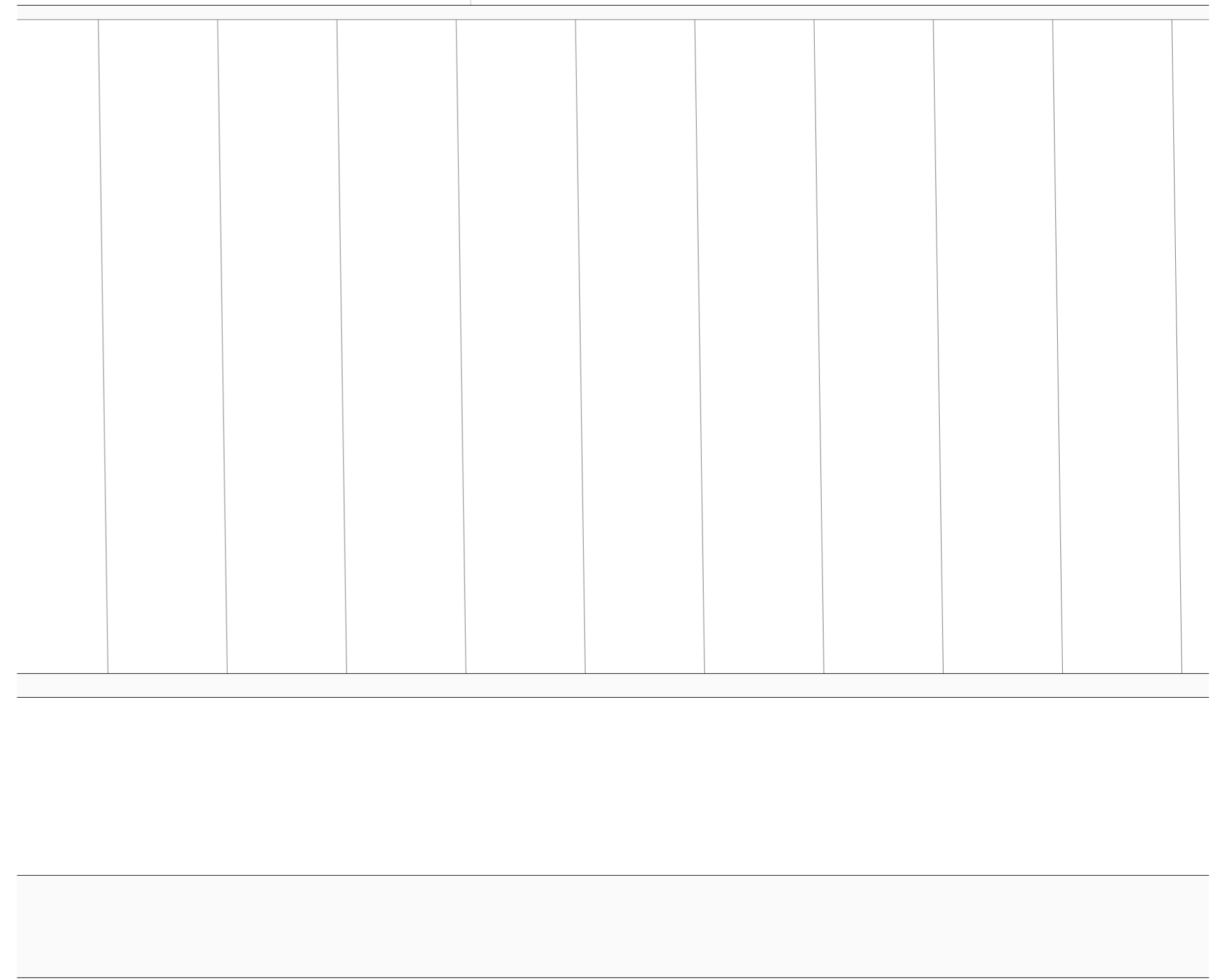
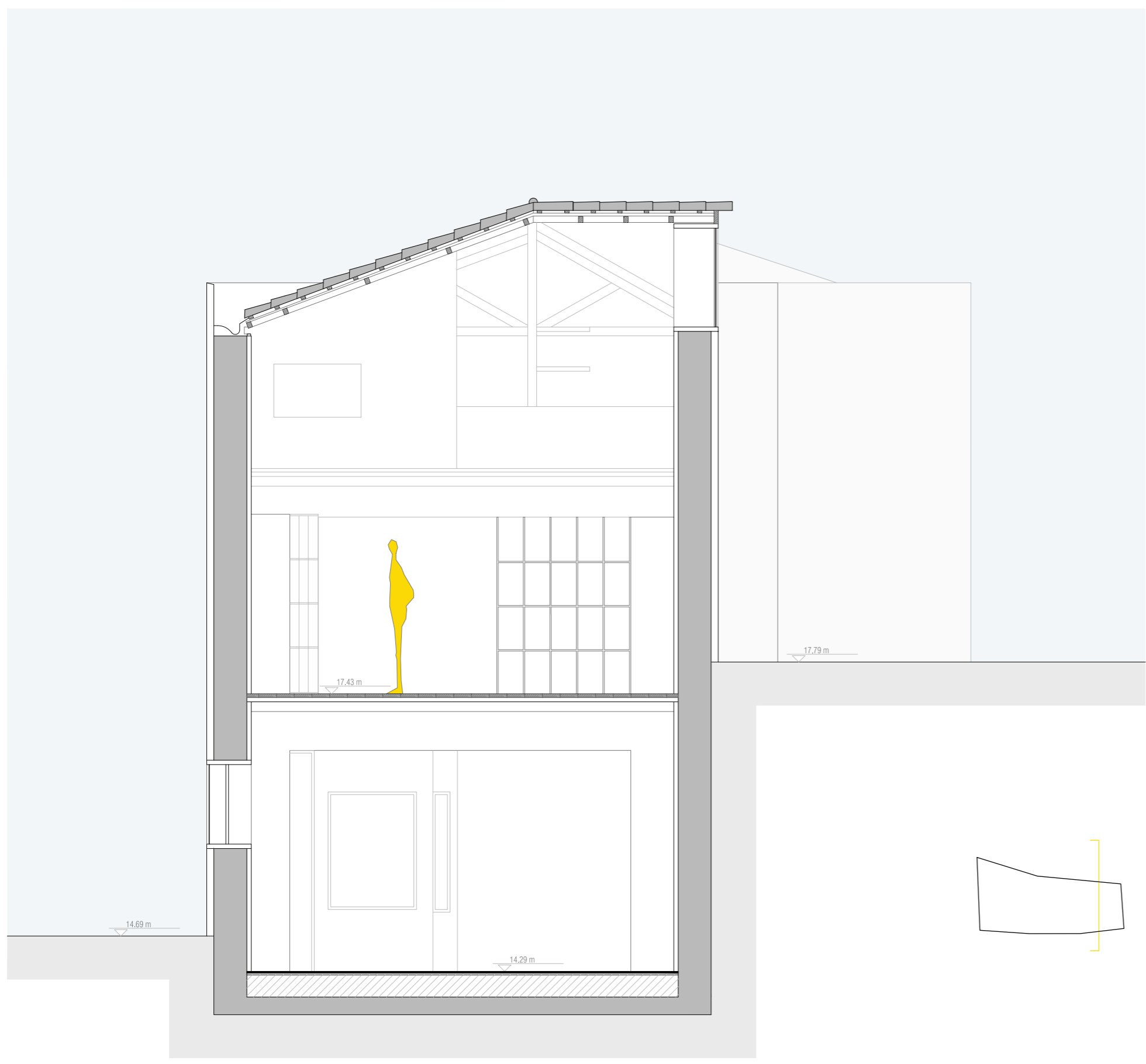
PLANTA PISO 0  
ZONA COMERCIAL, ESPAÇO EXPOSITIVO E OFICINA DE TECELAGEM





PLANTA PISO - 1  
OFICINA DE MERCENARIA





# OFICINA MATÉRIA

OFICINA.MATÉRIA | ENTRADA ZONA COMERCIAL  
(Escala 1:10)

LEGENDA (ESCALA 1.10)

- |  |  |
|--|--|
| 1. CAMADA DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS       | 25. ISOLAMENTO EM POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) |
| 2. SARRAFO DE MADEIRA                  | 26. TELA IMPERMEABILIZANTE VERTICAL            |
| 3. RIPA DE ACERTO                      | 27. MANTA DE PROTEÇÃO (1 cm)                   |
| 4. TELHÃO                              | 28. PAREDE DE ALVENARIA EM PEDRA               |
| 5. PLACA DE MDF                        | 29. MATA-JUNTA                                 |
| 6. TELHA CANUDO (45x20 cm)             | 30. PAINEL DE FIBRA MINERAL                    |
| 7. GRAMPO EM INOX                      | 31. VIGA DE MADEIRA                            |
| 8. PARAFUSO DE FIXAÇÃO                 | 32. REVESTIMENTO DE MADEIRA                    |
| 9. TÁBUA DE BEIRA                      | 33. BETÃO AFAGADO (1 cm)                       |
| 10. ESPUMA DE POLIETERANO              | 34. BETONILHA DE REGULARIZAÇÃO (3 cm)          |
| 11. LINTEL                             | 35. FOLHA DE POLIETILENO                       |
| 12. ENVIDRAÇADO                        | 36. LÃ DE ROCHA                                |
| 13. ARO DA JANELA                      | 37. TELA IMPERMEABILIZANTE HORIZONTAL          |
| 14. PEITORIL PÉTREO                    | 38. LAJE DE FUNDAÇÃO (27 cm)                   |
| 15. PEITORIL METÁLICO                  | 39. GEODRENO                                   |
| 16. LINTEL EM LIOZ                     | 40. CAMADA DE SEIXO                            |
| 17. ARGAMASSA COM AGREGADOS DE CORTIÇA | 41. MANTA GEOTÉXIL                             |
| 18. REBOCO EXTERIOR                    | 42. TERRENO                                    |
| 19. REBOCO INTERIOR                    | 43. CALÇADA PORTUGUESA (10 x 10 cm)            |
| 20. CONTENÇÃO LATERAL                  | 44. LAJE PÉTREA EM LIOZ (30 x 15 cm)           |
| 21. RODAPÉ EM MADEIRA                  | 45. AREIA DE REJUNTAMENTO                      |
| 22. REVESTIMENTO DE MADEIRA            | 46. CALÇADA PORTUGUESA (7 x 7 cm)              |
| 23. PRANCHA DE MADEIRA                 | 47. AREIA DE ASSENTAMENTO                      |
| 24. FOLHA DE POLIETILENO               | 48. BETONILHA DE REGULARIZAÇÃO                 |

